

Acessibilidade a Museus

Carta Internacional de Princípios

1992

2001

2002

2003

Brasília, 2012

Presidenta da República

Dilma Roussef

Vice-presidente

Michel Temer

Ministra da Cultura

Marta Suplicy

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

José do Nascimento Junior

Diretor do Departamento de Processos Museais

Cícero Antônio Fonseca de Almeida

Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Eneida Braga Rocha de Lemos

Diretor Interino do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Marcelo Helder Maciel Ferreira

Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal

Rose Moreira de Miranda

Procuradora-chefe

Eliana Alves de Almeida Sartori

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA- FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

COH678 COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice.

Acessibilidade a Museus / Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro - Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012.

190 p. ; 18x24 cm (Cadernos Museológicos Vol.2)

ISBN 978-85-63078-19-3

Museologia. 2. Museus. 3. Acessibilidade

I. Instituto Brasileiro de Museus II. Departamento de Processos Museais III. Título IV. Série

CDD: 069.0981

CADERNOS MUSEOLÓGICOS

Linha editorial: José do Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Álvaro Marins

CHEFE DA DIVISÃO DE PESQUISA

André Amud Botelho

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Carmen Maia, Eneida Queiroz,
Maximiliano de Souza, Sandro dos Santos Gomes,
Vitor Rogério Oliveira Rocha

PESQUISA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Regina Cohen, Dra.

ILUSTRAÇÕES

Aldrey Baldo

OUTROS DESENHOS TÉCNICOS

Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Norma Brasileira de Acessibilidade 9050 de 2004. ABNT - NBR 9050/2004.*

Ministère de Culture Francophonie. *Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées.* Paris: La Villette, 1994.

AQUARELAS DO CAPÍTULO 5: CONVIVENDO COM A DIVERSIDADE

Juliana Fortini

ALUNAS DE GRADUAÇÃO E BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Íris Mattos Parada, Nayara Vian da Silva, Mariana Câmara Soveral

REVISÃO

Njobs

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E PAGINAÇÃO

Njobs Comunicação

Copyright© 2012 – Instituto Brasileiro de Museus

ENDEREÇO:

Instituto Brasileiro de Museus
Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco N,
13º andar.
Brasília/DF
CEP: 70040-000

Telefone: + 55 (61) 2024-4420

Página da Internet: www.museus.gov.br

Sumário

Apresentação	I
Cadernos Museológicos: acessibilidade a museus	II
Prefácio.....	V
O Desafio da Acessibilidade aos Museus	VI
Introdução.....	19
Acessibilidade a museus	21
1. As pessoas com deficiência.....	25
Terminologia sobre pessoas com deficiência.....	28
Estatísticas	30
Deficiência e desvantagem.....	32
Uma nova classificação.....	34
2. Conceitos básicos	37
Acessibilidade	39
Desenho universal e espaço inclusivo	40
Princípios do desenho universal	42
1º princípio – Uso equitativo.....	43
O design é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas.....	43
2º princípio – Flexibilidade no uso	44
O design atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades.....	44
3º princípio – Uso simples e intuitivo.....	45
O uso do design é de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário	45
4º princípio – Informação perceptível.....	46

O design comunica eficazmente a usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais	46
5º princípio – Tolerância ao erro.....	47
O design minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas.....	47
6º princípio – Mínimo esforço físico	48
Pode ser usado eficiente e confortavelmente e com um mínimo de fadiga.....	48
7º princípio – Dimensão e espaço para aproximação e uso	49
São providenciados tamanhos e espaços apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do utilizador	49
Rota acessível	50
Inclusão e experiência espacial	51

**3. Experiências museais no Brasil e no mundo:
ter acesso, percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar..... 53**

Ter acesso.....	55
Museu do Louvre – Paris, França.....	57
Museu de Arte Moderna (Moma) – Nova Iorque, Estados Unidos	58
Museu Metropolitan – Nova Iorque, Estados Unidos.....	59
Museu de Ciência Natural – Houston, Estados Unidos.....	61
British Museum – Londres, Inglaterra	62
Museu do Holocausto (Iad Vashem) – Jerusalém, Israel.....	64
Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro, Brasil	66
Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro, Brasil	66
Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro, Brasil	69
Museu Joaquim José Felizardo – Porto Alegre, Brasil	69
Ter acesso a um museu do patrimônio.....	70
Percorrer.....	71
Ver	74

Ver e sentir.....	75
Ouvir e ver através de sinais e de palavras.....	76
Tocar	77
Tocar, ser informado e ser orientado.....	78
Pinacoteca do Estado de São Paulo – São Paulo, Brasil	82
Ter acesso a serviços e às exposições.....	83
Instituto Moreira Sales – Rio de Janeiro, Brasil.....	83
Museu Joaquim José Felizardo – Porto Alegre, Brasil	84

4. Acessibilidade a museus:

ter acesso, percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar..... 85

Percorrer os espaços	87
Percorrer e ter acesso aos espaços de um museu.....	88
O entorno e o acesso	88
a) Estacionamento	88
Dimensões das vagas	88
Número de vagas.....	89
Arranjos ou disposição.....	89
b) Caminhos e percursos	91
Pisos	91
Sinalização tátil direcional	92
Sinalização tátil de alerta	92
Rampas	94
Patamares de repouso	95
Superfícies e desníveis.....	95
Largura.....	95
Obstáculos.....	95
c) Entradas: portas.....	97
As circulações horizontais em um museu	97

a) Caminhos e percursos.....	97
Pisos	97
Rampas	98
Comprimento.....	98
Desníveis ou ressaltos	100
Portas	100
Janelas	102
Largura das passagens ou circulações e corredores	103
Obstáculos.....	104
Iluminação.....	105
Acústica	106
Ajuda no percurso	106
As circulações verticais em um museu.....	106
a) Elevadores e equipamentos de transporte vertical	106
Equipamentos de transporte vertical.....	109
b) Escadas.....	110
Sinalização.....	112
a) Textos	113
Composição	113
Tamanho	114
Suporte	115
b) Pictogramas.....	115
Suportes	116
Exemplos de pictogramas convencionais:	116
Símbolo internacional de acesso	116
Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira)	117
Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez)	117
Símbolos internacionais de sanitários e sanitários acessíveis	117

Símbolos internacionais de circulação: elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada, escada com plataforma móvel, rampa e esteira rolante.	118
Símbolos internacionais de informação: telefone, telefone com teclado, telefone com amplificador de som.	118
c) Telas ou quadros de projeção.....	119
d) Sinalização de segurança	120
Utilizar os serviços	122
Recepção, bilheteria, lojas, telefones e vestiários.....	122
Recepção.....	122
Balcões de atendimento.....	122
Bilheteria	123
Lojas	124
Telefone.....	126
Vestiários.....	127
Sanitários	128
Vaso.....	128
Pias ou lavatórios	130
Acessórios	132
Porta	133
Símbolos	133
Informar sobre as exposições e sobre o museu.....	133
Placas informativas, informações e painéis	133
Placas e painéis em relevo	134
Localização e iluminação das placas informativas e painéis	134
Altura	135
Recuo.....	136
Localização.....	136
Iluminação.....	137

Ajudas ao visitante com deficiência: material explicativo e de orientação.....	137
Impressão	138
Uso do braile.....	138
Outras ajudas: painéis e maquetes táteis	140
Salas de conferência e projeção.....	140
Acesso e adaptabilidade	141
Número de lugares adaptados	142
Conforto de escuta: amplificação e transmissão de sons	142
Conforto visual: telas	143
Ver, ouvir e tocar as exposições	143
Ambiência visual e acústica das salas de exposição.....	143
Ambiência visual	143
Ambiência acústica.....	144
Escutar	145
Tocar	146
5. Convivendo com a diversidade	149
Pessoas Idosas.....	152
Pessoas com deficiência intelectual.....	154
Pessoas com paralisia cerebral.....	154
Pessoas com deficiência visual	155
Pessoas com surdez ou deficiência auditiva.....	156
Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.....	157
6. Considerações finais.....	159
Referências bibliográficas.....	165
Artigos e livros	167

Anexos	181
Anexo 1 – Principais Leis sobre Deficiência e Acessibilidade	183
Anexo 2 – Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais	188
Anexo 3 – Pessoas com Deficiência no Sistema Global	190
Anexo 4 – Normas Técnicas da ABNT	191

Apresentação

CADERNOS MUSEOLÓGICOS: acessibilidade a museus

Em dezembro de 2011, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) lançou o volume 1 dos Cadernos Museológicos, dedicado ao tema da Segurança em Museus. Com isso, realizava um gesto simbólico que apontava a necessidade de se proteger e cuidar adequadamente do patrimônio museológico brasileiro. Aquele gesto inaugural, no entanto, seria vazio de sentido se não fosse seguido de uma indicação clara sobre o sentido da segurança, da proteção, da preservação e da conservação de bens culturais. Afinal de contas, para que se preserva? A preservação tem sentido em si mesma? Para que investir na segurança em museus?

Para essas questões e outras da mesma natureza, a resposta é clara e objetiva. A preservação e a segurança em museus não se encerram em si mesmas. O que dá sentido à preservação é a comunicação. Preserva-se com objetivo de comunicar, com a finalidade de educação e lazer; preserva-se para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, pode-se dizer que, além de preservar, é fundamental garantir o acesso, garantir a acessibilidade como um direito de cidadania.

Por essa vereda, é fácil compreender que, após a publicação do Caderno Museológico *Segurança em museus*, estivesse em nossa linha editorial publicar um volume dedicado a um tema em conexão com o público. Afinal, a razão de ser do museu não reside no acervo, mas na dimensão relacional entre comunidade, território e patrimônio. Por isso, o plano de trabalho dos Cadernos Museológicos previa a publicação do volume 2, com uma abordagem nova e criativa sobre o tema da acessibilidade aos museus.

O sonho sonhado por muitos virou realidade. Eis aqui o Caderno Museológico *Acessibilidade a museus*; que ele seja de grande utilidade para os museus brasileiros, esse é o nosso voto.

O Instituto Brasileiro de Museus, criado pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, é a mais nova autarquia do Ministério da Cultura, dedicada à articulação, ao fortalecimento, à promoção e à valorização dos museus no Brasil.

Com a intenção de atender à legislação vigente e permitir a interação de todas as pessoas com o meio físico dos museus, desde a sua criação o IBRAM tem incluído em seus Planos de Ação anuais o Programa Museus e Acessibilidade, em cujo âmbito vem desenvolvendo ações voltadas à acessibilidade, assumindo sua responsabilidade perante a inclusão dos mais diferentes públicos. As ações já realizadas podem ser subdivididas em diagnósticos, projetos básicos e anteprojetos, projetos executivos, intervenções físicas para adaptações dos edifícios dos museus e colaboração em debates, encontros e seminários, além da publicação do presente Caderno.

A parceria desenvolvida entre o Núcleo Pró-Acesso da UFRJ e o IBRAM para a realização dos diagnósticos de acessibilidade dos museus do Instituto no Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), foi uma realização notável. Muitos outros projetos começam a surgir como um desdobramento desse amplo diagnóstico.

No 1º Seminário Estadual de Acessibilidade em Museus e Instituições Culturais (2011), no 4º Fórum Nacional de Museus (2010), no 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (2010), na 1ª Oficina Sul Americana de Mediação em Museus e Centros de Ciência (2008) e em várias outras oportunidades, o IBRAM tem contribuído com reflexões e debates e tem garantido a inclusão do tema da acessibilidade aos museus nas agendas políticas.

Na esteira dessas realizações, com o objetivo de atender às propostas do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e de consolidar uma política pública de acessibilidade aos museus brasileiros, o IBRAM pretende lançar em breve um edital específico para apoiar programas, projetos e ações destinados à ampliação das condições de acessibilidade aos museus.

O presente Caderno Museológico é autoral e apresenta um olhar específico sobre o tema, sem pretender esgotá-lo, deixando espaço para novas contribuições, com novas abordagens e perspectivas.

A acessibilidade aos museus é um tema que interessa a todos e está previsto na legislação vigente no território nacional, assim como em normas, declarações, recomendações e tratados internacionais. De modo especial, o tema está presente no Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

O Caderno Museológico *Acessibilidade a museus* constitui uma destacada contribuição para a adaptação das práticas, das instituições e dos espaços museais brasileiros de forma a torná-los acessíveis a todos. Para que isso aconteça, as equipes técnicas, os museólogos, os museógrafos, os arquitetos, os administradores, os profissionais de planejamento e gestão e as demais pessoas responsáveis por essas mesmas práticas, instituições e espaços precisam se apropriar das reflexões e recomendações presentes neste Caderno. Que ele sirva para suprir a carência de informações sobre o tema e como forma de contribuição para o processo de democratização do acesso à cultura.

Jose do Nascimento Junior
Presidente do IBRAM

Prefácio

O DESAFIO DA ACESSIBILIDADE AOS MUSEUS

Mário Chagas¹ e Cláudia Storino²

*um cego visita o museu
passo a passo, de sala em sala
supõe a voz sábia de um guia*

*a orientação de aluguel
o leva a palácios, a alas
de especiarias, tesouros*

*eis que o cego pensa a pintura:
nuances, matizes, detalhes
o leque da luz, todo o espectro*

*a leitura tátil nenhuma
lhe esconde o relevo da tela
seu desejo solto, sem réplica*

*um cego visita as estéticas
fantasia tais diferenças
(os traços, rabiscos, desenhos)*

*se vê frente a frente com épocas
reunidas na galeria
com a mesma inércia do tempo*

*no museu igualam-se as datas
a hora da obra ocorre
durante a leitura dos quadros*

*mas o cego quer tudo às claras
o obscuro sentido que à vista
de todos é causa de impacto*

(MARCUS VINICIUS, “Um cego visita o museu”)

¹ Poeta, museólogo, doutor em Ciências Sociais. Diretor do Departamento de Processos Museais do IBRAM e professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) da UNIRIO.

² Arquiteta, designer, especialista em Conservação e Restauração, mestre em Memória Social e Coordenadora de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do Departamento de Processos Museais (DEPMUS) do IBRAM.

I. Por uma poética e uma política de acessibilidade

O livro de Marcus Vinicius, *Manual de instruções para cegos*,³ e o poema “Um cego visita o museu” propiciam um diálogo criativo com o tema da acessibilidade. O poema desafia a imaginação, registra os limites da visita, as fantasias que ela acende, o desejo de uma experiência museal alumbrada e leva a pensar na dimensão poética das visitas realizadas por pessoas mudas, surdas, cadeirantes, analfabetas, grávidas, obesas, muito altas, muito baixas, muito velhas, muito jovens, com diferentes condições cognitivas e sensoriais e outras tantas possibilidades de visita.

Ao lado da poética da acessibilidade há a dimensão política da acessibilidade, estreitamente relacionada ao exercício da cidadania, a qual, para contemplar adequadamente a pluralidade e a diversidade dos modos de ser e de estar no mundo, que caracterizam o conjunto de cidadãos, implica a adoção de uma visão ampliada do conceito de *acessibilidade*. Por esse caminho podemos pensar em diversos níveis ou possibilidades de acesso, entre os quais se destacam: 1. Acessibilidade aos códigos culturais; 2. Acessibilidade aos meios de produção cultural; 3. Acessibilidade física; 4. Acessibilidade sensorial; 5. Acessibilidade cognitiva e informacional; e 6. Acessibilidade econômica e social.

O tema da democratização e do acesso aos bens culturais não é novo; ao contrário, é tema antigo, que ao longo do tempo vem passando por sistemáticos processos de renovação dos pontos de vista conceitual, político, social, jurídico e tecnológico. No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, temas como conforto ambiental, atendimento a novos tipos de público, maior disponibilidade de informações, recursos educacionais e museus para o povo passaram a fazer parte da agenda de muitas instituições.

Ainda assim, o cotidiano dos museus frequentemente nega a hipótese de que os museus e os bens culturais musealizados pertencem a todos e para todos estão disponíveis. Sob essa perspectiva, pode-se retomar o que Néstor García Canclini enfatiza em seu artigo “O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação”: “(...) os bens reunidos por cada sociedade na história não pertencem *realmente* a todos, ainda que *formalmente* pareçam ser de todos e estar disponíveis ao uso de todos [os grifos são dos autores].”⁴

³VINICIUS, Marcus. “Um cego visita o museu”. In: **Manual de instruções para cegos**. Rio de Janeiro: 7 Letras; Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. p.19-20.

⁴GARCÍA CANCLINI, Néstor. “O patrimônio cultural e a construção imaginária da nação”. In: **Revista do IPHAN, nº 23, Cidade** (org. Heloisa Buarque de Holanda), 2004. p. 96.

O acesso cidadão aos bens culturais não se dá de modo natural. Trata-se de conquista, que se faz com lutas e enfrentamentos renovados. Mesmo nas sociedades em que o direito legal de acesso está garantido, a transformação desse direito em prática social cidadã, em realidade cotidianamente vivida exige embates e enfrentamentos sistemáticos. Em uma palavra: exige militância.

Além disso, devemos registrar que, por mais importante que seja a garantia do direito de acesso aos bens culturais preservados nos museus, e por mais abrangentes que sejam as soluções adotadas para facultar a pessoas de todos os tipos o acesso físico, sensorial e cognitivo às instituições museais, essa garantia continuará precária enquanto os processos de musealização dos bens culturais e de criação de museus continuarem sendo operados exclusivamente por determinados grupos sociais, economicamente privilegiados e politicamente dominantes.

Referindo-se a pesquisas desenvolvidas no campo das ciências sociais sobre os modos de transmissão do saber por meio de escolas e museus, García Canclini registra que essas pesquisas “demonstram que diversos grupos se apropriam de forma desigual e diferente da herança cultural”, e acrescenta: “Não basta que as escolas e os museus estejam abertos a todos, que sejam gratuitos, e promovam [em todos os setores] sua ação difusora; à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições.”⁵ Tudo isso está relacionado com o “modo desigual com que as instituições transmissoras do patrimônio permitem a sua apropriação, devido à sua organização e sua articulação com outras desigualdades sociais.”⁶

Compreende-se assim que um dos desafios da acessibilidade ao patrimônio e aos museus está na capacidade de os grupos interessados nos diferentes tipos de acessibilidade conseguirem bons níveis de articulação, mobilização e militância. Grupos bem organizados estão mais bem preparados para exercer pressão a favor do exercício cidadão de seus direitos e, desse modo, enfrentar as forças de desagregação e desorganização dos movimentos. Como indica Manuel Castells: “A forma fundamental de dominação de nossa sociedade baseia-se na capacidade organizacional da elite dominante que segue de mãos dadas com sua capacidade de desorganizar os grupos da sociedade que, embora constituam maioria numérica, veem (se é que veem) seus interesses parcialmente representados apenas dentro da estrutura do atendimento dos interesses dominantes.

⁵ Idem.

⁶ Idem, p.114.

A articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades.”⁷

A democratização e o acesso aos códigos culturais, bem como a produção de códigos culturais de ampla circulação para além da territorialidade restrita de determinados grupos sociais, constituem um desafio extraordinário para a acessibilidade museal. A questão da acessibilidade, quando tratada de modo amplo, extrapolando os aspectos físicos e espaciais, faz parte dos problemas estruturais das sociedades capitalistas contemporâneas. Tomar posse de determinados códigos, ocupá-los como quem ocupa um território, lutar pela manutenção da ocupação e pela hegemonia de novos códigos constituem procedimentos estratégicos importantes para os grupos sociais interessados na acessibilidade radical. Como observa Manuel Castells: “A verdadeira dominação social provém do fato de os códigos culturais estarem embutidos na estrutura social, de tal forma que a posse desses códigos abre o acesso à estrutura do poder sem que a elite precise conspirar para impedir o acesso a suas redes.”

II. A Acessibilidade na Política Nacional de Museus, no Plano Nacional Setorial de Museus e no Estatuto de Museus

Diferentes questões de acessibilidade estavam presentes no documento da Política Nacional de Museus (PNM), especialmente no Eixo 2, que tratava explicitamente da “Democratização e Acesso aos Bens Culturais”.

Lançada no outono de 2003, a PNM fazia referências claras à necessidade de se construir redes de informação com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de pesquisas, o aprimoramento profissional e “democratizar o acesso ao conhecimento produzido”. De modo arrojado, a PNM registrava também a importância de se desenvolver “processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela agenda de temas e conteúdos expositivos.”⁸

A circulação e a divulgação de acervos e exposições, “a inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea” por meio de programas e projetos educacionais e culturais, a popularização do conhecimento produzido no âmbito dos museus através dos mais variados meios, a “democratização do acesso

⁷CASTELLS, Manuel. “A sociedade em rede”. In: *Aer de informação: economia, sociedade e cultura* (vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 5ª edição, 2001. p. 440.

⁸ MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania*. Rio de Janeiro, 2003. p. 10.

aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público”, “a cooperação técnica” e a “socialização de experiências”, todos esses são temas presentes no Eixo 2 da PNM⁹.

No Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) – parte integrante do Plano Nacional de Cultura, construído de modo participativo entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, com validade prevista para o período de 2010 a 2020 – a acessibilidade, articulada com a sustentabilidade ambiental, esteve presente como um *tema transversal* vinculado aos nove *eixos setoriais*, e foi apresentada com a seguinte ementa: “Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e a comunidade onde estão inseridos”¹⁰.

Uma das *diretrizes prioritárias* aprovadas durante o 4º Fórum Nacional de Museus e incorporada ao PNSM aponta para a necessidade de se “estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais”¹¹.

Outro ponto de destaque no PNSM é a aprovação, no eixo temático “Cultura, Cidade e Cidadania”, de uma estratégia que recomenda “incrementar ações voltadas à garantia do direito à acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo esta uma prioridade que reflete a dignidade humana frente ao patrimônio”.

Dialogando com essa Estratégia foram sugeridas e aprovadas duas ações e duas metas:

Primeira ação: “Desenvolver metodologias de trabalho e publicações em que as construções de discurso nos museus alcancem a excelência de forma democrática e acessível a toda a população.”

Meta: “Aumentar continuamente o número de visitantes com algum tipo de necessidade especial (*sic*), bem como de toda a população em geral.”

Segunda ação: “Estabelecer uma prática dialógica de avaliação e certificação com parecer de representantes das associações locais de deficientes físicos, sensoriais e cognitivos em exposições, projetos e reformas de instituições museais.”

⁹ Idem.

¹⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS/MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Brasília, 2010. p.25.

¹¹ Idem. p.35

Meta: “Aumentar continuamente a criação de projetos e editais que levem em conta aspectos relativos à acessibilidade.”

O quadro a seguir não esgota a presença do tema da acessibilidade no PNSM, mas apresenta uma síntese das diretrizes focadas no tema de acordo com os nove eixos setoriais¹².

Acessibilidade e sustentabilidade ambiental	
Eixos Setoriais	Diretriz
Museus de arte	“Garantir a acessibilidade física, social, informacional e estética a todos os tipos de público aos museus de arte, compreendendo este fator como de importância para a sustentabilidade socioambiental.”
Museus de história	“Assegurar medidas eficazes de acessibilidade aos museus e às informações museológicas, incluindo informações conscientizadoras sobre desenvolvimento sustentável e sua relação/integração com o meio ambiente, para todo e qualquer tipo de público.”
Museus de culturas militares	“Ampliar a acessibilidade e a sustentabilidade ambiental dos museus.”
Museus de ciências e tecnologia	“Estabelecer políticas de incentivo à acessibilidade e à sustentabilidade ambiental em museus.”
Museus etnográficos	“Garantir o desenvolvimento de ações voltadas para a acessibilidade em museus que promovam a interculturalidade.”
Museus arqueológicos	“Fortalecer e incentivar os museus de arqueologia a atuarem de forma dinâmica, intra e extramuros, com acervos, sítios e áreas de forma participativa e sustentável.”
Museus comunitários e ecomuseus	“Assegurar políticas inclusivas com programas de acessibilidade que considerem os limites físicos, simbólicos e cognitivos, além da sustentabilidade ambiental, local e regional.”
Museus da imagem e do som e de novas tecnologias	“Transformar tais museus em unidades exemplares em acessibilidade e sustentabilidade ambiental, tornando-os referência.”
Arquivos e bibliotecas de museus	“Garantir a acessibilidade física e virtual, ampliando a disseminação da informação do patrimônio cultural nacional de forma sustentável, que integrem os acervos arquivísticos e bibliográficos dos museus.”

Independentemente da crítica que se possa fazer à tipologia adotada para a definição dos denominados eixos setoriais, é importante reconhecer que as diretrizes apresentadas para cada um dos nove eixos projetam-se como desafios e estabelecem linhas de atuação para a construção de novos programas de acessibilidade, politicamente respaldados.

A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que “institui o Estatuto de Museus e dá outras providências”, considera como um dos princípios fundamentais dos museus “a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural” (inciso V do artigo 2º). É à luz desse e dos outros cinco princípios constantes no artigo citado que o Estatuto de Museus deve ser compreendido e aplicado.

¹² Idem. p. 44-45.

Além desse princípio – que por si seria suficiente para determinar a necessidade de transformação nos museus –, o tema da acessibilidade está presente no Estatuto, nos seguintes termos:

“Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”;

“Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público”;

“Artigo 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”;

“Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.”

Como se vê, a questão da acessibilidade está presente nos documentos fundadores da atual Política de Museus, compreendida como política pública e coordenada pelo IBRAM. Essa presença constitui clara indicação de que o IBRAM tem compromisso com a busca sistemática de um padrão de excelência no que se refere à acessibilidade.

Esse compromisso revela-se, por exemplo, no Programa Museus e Acessibilidade, cuja implementação iniciou-se com o projeto de pesquisa realizado entre os anos de 2009 e 2010, que viabilizou a elaboração de diagnósticos de acessibilidade para aproximadamente 50% dos museus do IBRAM ou, em outros termos, para todos os museus do IBRAM situados no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de subsidiar a instituição na elaboração de projetos destinados à adequação das condições de acessibilidade de suas unidades museológicas.

A pesquisa consistiu em uma parceria entre o IBRAM e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), e foi coordenada por Regina Cohen, no âmbito da UFRJ, e por Cláudia Storino, no âmbito do IBRAM.

Participaram desse projeto de pesquisa os seguintes museus: Museu da República, Palácio Rio Negro, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Nacional

de Belas Artes, Museu Chácara do Céu, Museu do Açude, Museu Villa-Lobos, Museu Casa de Benjamim Constant, Museu de Arte Sacra de Paraty, Museu Forte Defensor Perpétuo, Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, Museu de Arqueologia de Itaipu e Museu Casa da Hera.

III. Acesso aos museus: barreiras materiais e imateriais

A militância a favor da acessibilidade plena parte do reconhecimento de que no cotidiano ela não existe e que, portanto, é preciso construí-la. A construção da acessibilidade passa pela remoção de barreiras instaladas nas mais diversas áreas dos museus. Registre-se, desde já, que o foco dessa observação não incide exclusivamente sobre as barreiras materiais, por mais poderosas que elas possam ser; existem no meio do caminho da acessibilidade pedras imateriais, igualmente poderosas ou ainda mais.

Nos museus, entre as principais barreiras encontram-se as de natureza social, econômica e cultural. É bastante frequente a situação em que a equipe do museu X ou Y cuida de criar dispositivos para superar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas com o objetivo de ampliar o acesso de pessoas com pouca mobilidade, de pessoas com deficiências visuais ou auditivas e de pessoas com diferentes condições cognitivas aos seus diversos serviços e programas. E isso é bom. Realizada essa etapa, no entanto, a equipe tende a considerar atendidas as necessidades de acessibilidade e a não se perguntar sobre a quantidade de cegos, surdos, mudos, anões e cadeirantes, por exemplo, que participaram dos seus programas e usufruíram dos seus serviços nos últimos dois anos. A equipe em questão também não se preocupa em fazer uma campanha educacional e cultural para informar às pessoas que o museu reduziu o número de barreiras e que ele quer e pode cotidianamente recebê-las com dignidade. Além disso, tampouco se preocupa em conhecer as condições socioeconômicas das pessoas que, com algum tipo de deficiência, participam ou não participam dos seus programas. O trabalho do museu é considerado concluído com a eliminação de algumas barreiras físicas, sensoriais e cognitivas.

Nessa hipotética situação, àqueles que fazem o museu ser aquilo que ele é não interessa colocar em questão o fato de ele continuar atendendo apenas a uma camada social, de ele continuar atendendo aos cegos, surdos, mudos e cadeirantes, por exemplo, que dominam os códigos culturais e participam das classes economicamente privilegiadas. É como se a equipe pensasse assim: o museu está aberto ao público e isso é suficiente.

Assim como é indispensável superar as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas que impedem o pleno acesso aos museus e ao patrimônio, assim também é preciso vencer as barreiras econômicas, sociais e culturais e enfrentar o desafio de ampliar radicalmente o acesso aos seus serviços e produtos. Em outras palavras: é preciso vencer as barreiras imateriais que enquadram os museus num estilo de vida das elites, fora do alcance das camadas populares.

Como já foi indicado, democratizar o acesso aos museus é fundamental, mas é pouco. É preciso compreender o museu como um meio, uma ferramenta, uma máquina, um processo ou um sistema social que deve ser democratizado. Além disso, é importante, do nosso ponto de vista, estimular e contribuir para a relação direta das comunidades populares com os museus, compreendendo que no âmbito dessa relação há espaço para instalar-se o inesperado, o novo, o ovo do dragão. Museus são propícios ao rizoma.

IV. A acessibilidade nos museus do IBRAM

A acessibilidade nos museus do IBRAM constitui um desafio que gradualmente vai sendo enfrentado e superado. A realização do diagnóstico anteriormente citado foi uma grande conquista. Ainda assim, é preciso ampliar a metodologia adotada para alcançar todos os museus do IBRAM e desenvolver, em consequência, um plano abrangente de acessibilidade.

De qualquer modo, é importante registrar que diversas unidades museológicas desenvolveram, ao longo dos últimos anos, projetos focados no campo da acessibilidade. O Museu Histórico Nacional é um bom exemplo. O trabalho desenvolvido pela equipe do museu permitiu que ele fosse selecionado pela Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para receber o Certificado “Acessibilidade Nota 10”, em 2005. Esse certificado é o reconhecimento dos esforços empreendidos pelo museu para a ampliação de sua acessibilidade. No entanto, ele não significa que todos os problemas de acessibilidade estejam resolvidos. O museu continua empenhado no aperfeiçoamento do seu projeto de acessibilidade.

O Museu da Inconfidência desenvolveu um programa de acessibilidade que inclui banheiros adaptados, elevador, equipamento para subir a escadaria principal, publicação em braille, audioguias, informações em libras e instalação de rampa na saída de emergência.

Além do desenvolvimento de projetos executivos de instalação de rampas e outros recursos de acessibilidade física, o Museu Lasar Segall e o Museu da República dispõem de audioguias que facilitam o acesso de cegos e analfabetos, bem como o acesso visual de deficientes auditivos e o acesso em inglês para aqueles que, compreendendo esse idioma, não compreendem o português. De igual modo, o Museu Imperial conta com audioguias em português, espanhol e inglês, além de rampa de acesso e elevador.

O Museu Villa-Lobos e o Museu das Bandeiras iniciaram sua adaptação com projetos focados na acessibilidade motora. Avanços foram realizados, mas é preciso continuar na busca da acessibilidade universal.

O Museu Nacional de Belas Artes desenvolve o projeto “Ver e Sentir Através do Toque”, especialmente focado na oferta de atividades de artes para deficientes visuais.

Em todos os novos projetos de intervenção arquitetônica desenvolvidos pelo IBRAM em suas unidades museológicas, a acessibilidade vem sendo contemplada. Esse é o caso dos projetos para o Museu da Chácara do Céu, o Museu Casa de Benjamin Constant, o Museu Casa da Hera, o Museu de Arte Sacra de Paraty, o Museu do Forte Defensor Perpétuo e o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio.

Uma nova mentalidade e uma nova realidade estão em processo. Os avanços são visíveis, mas ainda há muito por fazer. Os museus estão em movimento.

V. O Caderno Museológico de Acessibilidade a Museus

O plano de elaboração e publicação de um volume especialmente dedicado ao tema da acessibilidade aos museus vem sendo acalentado desde 2004, ligado à construção da Coleção de Cadernos Museológicos, projeto conduzido pelo antigo Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), hoje IBRAM.

Por volta de 2005, entramos em contato com Regina Cohen, arquiteta, professora da UFRJ e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto Sobre Acessibilidade e Desenho Universal (Núcleo Pró-Acesso) do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UFRJ. Em 2006, convidamos a referida professora para elaborar o Caderno Museológico de Acessibilidade a Museus e ministrar oficinas sobre o tema, convite extensivo a Cristiane Rose de Siqueira Duarte e Alice de Barros Horizonte Brasileiro, ambas arquitetas, professoras e pesquisadoras do referido Núcleo.

O Caderno foi preparado com muita dedicação e carinho. A Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia do DEPMUS/IBRAM zelou, desde o início, por seu bom andamento. Pode-se mesmo dizer que o Caderno Museológico de Acessibilidade a Museus é fruto de uma militância e de uma perspectiva política que nele não se inicia e nele não se esgota. As autoras e toda a equipe dedicada à construção do Caderno compreendem a acessibilidade como um princípio norteador da vida social, como uma diretriz colocada a favor da dignidade da vida humana.

O volume 2 dos Cadernos Museológicos oferece uma orientação geral sobre as questões de acessibilidade. Ele não esgota o tema; ao contrário, lança uma base consistente para novos projetos, novos debates e novas publicações. De modo rigoroso, ele constitui uma importante ferramenta de trabalho para pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de museus e de patrimônio, bem como uma contribuição especial para que os museus brasileiros sejam cada vez mais acessíveis.

A arquitetura do Caderno está estruturada em cinco capítulos, além da Introdução, das Considerações Finais, das Referências Bibliográficas e de quatro Anexos. Em todo o Caderno destaca-se a qualidade do material iconográfico, capaz de compor uma narrativa com dinâmica própria.

O primeiro capítulo trata da terminologia aplicada às pessoas com deficiência, apresenta alguns dados estatísticos nacionais e internacionais, discute a diferença entre deficiência, incapacidade e desvantagem e, por fim, examina a nova Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e divulgada a partir de 2003.

O segundo capítulo discute os conceitos de acessibilidade, rota acessível, espaço inclusivo e concentra-se no exame detalhado dos sete princípios orientadores do desenho universal.

O capítulo três dedica-se à apresentação de experiências museais de acessibilidade no Brasil e no mundo. Conjugando diferentes perspectivas – poética, crítica, política e técnica –, as autoras narram com imagens e textos as diferentes possibilidades de “ter acesso”, “percorrer”, “ver”, “ouvir”, “sentir” e “tocar”.

De algum modo, o capítulo quatro é o mais denso e constitui o núcleo técnico do presente Caderno. Nele estão presentes as principais orientações e recomendações para a acessibilidade a museus, especialmente no que se refere à acessibilidade motora, sensorial e cognitiva.

Por fim, o quinto capítulo denominado “Convivendo com a diversidade” é aquele que apresenta um caráter político mais evidenciado. Trata-se de um texto que faz parte da cartilha “Acessibilidade para todos”, elaborada e divulgada em 2004.

VI. Considerações finais

Assim como Manoel de Barros afirma: “O artista é um erro da natureza”, para logo em seguida complementar: “Bethoven foi um erro perfeito”; assim como Caetano Veloso insiste em cantar: “de perto ninguém é normal”; assim também é possível dizer que a acessibilidade aos museus não passa e não está pautada pela ilusão da existência de uma *normalidade*. Trata-se de outra coisa, trata-se de olhar para os museus a partir de outra perspectiva; uma perspectiva que seja, ao mesmo tempo, abrangente e específica, local e global, singular e plural, poética e política.

O Caderno Museológico que você acessa (aqui e agora) faz parte de um plano mais amplo. A linha editorial desta Coleção, que já conta com o volume 1, dedicado ao tema da segurança em museus, contará ainda com os seguintes volumes: Educação Museal, Planejamento e Realização de Exposições, Plano Museológico, Conservação Preventiva de Acervos Musealizados e Documentação Museológica.

Os Cadernos são autorais e estão historicamente condicionados. O desenvolvimento tecnológico, o aprimoramento dos dispositivos políticos e administrativos, os avanços educacionais e sociais, exigirão em breve tempo um retorno ao tema. A coleção, tendo sido concebida por José do Nascimento Junior e Mario Chagas, também é autoral e, por isso mesmo, apresenta determinada mirada sobre os vários temas nela incluídos. No futuro outras coleções poderão ser criadas e poderão voltar aos mesmos temas.

Muitas pessoas contribuíram para que esta publicação fosse transformada em realidade. A todas elas agradecemos. É fundamental que esta publicação circule em grande escala. Contamos com a contribuição de todos. Oxalá o Caderno Museológico *Acessibilidade a Museus* seja útil.

Introdução

Acessibilidade a museus

“Uma das funções de um museu é promover o ‘deleite afetivo’, as relações de subjetividade que se estabelecem entre os indivíduos e as coisas, que funcionam como suportes da memória, marcas identitárias, e agem para definir trajetos, para explicar percursos, para reforçar referências, definir amarras.”

Ulpiano T. B. Bezerra. O Museu e o problema do conhecimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional, número especial: memórias compartilhadas – retratos da coleção do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: O Museu, 2003.

Se pensarmos nos museus como lugares de cultura aos quais todos devem ter acesso, neles encontraremos de forma mais marcante a presença de uma polisensorialidade. As cenas de uma exposição colocam-se à disposição do público visitante através de percursos que podem ou não se concretizar satisfatoriamente por meio da visão, do tato, da audição e da mobilidade.

Pode-se dizer assim que um museu possui importância fundamental como o lugar em que todos esses sentidos são acionados no usufruto dos bens culturais oferecidos e disponibilizados pela comunidade. Faz parte de um movimento mundial a preocupação em garantir o ato de acessar uma edificação museológica, conseguir penetrar nela, percorrer seus espaços, perceber as exposições que abriga e sentir-se acolhido e feliz ao desfrutar as manifestações artísticas ou culturais ali exibidas.

Um trabalho interessante foi desenvolvido em Portugal, país que inclusive criou uma comissão com o objetivo específico de se dedicar a esse estudo, o Grupo de Acessibilidade aos Museus (GAM). Foram também elaboradas no país leis que avançam no tema, partindo da seguinte definição de museu:

“Museu é uma instituição de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

Portugal. Quadro dos Museus Portugueses. Lei nº 47, de 19 de agosto de 2004. Artigo 3º.

A definição da legislação portuguesa expressa a preocupação com o acesso igualitário aos museus, o qual constitui prerrogativa básica para a democratização da cultura e para a garantia de um direito conquistado por meio de convenções internacionais, decisões regionais e decretos locais que levam cada país a assumir suas responsabilidades.

Entretanto, ainda hoje poucas pessoas com deficiência frequentam os lugares de cultura, porque não sabem se ali poderão ser bem acolhidas. Apesar da maior conscientização em relação a essa demanda, alguns desses locais ainda não proporcionam o sentimento de pertencimento ou identidade e não asseguram a apropriação dos bens culturais por alguém que possua uma deficiência ou mobilidade reduzida.

Em uma primeira e rápida avaliação da acessibilidade aos espaços de cultura, já que este não é o propósito deste Caderno, verificamos que alguns museus pelo mundo afora têm-se preocupado com uma efetiva inclusão espacial de todos ou em proporcionar sentimentos de afeto. No Brasil, por exemplo, esta ainda é uma realidade bastante incipiente, mas cada vez mais necessitada de ser atendida. Pessoas com alguma Deficiência (PcD) ou com mobilidade reduzida se veem excluídas de muitos ambientes de nossos museus.

Assumir o compromisso com a democratização da cultura significa também pensar em uma multidisciplinaridade na qual a questão da acessibilidade deve estar necessariamente inserida. Trata-se de garantir um direito e, no caso das PcDs, uma percepção ambiental que envolve o TER ACESSO, o PERCORRER, o VER, o OUVIR, o TOCAR e o SENTIR os bens culturais produzidos pela sociedade através dos tempos e disponibilizados para toda a comunidade.

Tudo isso faz parte de um processo de educação cultural e usufruto de bens patrimoniais construídos social e antropológicamente através das diversas gerações, durante certo tempo e em determinados espaços. Foi com essa perspectiva que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) assumiu há algum tempo a preocupação com a questão. Nossas edificações, tombadas ou não, e de inestimável valor arquitetônico, nossos sítios históricos naturais ou construídos e nossa riqueza cultural e artística mereceram sua devida atenção no sentido de estarem disponíveis para todos os seus usuários.

No ano de 2003, o IPHAN editou sua primeira instrução normativa, tentando se adequar às legislações federais e, para isso, estabelecendo critérios, métodos e instrumentos de análise para a avaliação das condições de acessibilidade dos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, a elaboração de diagnósticos, a implementação de projetos de intervenção e a formulação de programas, entre outras práticas.

Com isso em mente e com a clareza do desafio que tinha pela frente, o IPHAN colocou a questão da seguinte maneira:

“As soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público [...]”

IPHAN – Instrução Normativa nº 1, 25 de novembro de 2003.

Este foi sem dúvida o momento em que a preocupação com a acessibilidade aos museus começou a tomar fôlego no Brasil, tardiamente em relação a um movimento internacional iniciado há bastante tempo. Mas cabe ressaltar que, apesar de ter evoluído bastante em termos de leis em todas as esferas de governo, de instruções normativas ou de normas técnicas, nossa prática de garantir a acessibilidade de todos os potenciais usuários às instituições culturais ainda está bastante distante do discurso.

No Brasil, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro, participamos do Edital de Construção da Cidadania da Pessoa com Deficiência da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa (FAPERJ) e realizamos o Diagnóstico das Condições de Acessibilidade nos nossos museus, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Esta nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura sucedeu o IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais, tendo sob a sua responsabilidade a Política Nacional de Museus e a melhoria dos serviços do setor (<http://www1.museus.gov.br>). Mesmo constituindo-se em uma instância nova do Governo Federal, já são visíveis as preocupações de seus responsáveis com a universalidade no acesso aos museus, através de seu Estatuto:

“Da Difusão Cultural e do Acesso aos Museus Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.

IBRAM – Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 – Institui o Estatuto de Museus.

O acesso universal é considerado um fator primordial na acessibilidade de pessoas com deficiência às ambiências museais. O Artigo 35 reflete exatamente a atual postura.

Em julho de 2010, fomos convidadas pelo IBRAM para participar em Brasília do IV Fórum Nacional de Museus, apresentando os resultados das pesquisas de pós-doutorado de Cohen (2008) e do Diagnóstico, ambos com o patrocínio da FAPERJ.

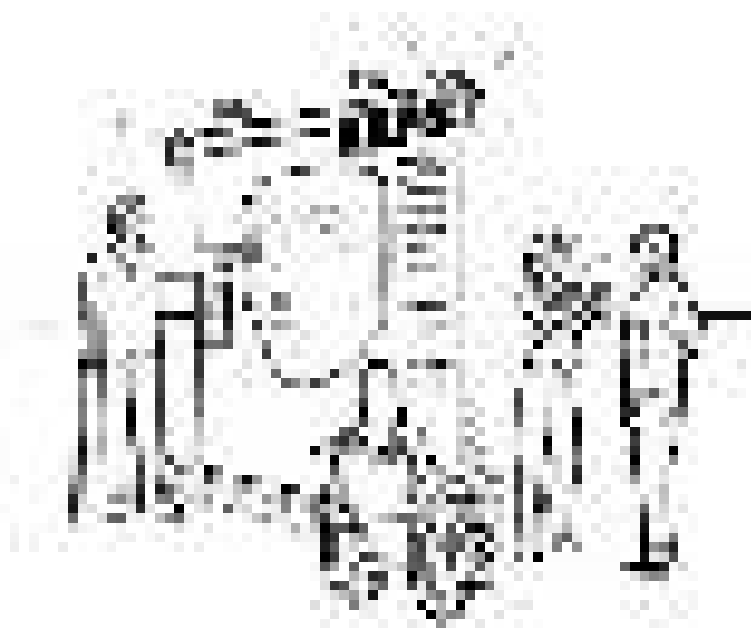
Um dos objetivos do encontro foi traçar, mediante plenárias e eixos temáticos, um Plano Nacional Setorial de Museus. Foram estabelecidas diretrizes nacionais no

eixo “Cultura, Cidade e Cidadania”, incluindo a que estabeleceu uma Política de Acessibilidade Universal para museus e centros culturais, aprovada com unanimidade em plenária. A garantia do acesso a pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e em situação de vulnerabilidade social às ambiências museais, por meio da adequação de seus espaços e entornos aos princípios do desenho universal, bem como a elaboração de estratégias comunicacionais que favoreçam a compreensão dos discursos expositivos, contidas nesta diretriz, certamente significaram conquistas e um grande avanço desencadeado pelo IBRAM.

Fruto desta nossa parceria com o IBRAM, o ano de 2010 também significou novas perspectivas para a universalidade dos museus com vários editais de instituições públicas e privadas, voltados para a acessibilidade. Temos sido convidadas a participar de alguns deles, o que muito nos gratifica nas metas traçadas em nossas pesquisas.

Sumariamente, podemos dizer que este “Caderno de Acessibilidade a Museus” foi escrito e organizado por muitas pessoas, sem as quais não teríamos concluído nossa tarefa. Que com mais este passo dado para a construção de ambientes museológicos mais inclusivos e acessíveis consigamos partir para a verdadeira efetivação do ideal de acesso aos museus para todos.

Adaptação de Aldrey Baldo para Duarte & Cohen. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ.



Pelo acesso de todos à cultura e aos museus

As pessoas com deficiência

1



Pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida

“A sociedade exige normas mínimas no plano das atitudes e condutas e também no plano de critérios estéticos. Ao longo de sua evolução, ela exigiu desempenhos diferentes dos membros que a compõem. Os que não divergem destas expectativas particulares são ditos ‘normais.’”

Lucile Mettetal-Dulard. *Les personnes handicapées physiques et la ville des autres*, 1994.

Nossa sociedade costuma fazer uma divisão estrutural entre o que é “normal” e “anormal”, entre “iguais” e “diferentes”. Mas, afinal, qual a regra que coloca de um lado coisas e pessoas “normais” e de outro tudo o que foge a essa regra ou diverge das expectativas estabelecidas?

Na realidade, não existem critérios para definir como as pessoas deveriam ser: cada um é aquilo que sua realidade econômica, social e cultural permite.

Mettetal-Dulard (1994) utiliza o termo “desviantes” (*déviantes*) para caracterizar os que fogem às normas. Uma pessoa que não responda ao que a sociedade exige no plano das atitudes e de critérios físicos, sensoriais, intelectuais ou estéticos poderá pensar diferente e achar que é a pessoa normal, sendo os outros os “desviantes”.

Os termos “deficiente”, “desviante”, “diferente” e “anormal” traduzem muitas coisas para uma pessoa que possui determinadas características cognitivas, sensoriais ou motoras, podendo ver-se impedida de viver plenamente. Traduzem preconceitos que geram estigmas, traduzem valores éticos e se consubstanciam na relação entre as pessoas “normais” ou “anormais”, “iguais” ou “diferentes”, “com deficiência” ou não; e traduzem, também, desconhecimento de quem são essas pessoas.

Quem são então as Pessoas com Deficiência (PcD), protagonistas deste caderno de acessibilidade a museus? O breve debate em torno da terminologia que será aqui empreendido busca evitar a rotulação gerada pelos preconceitos e abrir caminho para o tema central deste manual ou caderno, que é a relação dessas pessoas com os espaços dos museus brasileiros.

Terminologia sobre pessoas com deficiência

Considerando-se a controvérsia existente em torno da definição de uma terminologia que dê conta do real significado de deficiência e das imagens associadas ao que ela venha a ser, faz-se necessário ir além da construção de imagens, definições e conceitos.

Existem diversos termos para se referir ao grupo de pessoas consideradas “deficientes”. As palavras e suas correlações são o reflexo da imagem que fazemos de alguém e geram todos os estigmas a ela associados. O termo estigma, criado pelos gregos, significa, segundo Erving Goffman (1988), algo de extraordinário sobre as características físicas e morais que uma pessoa apresenta.

Termos e imagens projetam, acima de tudo, um significado para as pessoas, que constantemente formam ideias sobre os outros. A importância da discussão sobre a significação dos conceitos pode orientar as medidas a serem tomadas nos diversos campos relacionados à acessibilidade aos museus.

O termo “deficiente” e o que ele traduz remetem, em geral, à ideia de falta e de carência: as pessoas que têm uma falha sensorial, motora ou intelectual seriam pessoas deficientes.

No entanto, o que caracteriza uma pessoa deficiente não é apenas a falta de visão, de audição, de um braço ou de uma perna, nem um repertório intelectual reduzido ou dificuldades no andar ou no ficar em pé. A pessoa deficiente também é aquela que se encontra desarmada em face de situações da vida cotidiana.

Assim, qualquer significado associado à palavra “deficiência” é o produto da interação de numerosas variáveis sociais e espaciais. O termo “pessoas deficientes”, contudo, seguiu, por muito tempo, a definição da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 9 de dezembro de 1975, a *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*, aprovada na Assembleia Geral da ONU, proclamava em seu artigo I:

“O termo ‘pessoas deficientes’ refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais.”

ONU, *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*, 1975.

A Constituição Brasileira de 1988 adotou o termo “pessoas portadoras de deficiência”, caracterizando que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa. Atualmente, a expressão “pessoa com deficiência”, ao ressaltar o conceito de pessoa, diminui o preconceito gerado por uma abordagem que reduzia a pessoa à sua deficiência e assim caracterizava esse grupo de indivíduos que portavam algo.

O que parece importante nessa nova terminologia adotada é que “o deficiente” não é um complemento que vem depois de outra coisa ou uma pessoa que carrega ou porta um fardo muito pesado. A evolução do conceito pode também ter contribuído para evitar a fragmentação de uma definição que considerava o deficiente por partes ou com necessidades especiais que, afinal, todos os seres humanos, com ou sem deficiência, possuem.

No Brasil, no dia 2 de dezembro de 2004, quando ainda se usava o termo “pessoa portadora de deficiência”, foram regulamentadas duas leis federais: a Lei nº 10.048, de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. O Decreto nº 5.296, que resulta desse processo e regulamenta as duas leis, considera a seguinte definição:

“Pessoa portadora de deficiência – [...] a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade.”

Brasil. Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004. Artigo 5º, parágrafo 1º.

Uma mudança de postura se reflete na “definição de deficiência” contida na *Norma Brasileira de Acessibilidade* da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

“Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização das edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.”

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. NBR 9050/2004. ABNT.

Essa conceituação é importante por incluir na noção de deficiência as “condições de percepção das características do ambiente”.

O Decreto nº 5.296 caracteriza as áreas de deficiências, conforme o quadro a seguir, e ainda define “pessoa com mobilidade reduzida” como “aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção” (Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

Quadro 1 – Caracterização das áreas de deficiência¹

As caracterizações das deficiências seguem o Decreto Federal nº 5.296, de dezembro de 2004, como a seguir:	
Deficiência Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções;
Deficiência Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (41 dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
Deficiência Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
Deficiência Mental	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho;
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências.

Estatísticas

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 10% da população mundial possua algum tipo de deficiência. Esse foi o índice adotado no Brasil, por muito tempo, para estimar o número de “pessoas com deficiência”.

Se considerarmos o crescente número de pessoas em todo o mundo com alguma dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida, percebemos que esse segmento

¹ Esse quadro consta da tese de doutorado de Regina Cohen, responsável e coordenadora deste manual (Cohen, 2006).

da população não mais constitui uma minoria. Com os avanços tecnológicos e médicos, as expectativas de vida têm melhorado e vemos aumentar o número de idosos. Pessoas acima de 65 anos apresentam deficiências e dificuldades para enxergar, ouvir e se locomover.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000, no Brasil 14,5% das pessoas têm alguma deficiência (IBGE, 2000). É um grande segmento de nossa população com mobilidade reduzida ou dificuldade de locomoção, ao qual podemos também acrescentar os idosos, os obesos, os cardíacos ou as mulheres grávidas, e pessoas com dificuldades de enxergar, de ouvir ou com alguma deficiência intelectual.

Gráfico 1 – Pessoas com deficiência no Brasil



Fonte: IBGE (2000). Disponível em: <www.assistenciasocial.gov.br>.

Obs.: Este gráfico ainda apresenta dados do Censo Estatístico de Pessoas com Deficiência do IBGE de 2000. O Censo realizado em 2010 revela que 23,9% da população brasileira tem alguma deficiência.

Se considerarmos o círculo de familiares e amigos envolvidos com essas pessoas, teremos um grande número de cidadãos relacionados com o cotidiano desse segmento da população.

No Brasil, a incidência de “pessoas com deficiência” é maior na região Nordeste e menor na região Sudeste, como demonstra a tabela do IBGE (2000) a seguir. O estado de São Paulo apresenta o maior número de cegos (23.900), seguido pela Bahia (15.400).

Quadro 2 – Pessoas com deficiência por regiões no Brasil

Proporção da população residente com uma das deficiências investigadas por domicílio, segundo as grandes regiões			
Grandes Regiões	Total	Urbana	Rural
Brasil	14,5	14,3	15,2
Norte	14,7	15,7	12,5
Nordeste	16,8	17,0	16,3
Sudeste	13,1	13,0	13,8
Sul	14,3	13,8	16,5
Centro-Oeste	13,9	14,0	13,1

Fonte: IBGE (2000). Disponível em: <www.assistenciasocial.gov.br>.

Deficiência e desvantagem

Ainda em relação à questão terminológica, a Organização Mundial da Saúde (OMS) editou, em 1980, no Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (PAMPD), uma Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID).

Nesse documento, deficiência é definida como:

“Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.”

OMS. *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens* (CIDID), 1980. In: Brasil. Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência – CORDE, 1997.

Incapacidade recebe a seguinte definição:

“Toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar uma atividade na forma ou na medida em que se considera normal a um ser humano.”

OMS. *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens* (CIDID), 1980. In: Brasil. CORDE, 1997.

A incapacidade, conforme Bahia, Cohen e Veras (1998), está ligada a possíveis sequelas que restringiriam a execução de uma atividade.

Enquanto a CIDID estimulava uma linguagem comum para os estudos nacionais e internacionais, ela própria era deficiente por não incorporar componentes sociais e ambientais. Tal lacuna foi superada com a criação do conceito de desvantagem, que é assim definido:

Desvantagem:

“se constitui em uma situação desvantajosa para um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de um papel que é normal em seu caso (em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais).”

OMS. *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens* (CIDID), 1980. In: Brasil. CORDE, 1997.

A desvantagem, segundo consta no manual *Município e Acessibilidade* (BAHIA; COHEN; VERAS, 1998), diz respeito aos obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência em sua integração com a sociedade: pessoas com alguma deficiência não conseguem arrumar emprego, crianças com alguma deficiência não têm acesso à educação pela falta de espaços acessíveis na escola, deficientes não frequentam determinados locais por não serem aceitos pela sociedade ou pela falta de acessibilidade.

Sob esse prisma, a desvantagem pode ser também a resultante de obstáculos físicos existentes nos lugares. Segundo Cohen e Duarte (2007), a incapacidade gerada por uma deficiência deve ser relativizada e o conceito de deficiência é pouco abrangente. Todas as pessoas devem usar os espaços dos museus sem serem excluídas:

“A Desvantagem é resultante dos desajustes entre as características físicas, sensoriais ou intelectuais das pessoas e as condições do ambiente em que elas estão. A deficiência pode ser vista, assim, como uma situação contextual e não como um problema irremediável (por exemplo: uma pessoa com deficiência e em cadeira de rodas que mora no último andar de um prédio, cujo acesso é feito por escada, está em desvantagem em relação à quem mora no térreo. Este conceito nos leva a compreender que é o espaço que é deficiente. Muitas das limitações das Pessoas com Deficiência não se devem a uma falta de habilidade, mas a uma deficiência do ESPAÇO construído em acolher diversidades.”

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. *Relatórios de pesquisa FAPERJ*. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ. Rio de Janeiro: 2003, 2004, 2007.

Uma nova classificação

Não resta dúvida que uma tentativa de classificação abre caminho a protestos quanto aos aspectos negativos da categorização. Como decorrência da controvérsia relacionada às categorizações existentes, entidades intergovernamentais encontraram-se em março de 1996 para discutir a CIDID e sua revisão. Participaram do encontro, entre outras, a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Comissão Europeia e o Conselho da Europa de especialistas em deficiência.

Todos buscavam uma classificação que especificasse as diferenças entre indivíduos e os efeitos sociais e espaciais sobre essas diferenças. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde² da OMS, de 2003 (CIF/OMS apud Mazzoni, 2003, p. 47), procurou avançar nessa questão, enfatizando uma abordagem baseada nos direitos humanos. Essa classificação reflete uma nova postura, ao relacionar a deficiência com o meio ambiente, e uma evolução de paradigmas, ao abandonar um “modelo médico de deficiência” para endossar o conceito de um “modelo social de deficiência”.

O interessante a salientar, como mostra o quadro a seguir, é o aspecto positivo da nova classificação e a maneira como a deficiência passa a ser considerada na sua relação com o ambiente. Pode-se considerar que a CIF não diz respeito apenas às pessoas com deficiência, mas a um conjunto de ações a serem desenvolvidas em todos os lugares, incluindo os espaços de um museu.

Quadro 3 – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE – CIF/OMS, 2003	
B (Body) Funções Corporais	São as funções fisiológicas dos sistemas corporais, incluindo as funções psicológicas. Com "corpo" se faz referência ao organismo como um todo e, portanto, inclui a mente.
S (Structure) Estruturas Corporais	São as partes anatômicas ou estruturais do corpo, tais como os órgãos, os membros e seus componentes. O padrão considerado corresponde à norma estatística para os seres humanos.
D (Disability) Deficiência	É a anormalidade ou perda de uma parte do corpo (exemplo: estrutura) ou de uma função corporal (ex.: função fisiológica). As funções fisiológicas incluem as funções mentais. O termo "anormalidade" refere-se estritamente a um desvio significativo com respeito a uma norma estatística e deve ser usado apenas neste sentido.

(Continua)

² A versão em português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), conforme Mazzoni (2003, p. 45), passou a ser divulgada a partir de 2003, por intermédio do Centro Brasileiro de Classificação de Doenças.

(Continuação)

A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE – CIF/OMS, 2003	
A (Activity) Atividade	É o desempenho / realização de uma tarefa ou ação por uma pessoa. Representa a perspectiva do indivíduo com respeito ao funcionamento.
Limitações na Atividade	São dificuldades que uma pessoa pode ter para o desempenho / realização das atividades.
P(Participation)Participação	É o ato de envolvimento individual em uma situação de vida. Representa a perspectiva da sociedade em relação ao funcionamento dessa pessoa.
Restrições na Participação	São os problemas que uma pessoa pode experimentar ao envolver-se nas situações da vida. A presença da restrição fica determinada pela comparação com a participação que se espera de outras pessoas da mesma cultura e sociedade, que não possuem a deficiência.
Fatores Ambientais	Referem-se a todos os aspectos do mundo extrínseco ou externo que formam o contexto da vida de uma pessoa, e como eles afetam o funcionamento dessa pessoa. Os fatores ambientais incluem o mundo físico natural com todas as suas características, o ambiente transformado pelos homens e o ambiente social e atitudinal.
E(Environment)Escala de Fatores Ambientais	É como os elementos que compõem os ambientes interferem no comportamento dos usuários e na sua capacidade de desenvolver atividades. Um ambiente pode facilitar ou dificultar a realização das atividades. (DISCHINGER, 2004, p. 22)

Conceitos básicos

2

Focalizamos mais detidamente, a seguir, o conceito de acessibilidade e a proposta de desenho universal, por serem elementos fundamentais nas considerações apresentadas neste caderno técnico.

Acessibilidade

“Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitetônicos, mas vai muito além, uma vez que toca outras componentes determinantes, que concernem aspectos intelectuais e emocionais: acessibilidade da informação e do acervo. Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objetos expostos num ambiente favorável. Para, além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida.”

Instituto Português de Museus (2004), Coleção Temas de Museologia. Museus e Acessibilidade

A acessibilidade tem sido tema de numerosos trabalhos e objeto de variadas pesquisas nos últimos anos, com distintas abordagens. Na perspectiva adotada neste manual técnico ou caderno, o fornecimento de acessibilidade e de competência motora às pessoas com deficiência é atributo dos espaços. Dentro dessa ótica, inaugurou-se uma nova reflexão sobre a acessibilidade e o caráter contextual da percepção, abordando-se a deficiência como fator condicionado pelas características dos ambientes, o que envolve também a expressão motora de uma afetividade. Leva-se em conta, assim, que as dificuldades das pessoas com deficiência também podem modificar sua relação com os espaços de cultura e lazer que desejam frequentar.

Uma conceituação adequada de acessibilidade pode contribuir para o estabelecimento de novos paradigmas em relação ao acesso a museus, bem como para a reflexão e abordagem de uma temática que tem estado tão presente em discussões em que se buscam respostas para os numerosos problemas de inclusão espacial hoje encontrados.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) assim definem a acessibilidade:

“É a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”

NBR 9050/2004. ABNT. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.*

Na legislação brasileira também se encontra uma definição de acessibilidade:

“Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Decreto Federal Brasileiro nº 5.296, 2004.

Espaços acessíveis podem equiparar as oportunidades e permitir o exercício da cidadania a todos. Segundo o Programa da Organização das Nações Unidas (ONU) adotado em 1983, equiparação de oportunidades significa:

“O processo mediante o qual o sistema geral da sociedade – tal como o meio físico e cultural, moradia e transporte, serviços sociais e de saúde, oportunidades de educação e de trabalho, vida cultural e social, inclusive instalações desportivas e de lazer – se torna acessível a todos.”

Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (PAMPD), ONU, Resolução nº 37/52, 3/12/1982. *Apud* BRASIL, Corde, 1997.

A acessibilidade, conforme Duarte e Cohen (2004, 2007), pode ser a porta que dá entrada à equiparação de oportunidades, inclusive a de participação nas atividades culturais, para todas as pessoas. Não deve assim ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas as pessoas com deficiência – o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação desses grupos –, mas como medidas técnico-sociais destinadas a garantir o acolhimento de todos os usuários em potencial.

Desenho universal e espaço inclusivo

O conceito de acessibilidade tem sido cada vez mais associado no mundo todo à proposta de um desenho universal de espaços urbanos, edificações, transportes e produtos que atendam a todos, independentemente de capacidade ou habilidade. No dizer de Simões e Bispo:

“O desafio inerente à abordagem proposta pelo Design Universal deve ser entendido como uma inspiração para um bom projeto e não como um constrangimento sendo a universalidade de utilização um limite inatingível que ao ser perseguido promove um processo de melhoramento continuado do mundo construído.”

SIMÕES, Jorge Falcato; BISPO, Renato. *Design inclusivo: acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes*. Manual de apoio às acções de formação do projecto Design Inclusivo, 2003.

O termo *universal design* foi primeiramente usado por Ron Mace em 1985 e, desde então, outros termos a ele relacionados têm sido adotados na literatura especializada, como arquitetura inclusiva, desenho inclusivo e projeto inclusivo, todos envolvendo a filosofia do desenho universal.

“Esta nova visão é bastante positiva uma vez que não se restringe ao objeto arquitetônico, transcendendo largamente suas fronteiras, seja fisicamente, culturalmente ou socialmente falando.”

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. *Acessibilidade aos espaços de ensino fundamental*. Relatório de Pesquisa FAPERJ. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

Na NBR 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o desenho universal é definido como:

“Aquele que visa a atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.”

NBR 9050/2004. ABNT. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*.

Mais recentemente, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 25 de agosto de 2006, ratificada pelo Brasil em 2008, dá a seguinte definição:

“Desenho Universal significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, até onde for possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O ‘desenho universal’ não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.”

A concepção de universalidade tem crescido em importância, e já existem numerosos exemplos de produtos e espaços universais no mundo inteiro. O desenho universal implica um planejamento que não exclua ninguém. Requer, portanto, a compreensão do conjunto das diferentes necessidades espaciais das pessoas, incluindo aquelas com alguma deficiência, e envolve o cuidado com cada detalhe.

Se a acessibilidade aos espaços de um museu, em termos físicos, significa a possibilidade de chegar a um lugar, ter acesso corresponde também compreender e apreciar o que se passa nesse lugar, o que envolve a apreensão e a percepção do que acontece no espaço tal como foi previsto para que fosse apreendido e percebido.

“Quando se fala em Acessibilidade e Desenho Universal, muito mais do que a preocupação com a eliminação de barreiras, deve-se pensar o Espaço Inclusivo como aquele que permite (inclusive às Pessoas com Deficiência – PcD) a opção de vivenciar os lugares. Ou seja, a compreensão do ambiente passa pela consciência de que é possível (ou não) dirigir-se e circular por todos os espaços. ‘Espaços Inclusivos’ são capazes de fornecer à PcD sentimentos de segurança, competência e liberdade na sua dificuldade de locomoção com vistas a dirigir as suas ações, podendo estabelecer uma relação harmoniosa dela com o mundo exterior.”

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. *Acessibilidade aos espaços de ensino fundamental*. Relatório de Pesquisa FAPERJ. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

Considerando-se que uma deficiência pode mudar a percepção de um espaço, também os espaços de um museu representam realidades diferentes para diferentes pessoas, que com eles se relacionam de maneira também distinta.

Princípios do desenho universal

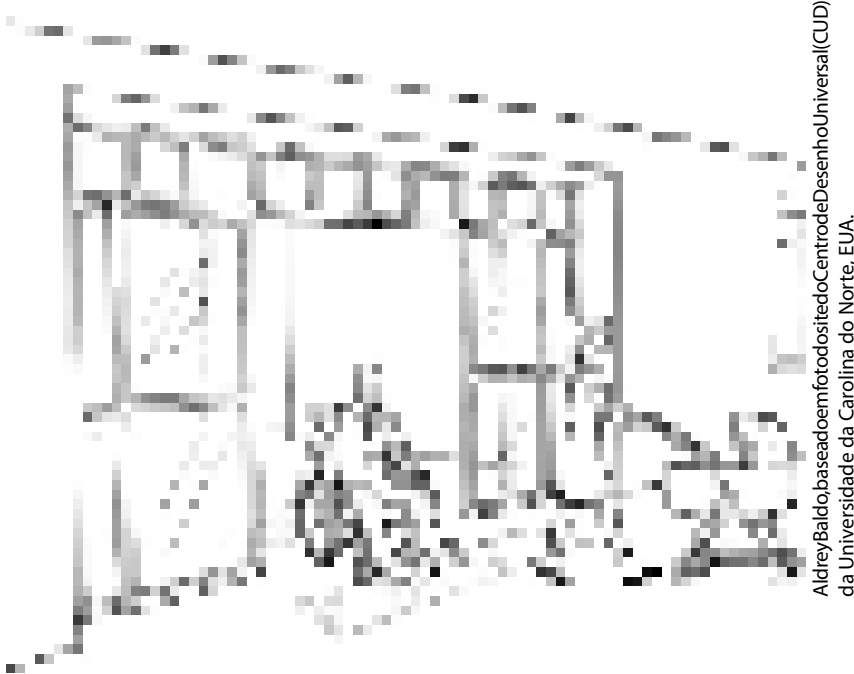
O renomado Centro para o Desenho Universal (CUD, na sigla em inglês) da Universidade do Estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, desenvolveu um projeto para a avaliação de produtos, espaços arquitetônicos e urbanos e elementos de construção. O principal objetivo era fomentar, incrementar e disseminar o desenvolvimento do desenho universal por meio de inúmeros estudos.

Para a elaboração de princípios que pudessem embasar a nova filosofia, foi constituída uma equipe de trabalho multidisciplinar com profissionais de diferentes áreas de planejamento: arquitetos, desenhistas industriais, engenheiros e pesquisadores acadêmicos de diversas universidades americanas.

A partir de uma ampla troca entre essas pessoas, estabeleceram-se princípios que deveriam ser aplicados a todas as disciplinas de projeto, como arquitetura, urbanismo e *design*, e atender todas as pessoas. Esses princípios, expostos a seguir, constituem poderosas ferramentas de avaliação de produtos e espaços com o intuito de criar ambientes que possam ser mais amplamente utilizados por todos, ajudando também a conscientizar os profissionais no processo de humanização de seus projetos.

1º princípio – Uso equitativo

O design é útil e comercializável às pessoas com habilidades diferenciadas

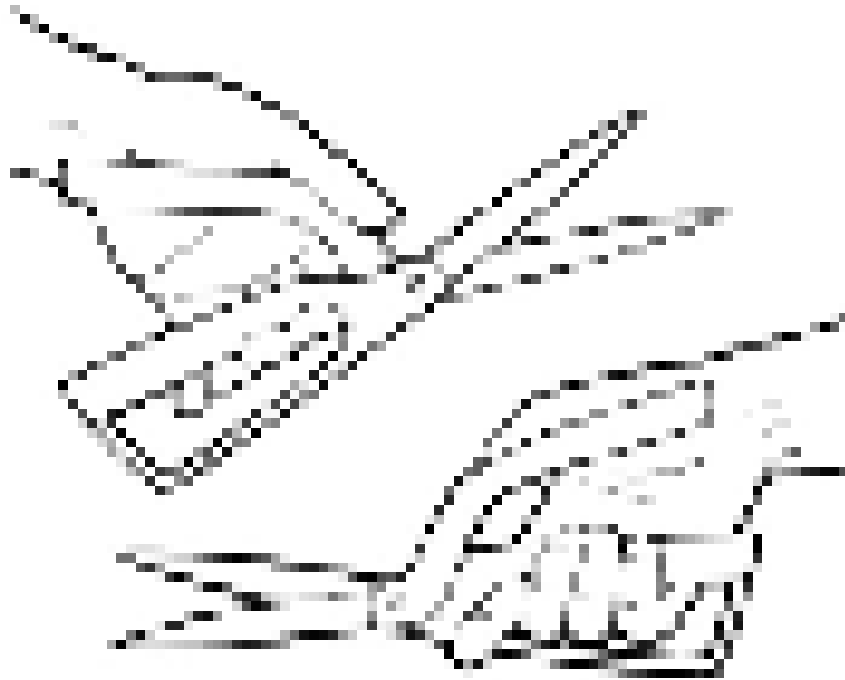


- Proporciona a mesma forma de utilização a todos os usuários: idêntica sempre que possível; equivalente, se necessário.
- Evita segregar ou estigmatizar quaisquer usuários.
- Coloca igualmente ao alcance de todos os usuários a privacidade, a proteção e a segurança.
- Torna o produto apelativo a todos os utilizadores.

2º princípio – Flexibilidade no uso

O design atende a uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades

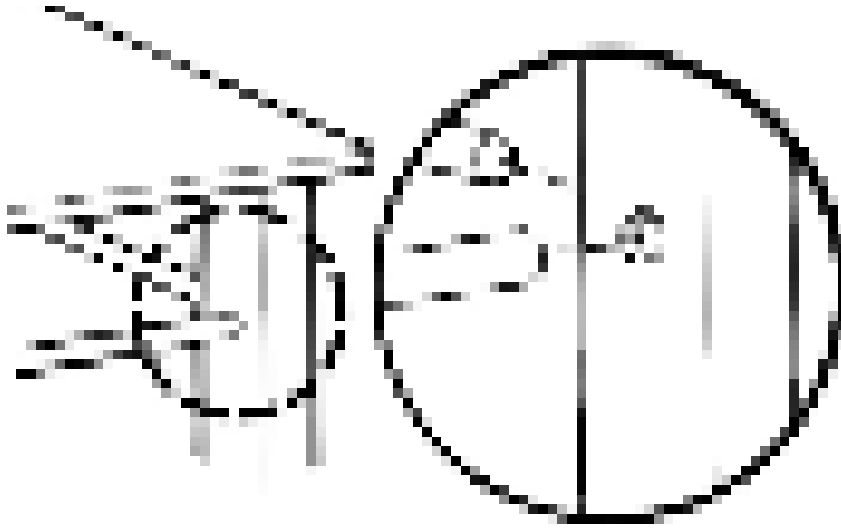
Aldrey Baldo, baseado em fotos do site do Centro de Desenho Universal (CUD) da Universidade da Carolina do Norte, EUA.



- Permite escolher a forma de utilização.
- Acomoda o acesso e o uso destro ou canhoto.
- Facilita a exatidão e a precisão do utilizador.
- Garante adaptabilidade ao ritmo do utilizador.

3º princípio – Uso simples e intuitivo

O uso do design é de fácil compreensão, independentemente de experiência, nível de formação, conhecimento do idioma ou da capacidade de concentração do usuário

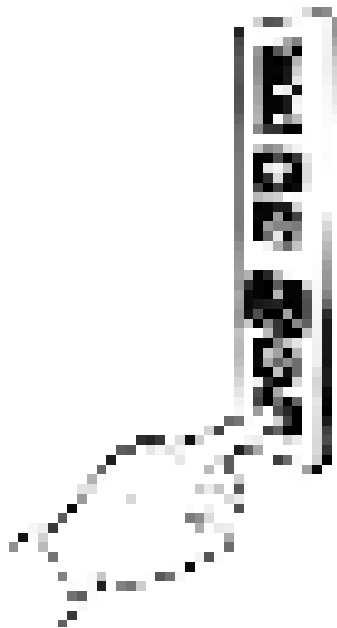


Aldrey Baldo, baseado em foto do site do Centro de Desenho Universal (CUD) da Universidade da Carolina do Norte, EUA.

- Elimina complexidade desnecessária.
- É coerente com as expectativas e a intuição do usuário.
- Acomoda um amplo leque de capacidades linguísticas e níveis de instrução.
- Organiza a informação de forma coerente com a sua importância.
- Garante prontidão e resposta efetivas durante e após a execução de tarefas.

4º princípio – Informação perceptível

O design comunica eficazmente ao usuário as informações necessárias, independentemente de sua capacidade sensorial ou de condições ambientais



Aldrey Baldo, baseado em foto do site do Centro de Desenho Universal (CUD) da Universidade da Carolina do Norte, EUA.

- Usa diferentes modos (pictográfico, verbal, tátil) para apresentar de forma redundante informação essencial.
- Maximiza a “legibilidade” de informação essencial.
- Diferencia os elementos em formas que possam ser descritas (isto é, torna fácil dar instruções ou orientações).
- É compatível com a diversidade de técnicas ou equipamentos utilizados por pessoas com limitações sensoriais.

5º princípio – Tolerância ao erro

O design minimiza o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas



Aldrey Baldo, baseado em foto do site do Centro de Desenho Universal (CUD) da Universidade da Carolina do Norte, EUA.

- Ordena os elementos de forma a minimizar riscos e erros: os elementos mais usados são mais acessíveis e os elementos perigosos são eliminados, isolados ou protegidos.
- Garante avisos de riscos e erros.
- Proporciona características de falha segura.
- Desencoraja a ação inconsciente em tarefas que requeiram vigilância.

6º princípio – Mínimo esforço físico

Pode ser usado eficiente e confortavelmente e com um mínimo de fadiga

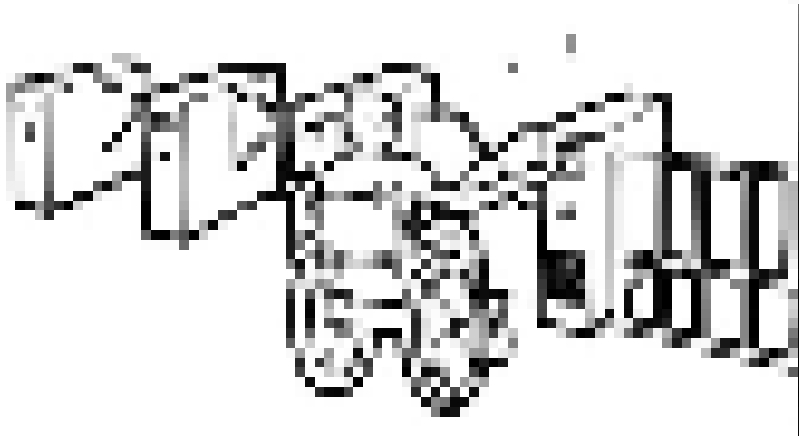
Aldrey Baldo, baseado em foto do site do Centro de Desenho Universal (CUD) da Universidade da Carolina do Norte, EUA.



- Permite ao usuário manter uma posição neutra do corpo.
- Usa forças razoáveis para operar.
- Minimiza operações repetitivas.
- Minimiza esforço físico continuado.

7º princípio – Dimensão e espaço para aproximação e uso

São providenciados tamanhos e espaços apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do utilizador



Aldrey Baldo, baseado em fotos do site do Centro de Desenho Universal (CUD) da Universidade da Carolina do Norte, EUA.

- Providencia um campo de visão livre de elementos importantes para qualquer usuário sentado ou de pé.
- Torna o alcance a todos os componentes confortável para qualquer usuário sentado ou de pé.
- Acomoda variações no tamanho da mão ou da sua capacidade de agarrar.
- Providencia espaço adequado para o uso de ajudas técnicas ou de assistência pessoal.

Rota acessível

Elemento importante para a classificação de espaços inclusivos, a rota acessível consiste no percurso livre de qualquer obstáculo de um ponto a outro (origem e destino) e compreende uma continuidade e abrangência de medidas de acessibilidade no percurso que a pessoa deseja fazer dentro do museu. Isso significa pensar no acesso desde o entorno, a maneira de se chegar ao museu, a entrada da edificação, os locais de exposição, os serviços oferecidos e todo e qualquer tipo de informação e comunicação para todas as pessoas.

Para que se considere um museu acessível, de nada adianta, por exemplo, dotá-lo de uma rampa para vencer degraus, salas de exposição com pavimentação antiderrapante adequada e pisos-guia para cegos, se ao longo desse trajeto for projetada uma porta giratória ou houver obstáculos, como bebedouros, sem piso de alerta para os deficientes visuais. A existência de um só obstáculo pode comprometer o projeto inclusivo.

Aldrey/Baldo



Rota acessível na galeria de um museu

Inclusão e experiência espacial

A inclusão diz respeito à totalidade, e não a aspectos da vida de uma pessoa:

“A inclusão é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos da sua vida.”

Romeu Sassaki. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

Por essa razão, dedicamos especial atenção à multiplicidade de formas de apreensão do espaço e às especificidades que influenciam as diferentes percepções e relações de afeto que as pessoas desenvolvem com os espaços. A experiência espacial estrutura os padrões de identificação do sujeito com o meio ambiente. Segundo Tuan (1983), experienciar é aprender, compreender; atuar sobre o espaço e poder criar a partir dele.

O processo cognitivo precisa se desenvolver através da percepção e da apreensão do espaço, para que o indivíduo possa conhecê-lo e agir sobre ele. O afeto ao lugar está relacionado à experiência que nele se pode ter. É importante, portanto, que o espaço seja capaz de abrigar formas de experiência que possibilitem a identificação das pessoas com os lugares onde querem atuar – os espaços de um museu, por exemplo.

Experiências museais no
Brasil e no mundo:
ter acesso, percorrer, ver,
ouvir, sentir e tocar

3

“Em suma, uma cidade é construída por seus habitantes ao longo do tempo, e resgatar essa história é trabalhar com as marcas do tempo que ainda estão presentes na cidade. Que o Museu da Cidade consiga ser o laboratório vivo de experiências sobre o passado, que resgate as memórias coletivas para que elas possam ser defendidas e recuperadas, que saiba brincar com o passado e recriá-lo artisticamente. Esta será inegavelmente uma grande contribuição dessa casa aos moradores da cidade.”

Myrian Sepúlveda dos Santos. À procura da alma encantadora da cidade. In: Abreu, Chagas e Santos. *Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas*. 2007, p. 359

A preocupação com o acesso aos museus tem crescido em todo o mundo e muitos países têm investido na adaptação das instalações de seus bens culturais. Para ilustrar as diretrizes que norteiam este manual, apresentaremos a seguir experiências registradas em alguns museus no Brasil e no mundo, segundo uma perspectiva sensorial no ato de ter acesso, percorrer as instituições museológicas e perceber suas exposições.

Ter acesso

“Os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.”

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Artigo 9. Acessibilidade.



Museu do Louvre: elevador de acesso às salas de exposições



Museu do Louvre: elevador de acesso às salas de exposições

Museu do Louvre – Paris, França

Após muitos anos de existência, o Museu do Louvre colocou em prática uma política de acessibilidade, cujo objetivo é garantir que a grande maioria de seus visitantes partilhe a riqueza e a diversidade de suas coleções. Esse esforço pela acessibilidade foi aprovado em 2002 pelo governo francês, com a concessão de um selo de turismo e deficiência.

“Há mais de vinte anos, o arquiteto I. M. Pei foi chamado a intervir num dos inquestionáveis patrimônios da humanidade, o Museu do Louvre. Feito jóia rara, sua pirâmide em aço e vidro define o novo e monumental acesso para aquele igualmente monumental conjunto. Dominando o espaço interno lá está, como um imenso grupo escultórico, a fusão entre elevador e escada.”

Flavia Boni Licht. Paper apresentado no Seminário: Acessibilidade no Patrimônio Histórico e Cultural, CREA-Bahia e INEPAC-Bahia, Salvador, novembro de 2009



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.

Moma: rampa de acesso para pessoas em cadeira de rodas no jardim do Moma



Moma: rampa de acesso para pessoas em cadeira de rodas no interior do Moma

Museu de Arte Moderna (Moma) – Nova Iorque, Estados Unidos

O Museu de Arte Moderna (Moma) de Nova Iorque está empenhado em assegurar a todos os seus visitantes a experiência de sua coleção de arte. Reconhecendo a diversidade de habilidades e necessidades de seu público, a instituição busca oferecer uma variedade de serviços e programas que garantam a acessibilidade aos espaços do museu, esperando fornecer um ambiente mais inclusivo a todo visitante.

No ano de 2000, o Moma ganhou o prêmio de inovação do acesso nas artes, fornecido pelo *Very Special Arts* (VSA) e pela *Metropolitan Life Foundation*, como reconhecimento das ações do museu no desenvolvimento de programas para atender pessoas com deficiência.



Acervo Núcleo Pró-accesso/UFRJ.

Metropolitan Museum – acesso principal: escadarias na entrada principal e acesso lateral sem obstáculos

Museu Metropolitan – Nova Iorque, Estados Unidos

O Metropolitan Museum é uma edificação com fachada principal em estilo arquitetônico clássico e grandes escadarias, mas possui entradas alternativas acessíveis na 5ª Avenida, em frente ao Central Park, e na 81st, e acesso pelo estacionamento com várias vagas especiais próximas dos elevadores.

Além da acessibilidade aos espaços do museu para pessoas com deficiência que se locomovem em cadeira de rodas, existem telefones públicos com tecnologia específica e outras ajudas para deficientes auditivos na portaria e nos auditórios.

Para os deficientes visuais ou pessoas com baixa visão, existem materiais em braille ou pôlderes com textos grandes sobre as exposições especiais.

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.



Museu de Ciência Natural, Houston, EUA: rampa no acesso principal

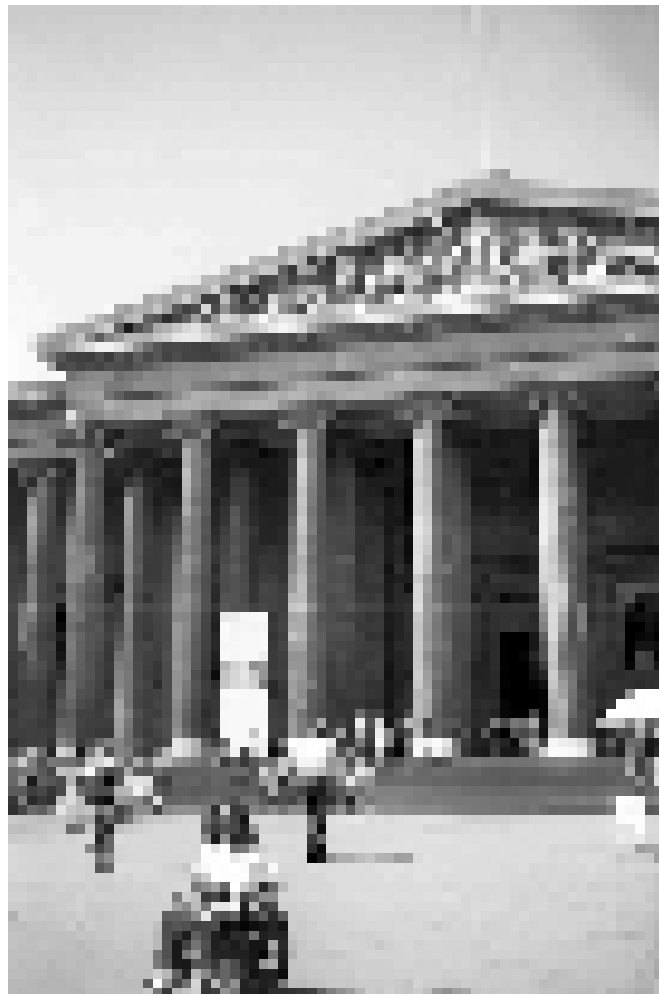
Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.



Museu de Ciência Natural, Houston, EUA: vagas especiais de estacionamento

Museu de Ciência Natural – Houston, Estados Unidos

O Museu de Ciência Natural em Houston fornece acesso para pessoas com deficiência a todas as exposições. Existem vagas especiais de estacionamento, rampas e balcões de atendimento mais baixos para pessoas em cadeira de rodas ou de baixa estatura. Para os deficientes auditivos, existem vídeos com sistemas de amplificação de som e de legenda oculta¹ para os filmes do Planetário.



Acervo Núcleo Pró-accesso/UFRJ.

British Museum, Londres, Inglaterra: acesso principal

¹Legenda oculta ou Closed Caption, também conhecida pela sigla CC, é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão (http://pt.wikipedia.org/wiki/Closed_caption).



British Museum, Londres, Inglaterra: elevador de acesso para pessoas em cadeira de rodas

British Museum – Londres, Inglaterra

No British Museum de Londres, todas as exposições temporárias são planejadas para atender às necessidades de visitantes com deficiências físicas, havendo também

informações com textos grandes e, quando possível, imagens táteis e informações em braile para pessoas com deficiência visual.

Com agendamento prévio, são oferecidas visitas guiadas em que se permite tocar as esculturas egípcias da galeria na sala 4 e as esculturas do Parthenon, que possuem fôlderes e folhetos explicativos em braile. Além disso, pode-se solicitar um voluntário para acompanhar os visitantes no museu e lupas, que são utilizadas durante certas visitas. Também não existem restrições para cães-guia.

Uma vez por mês é programado um evento musical com linguagem de sinais, interpretado por um membro da equipe do museu ou um leitor visitante. Podem também ser planejados eventos ou dias de estudo com interpretação de signos.

Em todo o museu, existem outras facilidades que podem ser fornecidas para pessoas com deficiência auditiva ou mental.



AcervoNúcleoPro-acesso/UFRJ.FotoReginaCohen.

Museu Yad Vashem (Museu do Holocausto), Jerusalém, Israel: rampa de acesso

Museu do Holocausto (Iad Vashem) – Jerusalém, Israel

O Museu do Holocausto (Iad Vashem), em Jerusalém, Israel, encontra-se amplamente acessível com rampas e elevadores conduzindo a todos os seus espaços. São também disponibilizados aparelhos com audiodescrição das exposições e do acervo para todas as pessoas, o que acaba sendo de especial importância para pessoas com deficiência visual.

No estacionamento há vagas especiais para pessoas com deficiência física e são fornecidos vários serviços para atender a necessidades de outros tipos de deficiência ou dificuldade.

AcervoNúcleoPró-acesso/UFRJ.



Museu Villa-Lobos: acesso principal.



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Foto: Regina Cohen.

Museu Villa-Lobos: acesso interno

Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro, Brasil

Apesar das muitas barreiras encontradas no Museu Villa-Lobos, em 2007 foram empreendidos alguns esforços para torná-lo acessível. Espera-se que este venha a se tornar um importante exemplo e projeto de acessibilidade em edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O museu está buscando tanto sua adequação às normas e leis nacionais quanto o avanço nos preceitos básicos de universalidade e da inclusão de todos em nossos espaços museais.

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Foto Regina Cohen.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: rampa e percursos na área interna

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro, Brasil

O Museu Histórico Nacional foi criado em 1922 e se tornou um dos mais importantes museus do Brasil. Localizado em um ponto estratégico para a defesa da cidade do Rio de Janeiro, sua arquitetura também é de grande importância entre as edificações tombadas e preservadas pelo IPHAN.

O Museu Histórico Nacional, com o apoio do Ministério da Cultura, passou por uma grande reforma e restauração de suas instalações. Nesse processo, a instituição aproveitou para prever a acessibilidade de todos e se adaptar às normas e legislações vigentes. Foi um dos estabelecimentos selecionados pela Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para receber o Certificado “Acessibilidade Nota 10”.

Esse certificado é entregue aos estabelecimentos públicos e privados que propiciam condições adequadas e seguras de acesso e uso às pessoas com deficiência. O certificado prata atribuído ao Museu Histórico Nacional reconhece os esforços empreendidos pela instituição para adequar seus espaços, como a instalação de rampas, plataformas e elevadores.



AcevoNúcleoPró-acesso/UFRJ.

Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro: elevador de acesso a um dos salões de exposição



AcevoNúcleoPró-acesso/UFRJ.

Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro: elevador de acesso à sala de atividades recreativas

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.



Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro: rampa de acesso

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.



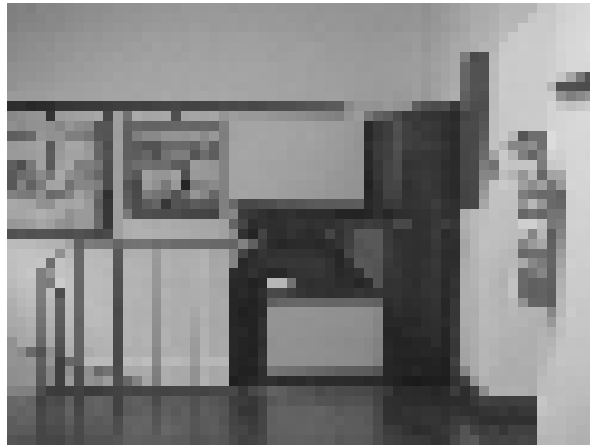
Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro: rampa de acesso com corrimão e piso antiderrapante

Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro, Brasil

O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) foi uma instituição pioneira no Rio de Janeiro com a preocupação da garantia de acesso a todos os seus visitantes. Suas primeiras iniciativas foram o estabelecimento de vagas especiais de estacionamento, a adaptação de alguns banheiros e uma rampa para pessoas em cadeira de rodas na sua entrada secundária.

Posteriormente, evoluiu muito positivamente na contratação de funcionários com alguma deficiência e na adoção de outras ações que melhorassem a acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual. A formação de seus empregados na comunicação por meio da linguagem de sinais foi estimulada e, mais recentemente, experimentou-se a audiodescrição em algumas apresentações teatrais.

Além disso, o CCBB é uma das instituições que muito tem investido e patrocinado eventos relativos às pessoas com deficiência, já consagrados no calendário de atividades da cidade, dentre os quais a mostra de filmes “Assim Vivemos”.



Museu J. José Felizardo, Porto Alegre: elevador de acesso para pessoas em cadeira de rodas

Museu Joaquim José Felizardo – Porto Alegre, Brasil

O Museu Joaquim José Felizardo localiza-se no antigo Solar Lopo Gonçalves, prédio histórico de Porto Alegre, provavelmente construído entre 1845 e 1855 para servir de residência.

A edificação foi tombada em 1979 e, em 1980, realizaram-se obras de restauração do solar, inaugurado em 1982 como sede do museu. Este vem se modernizando gradativamente, tanto em relação ao seu acervo fotográfico quanto em termos tecnológicos. Grande parte de suas obras está sendo restaurada e digitalizada, para que o Banco de Imagens se torne disponível para pesquisas em sistema de autoatendimento através de computadores de última geração.

Após um longo processo de restauro e reorganização, o museu foi reinaugurado em 2007. Esse processo refletiu a preocupação de acompanhar uma lei municipal de Porto Alegre, datada de 1999, que possibilitou o aprofundamento das ações para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Dentro dessa perspectiva e no entendimento de que a inclusão cultural é parte inerente da inclusão social, o museu iniciou o projeto “Novas percepções na educação patrimonial”, com ações voltadas para a melhoria da acessibilidade de suas instalações físicas e para o atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, por meio do acesso amplo e irrestrito do acervo ali exposto.

Ter acesso a um museu do patrimônio

“Patrimônio Histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade. Constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum.”

Françoise Choay. *A Alegoria do Patrimônio*.

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Foto: Regina Cohen.



Victoria and Albert Museum, Londres, Inglaterra: rampa de acesso

Apesar de constituir-se em um prédio histórico de arquitetura bastante antiga, o Victoria and Albert Museum oferece soluções bem interessantes de acessibilidade como uma rampa de acesso muito bonita em um prédio pertencente ao Patrimônio da Inglaterra. Certamente, essa instituição pode servir como um bom exemplo para os museus brasileiros tombados.

Percorrer

“Dentre os diferentes tipos de espaços públicos, os espaços museais e de exposições apresentam características bastante específicas. Qualquer que seja a natureza da exposição (artística, científica, comercial, histórica etc.), sua visão estética e/ou informativa, os objetos são ‘colocados em cena’ e apresentados ao público segundo ‘percursos’² e em função de uma ordem mais ou menos lógica ou cronológica, mais ou menos pedagógica e/ou estética.”

Sophie Mariani-Rousset. La méthode des parcours dans les lieux d'exposition. In: Michèle Grosjean & Jean-Paul Thibaud (Org.). *L'espace urbain en méthodes*. 2001, p. 29.



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.

lad Vashem (Museu do Holocausto), Jerusalém, Israel: percorrendo uma exposição e uma galeria

² Grifo das autoras.

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Foto: Regina Cohen.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: workshop e percursos na área interna

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Foto: Regina Cohen.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: percursos pelo museu



Acervo Núcleo Pró-accesso/UFRJ. Foto Regina Cohen.

Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: percursos pelo museu



Acervo Núcleo Pró-accesso/UFRJ.

Museu Casa da Hera de Vassouras, Rio de Janeiro: percursos de acesso ao museu



Museu de Arqueologia de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro: percurso

Ver

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.



Metropolitan Museum: acompanhando uma exposição

Ver e sentir

“(...) uma visita ao museu é um prazer para quem se interessa pela arte, pelo conhecimento.(...) Portanto, o museu não pode ser esquecido como produtor de prazer, de gozo, de estímulo emocional e intelectual.”

Lygia Martins Costa, em Entrevista a Mario Chagas.



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.

Iad Vashem (Museu do Holocausto), Jerusalém, Israel: rampa interna de visitação. Vendo, apreciando e sentindo uma galeria



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.

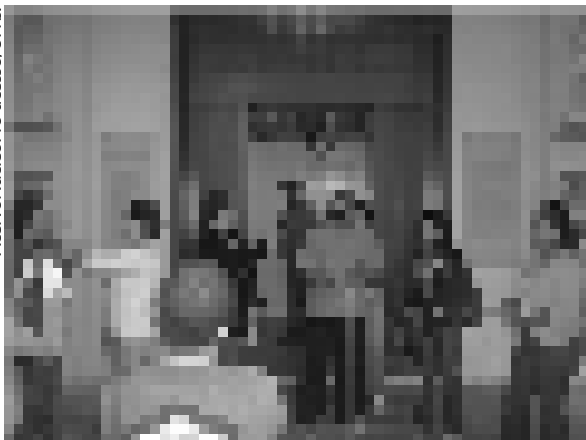
Iad Vashem (Museu do Holocausto), Jerusalém, Israel: vendo uma exposição

Ouvir e ver através de sinais e de palavras

“Os elementos da comunicação sensorial servem para facilitar o deslocamento das pessoas com deficiência visual e auditiva, não obstante seja de grande utilidade para todos. O objetivo principal é complementar a deficiência mediante a estimulação do resto dos sentidos e serve para orientar com o ouvido, o tato e o olho.”

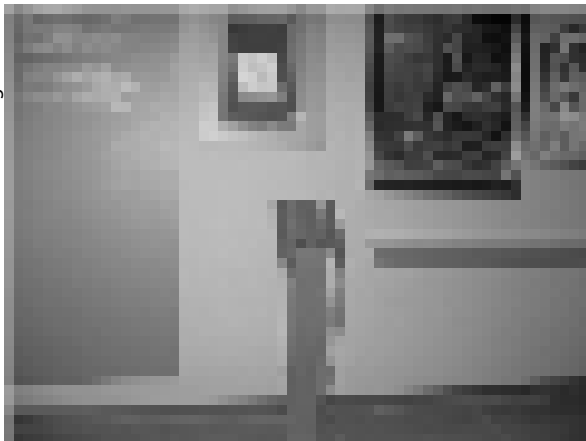
Enrique Saiz Martin. Acreditación de accesibilidad para obras de Patrimônio Histórico.

Acervo Núcleo Pró-accesso/UFRJ.



Museu do Açude, Rio de Janeiro: visita de uma pessoa surdocega

Acervo Núcleo Pró-accesso/UFRJ. Foto: Regina Cohen.



Victoria and Albert Museum, Londres: audioguia que auxilia a visita de uma pessoa com deficiência intelectual

Tocar

“A mão, esta ferramenta essencial de apreensão do mundo ambiente, torna-se o suporte de múltiplas explorações táteis. Os participantes com luvas inventam uma segunda pele que modifica por momentos o tocar e revela sensações inesperadas.”

Centro Pompidou.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro: bolsista, estudante de arquitetura, tocando uma escultura



Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro: pessoa com deficiência visual tocando uma escultura do jardim



Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro: pessoa com deficiência visual tocando e cheirando uma flor do jardim

Tocar, ser informado e ser orientado

Conforme a Convenção das Nações Unidas, as medidas de acessibilidade deverão incluir a identificação e eliminação de quaisquer obstáculos e serão aplicadas, entre outros, a:

“Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência.”

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Artigo 9. – Acessibilidade.



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.

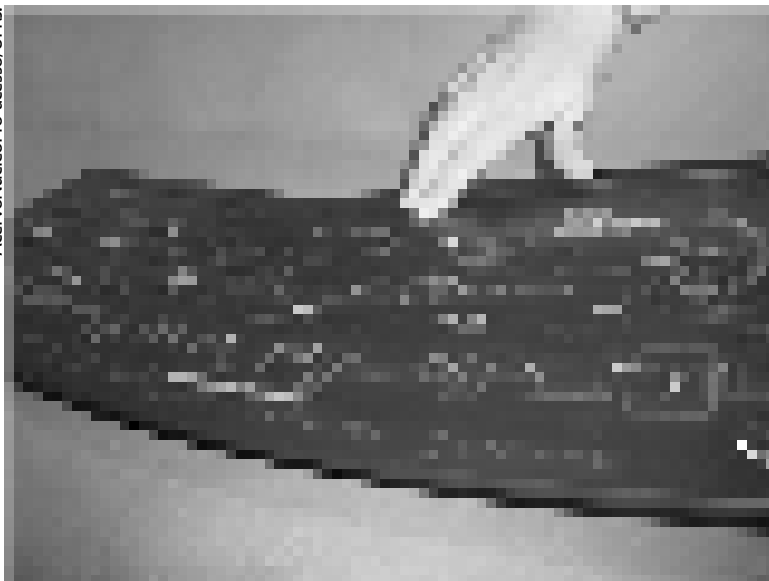
Museu de Ciência Natural, Houston, EUA: sinalização e informação para pessoas com deficiência



Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Foto: Regina Cohen.

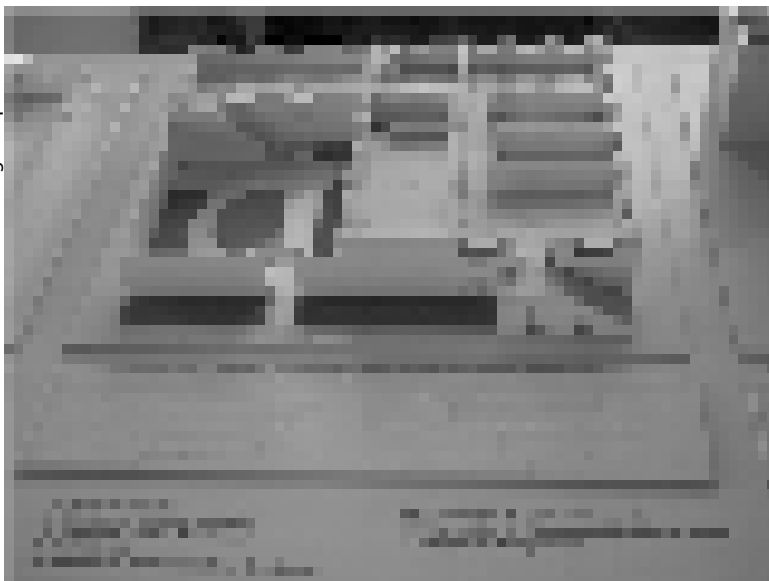
Museu Yad Vashem (Museu do Holocausto), Jerusalém, Israel: rampa e sinalização de acesso e de orientação

Acervo Núcleo Pró-acesso/UFRJ.

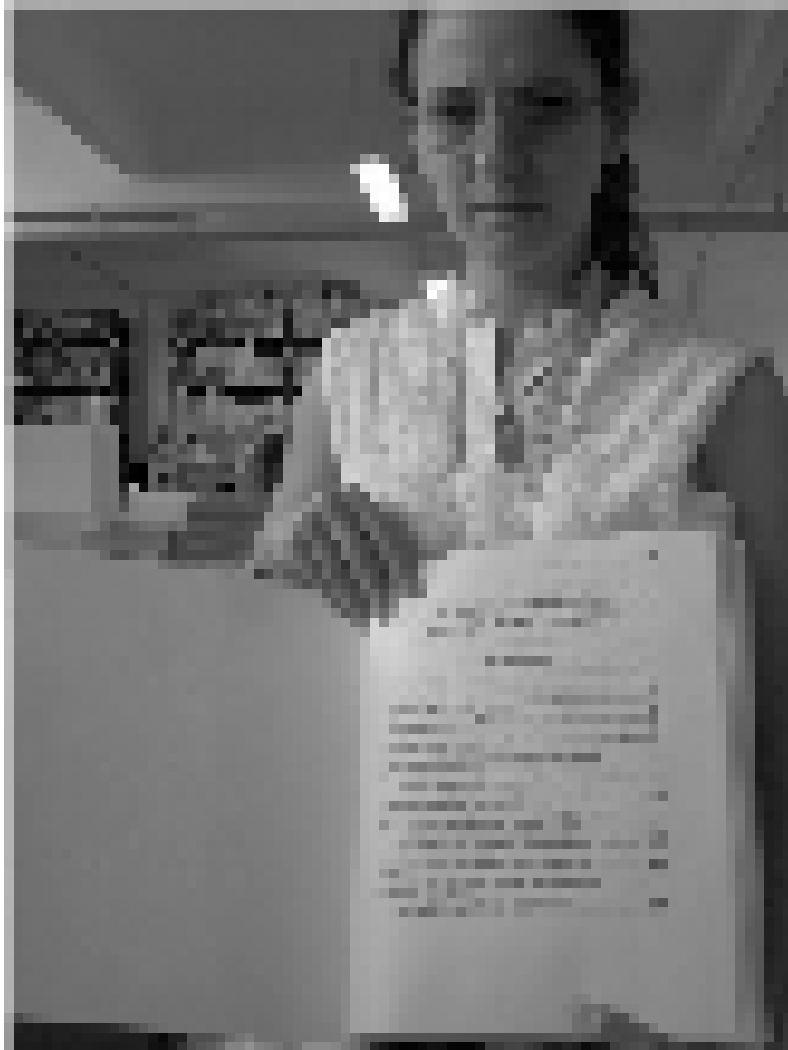


Museu Quais Branly, Paris, França: mapa tátil

Fototeca Sioma Breitman/Museu de Porto Alegre/Joaquim Felizardo.



Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Brasil: maquete tátil



AcevoNúcleoPb-accesso/UFRJFotoReginaCohen.

3

Fundação Dorina Nowill para cegos, São Paulo, Brasil: Viviane Sarraf com guia ou livro com letras grandes e braile

“Se as necessidades de todos os indivíduos devem ser respeitadas, no ambiente dos museus e instituições patrimoniais, que têm um potencial educativo-cultural tão importante, é necessário garantir o respeito das necessidades especiais dos visitantes que não encontram espaço para exercer seu direito.”

Viviane Sarraf. Citação em palestra.



Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil: sinalização tátil direcional, de orientação e de alerta para pessoas com deficiência

Pinacoteca do Estado de São Paulo – São Paulo, Brasil

Grandes esforços têm sido empreendidos para melhorar a acessibilidade em uma instituição considerada pioneira no Brasil como a Pinacoteca do Estado de São Paulo – prédio projetado em 1897 por Ramos de Azevedo para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios.

Após ampla reforma realizada na década de 1990, a Pinacoteca implementou, em 2002, o Núcleo de Ação Educativa, com a preocupação de tornar disponíveis para o mais amplo público visitante as obras de seu rico acervo. Uma pesquisa preliminar foi realizada para conhecer o potencial e o perfil de frequentadores geralmente excluídos da visita museal. A instituição define assim os objetivos do Núcleo de Ação Educativa:

“[...] os objetivos do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca estão voltados a desenvolver ações educativas a partir das obras do acervo, promover a qualidade da experiência do público no contato com as obras, garantir a ampla acessibilidade ao museu, além de incluir aquelas pessoas que habitualmente não são frequentadoras, e incentivá-las à visita.”

Pinacoteca do Estado de São Paulo. <<http://www.pinacoteca.org.br>>.

A partir desses princípios básicos norteadores do Núcleo de Ação Educativa, estabeleceram-se desafios educativos que visavam garantir a fruição das obras por meio de programas norteadores. Esses buscaram assegurar a participação e o diálogo constante com todo visitante em potencial, “tendo como ponto de partida sua percepção, interpretação e compreensão das obras enfocadas, para a construção de significados possíveis” (<http://www.pinacoteca.org.br/>).

“Minha experiência foi fantástica. Toquei uma Monalisa, reproduzida em relevo e fiquei emocionado com o que me lembrei do quadro real, ou das reproduções que tinha visto quando enxergava. A primeira coisa em que tocamos não é na tela, mas no trabalho bidimensional. Os quadros com seus detalhes pontilhados, em textura. Depois, tocamos nos quadros em três dimensões. Finalmente, tocávamos na própria tela. Até hoje duvido disso, mas toquei na tela mesmo! Foi emocionante, como se eu a tivesse vendo novamente!”

Marco Antonio – Depoimento de um cego na Pinacoteca de SP

Ter acesso a serviços e às exposições



AcervoNúcleoPró-acesso/UFRJ.FotoReginaCohen.

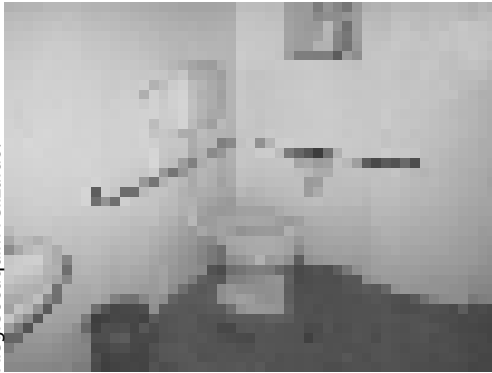
Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro: balcão de exposição acessível a pessoas em cadeira de rodas

Instituto Moreira Sales – Rio de Janeiro, Brasil

O Instituto Moreira Sales é um centro cultural, de caráter particular, que tem empreendido um grande esforço para melhorar a acessibilidade de suas instalações. Dentre algumas de suas ações está a instalação de elevadores e outros equipamentos

para o acesso de pessoas que se locomovem em cadeira de rodas a locais antes inimagináveis. Dentre os serviços prestados, foi prevista uma vaga especial de estacionamento e bebedouro em altura mais baixa. A instituição também se prepara para atender pessoas com outros tipos de deficiência ou dificuldade.

Fototeca Sioma Breitman / Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.



Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Brasil: banheiro adaptado

Museu Joaquim José Felizardo – Porto Alegre, Brasil

Na busca das diferentes percepções de nossa extensa cultura, a iniciativa do Museu Joaquim José Felizardo é bastante esclarecedora:

“Educação patrimonial é a ação pedagógica que objetiva estimular na comunidade o sentimento de pertencimento e identidade cultural por meio da valorização dos bens culturais produzidos e/ou consumidos por essa sociedade através dos tempos. Daí a importância do Museu dar a conhecer estes bens à comunidade na qual está inserido e representa. Como membros da comunidade, as pessoas com deficiência têm o direito garantido de pleno acesso a esse conhecimento, pela eliminação de barreiras físicas e instrumentais que possam, de alguma forma, deixá-las à margem do usufruto dos bens culturais disponibilizados.”

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. *Novas percepções na educação patrimonial*. Fôlder promocional e explicativo das ações do museu com relação às pessoas com deficiência.

Apresentamos neste capítulo apenas algumas dentre as muitas iniciativas que têm sido empreendidas no Brasil para criar ambientes mais acessíveis em nossos museus. Tendo como princípio a garantia de uma percepção diversa e de uma interpretação da obra museográfica a partir de outros pontos de vista, o manual de diretrizes básicas que será apresentado no próximo capítulo também busca caminhar nessa direção.

Acessibilidade a museus:
ter acesso, percorrer, ver,
ouvir, sentir e tocar

4

Percorrer os espaços

Na área da pesquisa sobre a mobilidade humana, o percurso representa o movimento do corpo, o deslocamento no espaço. Para alguns estudiosos¹, o percurso deve ser considerado em função de um contexto e, no caso da visita a uma exposição, implica uma sucessão de atos: “andar, fixar seu olhar, ver, ler, afastar-se, comparar, lembrar-se, discutir etc.’. Com o percurso, o simples fato de se deslocar começa a possuir sentido” (Mariani-Rousset, In: Grosjean & Thibaud, 2001, p. 31).

Percorrer os espaços museológicos significa ao mesmo tempo conquistar seus lugares, apropriar-se deles e com eles se identificar. Constitui-se em um ato concreto, quer se realize ou não no espaço e no tempo.



Aldrey Baldo.

Percurso de uma pessoa com deficiência visual

¹Dentre esses pesquisadores, consideramos, em especial, Sophie Mariani-Rousset em *La méthode des parcours dans les lieux d'exposition*, In: Grosjean & Thibaud (2001) e Michèle Grosjean & Jean-Paul Thibaud no livro *L'espace urbain en méthodes* (2001).

Percorrer e ter acesso aos espaços de um museu

A noção de um percurso museológico, segundo Sophie Mariani-Rousset, é muito importante: a visita deve ser ritmada, mas fornecer aos visitantes a chance de completar seu trajeto (MARIANI-ROUSSET, 2001, p. 30). Os percursos que se realizam em uma exposição implicam um conjunto de pequenos atos que convidam a descobrir a extensão e a riqueza das coleções do museu, por meio de uma seleção de obras características de dado período, corrente artística ou tema.

A acessibilidade, por sua vez, significa a garantia de percursos sem dificuldades a todos os espaços de um museu, a todas as suas exposições e a todas as pessoas, em todos os momentos. Significa que os usuários possam verdadeiramente percorrer, ver, ouvir, sentir e tocar os objetos e atividades expostas. Para que as pessoas com deficiência percorram e tenham acesso a esses locais é necessário levar em conta, no planejamento, um conjunto de medidas técnicas que serão demonstradas a seguir.

O entorno e o acesso

a) Estacionamento

Em todos os estacionamentos de museus, deverão ser previstas vagas especiais destinadas às pessoas com deficiência, em localização próxima de rampas ou rebaixamentos de calçadas, assim como da entrada principal dos edifícios. A superfície desses locais precisa possuir pavimentação adequada, sempre estável e nivelada, livre de quaisquer obstáculos e protegida da circulação normal. As vagas devem estar devidamente sinalizadas, tanto no piso quanto por meio de sinalização vertical, com placas contendo o símbolo internacional de acessibilidade.

Dimensões das vagas

As dimensões da vaga especial deverão ser maiores que a de uma vaga padrão, permitindo que uma pessoa em cadeira de rodas estacione o seu veículo e, mesmo ao lado de outro, possa se transferir adequadamente do carro para a cadeira. Para facilitar a transferência com a porta do veículo totalmente aberta, deve-se prever uma área de no mínimo 1,20m, conforme figura a seguir.





Duarte & Cohen. Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ/2004.

Dimensões de vaga especial de estacionamento

Número de vagas

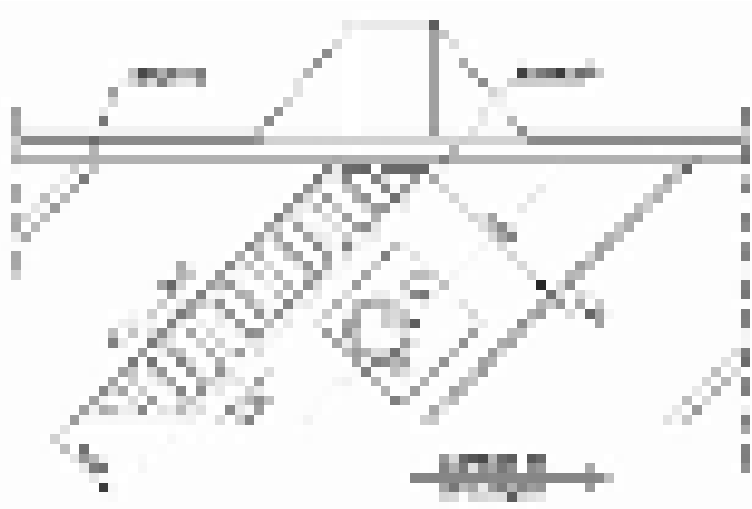
Todos os locais de estacionamento internos ou externos em um museu ou estabelecimento de uso cultural devem possuir uma ou mais vagas especiais para serem utilizadas por pessoas com deficiência.

Cada país e cada cidade adotam em sua legislação um determinado número de vagas destinadas a pessoas com deficiência. Adotaremos como referência, para definir o número de vagas especiais, o percentual de 2% do total de vagas de um estacionamento. Em casos específicos, deverão ser destinadas pelo menos uma em cada 50 vagas, duas de um total de 51 a 100, ou três, de 101 a 150.

Arranjos ou disposição

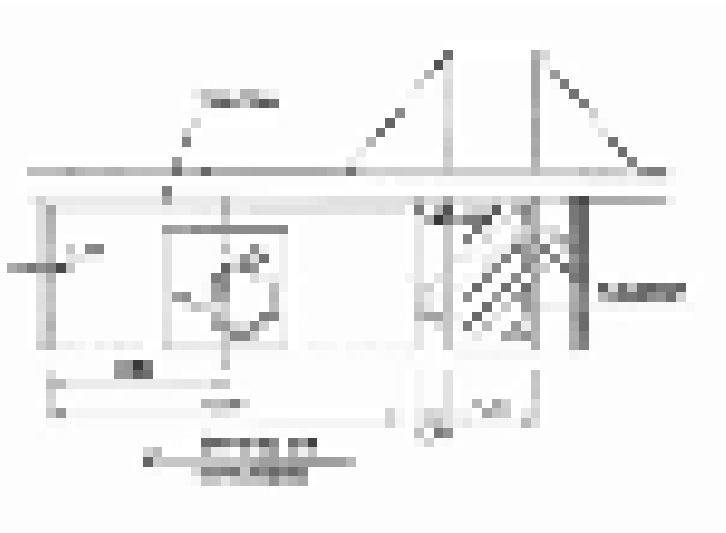
Quando o estacionamento é perpendicular ou oblíquo ao meio-fio, o espaço adicional pode ser compartilhado por duas vagas, o que não deve ocorrer com estacionamentos paralelos. A disposição e o tamanho das vagas deverão seguir as recomendações contidas na Norma Brasileira de Acessibilidade (ABNT, NBR 9050/2004). Todas as tabelas e figuras da NBR 9050 (Norma Brasileira de Acessibilidade da ABNT), contidas neste Caderno, referem-se à edição de 2004. Posteriormente à elaboração deste Caderno, esta Norma de Acessibilidade começou a ser revista, mas ainda não havia sido publicada quando da conclusão deste trabalho.

Fonte: NBR9050/2004.



Vaga especial de estacionamento inclinada com relação à calçada

Fonte: NBR9050/2004.



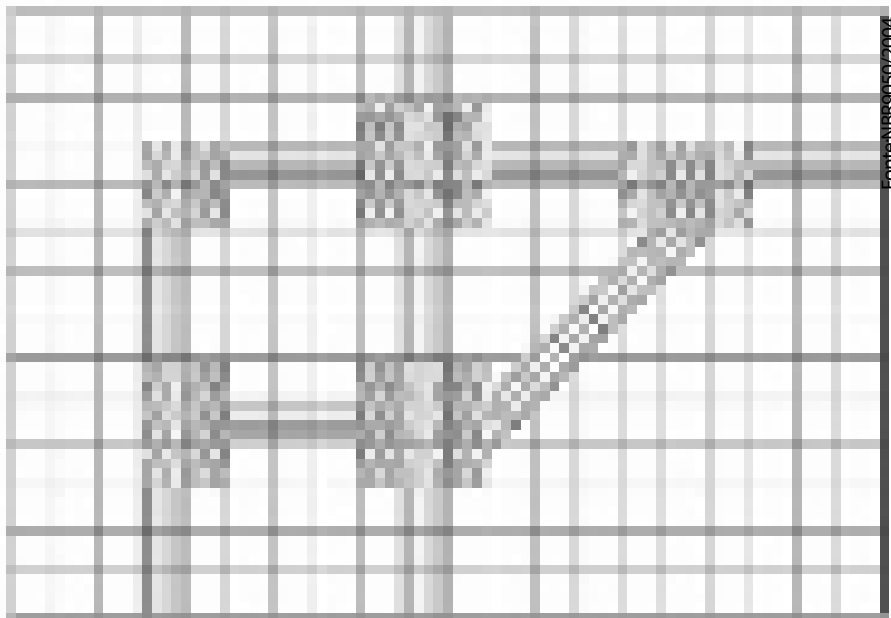
Vaga especial de estacionamento paralela à calçada

b) Caminhos e percursos

Pisos²

Tanto nos caminhos para se chegar ao museu quanto no seu acesso imediato e áreas internas, devem ser previstos pisos com sinalização tátil com duas funções básicas: a de guiar (piso guia) e a de alertar (piso de alerta).

A sinalização tátil deverá apresentar textura diferenciada e contraste de cor com o piso adjacente.



Composição de sinalização tátil de alerta e direcional

² As considerações relativas aos pisos dos caminhos para se chegar a um museu e percorrê-lo foram baseadas e adaptadas a partir do texto **Acessibilidade para todos: um cartilhade orientação** (2004), elaborado pelo Núcleo Pró-Acessos da UFRJ, sob a coordenação de Regina Cohen e Cristiane Rose Duarte.

DUARTE&COHEN Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.



Percurso de pessoas com deficiência em uma via urbana. Sinalização tátil de alerta e direcional

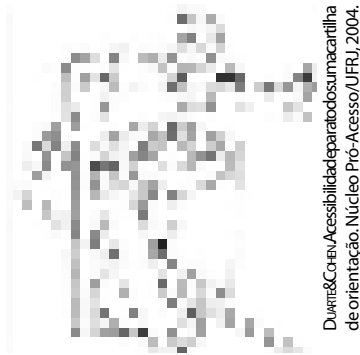
Sinalização tátil direcional

A função da sinalização tátil direcional é indicar ao deficiente visual um percurso livre de barreiras. Ela deverá possuir textura diferente do resto do calçamento. Quando o piso adjacente tiver textura, o piso guia deve ser liso.

Sinalização tátil de alerta

A função desse tipo de piso é alertar uma pessoa com deficiência visual sobre a presença de alguma barreira, como orelhão, caixa de correio, lixeira etc.

Quaisquer obstáculos situados entre 0,60 e 2,10m de altura do piso, que sejam mais volumosos na parte superior, devem possuir uma sinalização com piso tátil de alerta. A superfície sinalizada precisa estar no mínimo a 0,60m da projeção do obstáculo. Além disso, usa-se o piso de alerta para sinalizar a proximidade de algum perigo como meio-fio, desníveis, rampas de cruzamento de calçada etc.



Bebedouro sem piso de alerta



Orelhão com piso de alerta

Rampas³

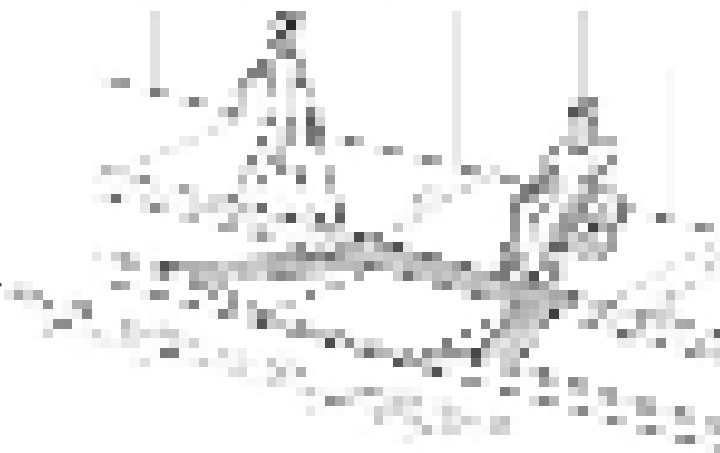
Para vencer os desníveis de calçadas, deverão ser previstas rampas com inclinação nunca excedente a 8,33%, e estas devem ser sempre constantes. Suas abas laterais devem ter uma inclinação máxima de 10%, medindo horizontalmente no mínimo 0,50m.

A interseção entre o fim da rampa com a rua não poderá apresentar nenhum desnível, mas, quando este existir, nunca deverá ultrapassar 1,5cm.

As rampas localizadas em lados opostos de uma via devem estar sempre alinhadas. Além disso, devem apresentar sinalização tátil de alerta para guiar os passos e percursos de uma pessoa cega pelo meio-fio.

As rampas sempre deverão garantir uma faixa livre no passeio de no mínimo 0,80m, sendo 1,20m a medida ideal. Na impossibilidade ou na inexistência de espaço suficiente para colocar a rampa e a faixa livre, a calçada precisará ser rebaixada no sentido longitudinal, de modo a criar duas rampas distantes 1,50m uma da outra, originando um patamar no nível da rua.

DUARTE&COHEN.Acessibilidadeparatodos:umacartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.



Rampa de acesso em calçada

³ As considerações relativas às rampas de acesso externo a um museu foram baseadas e adaptadas a partir do texto *Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação* (2004), elaborado pelo Núcleo Pró-Acesso da UFRJ, sob a coordenação de Regina Cohen e Cristiane Rose Duarte.

Patamares de repouso

Um patamar ou local de repouso é necessário:

- diante de cada porta;
- no início e no fim de cada plano inclinado ou rampa.

Esse patamar deve ser horizontal e com um comprimento mínimo de 1,40m (fora da abertura da porta).

Recomenda-se dispor de patamares de repouso abrigados ou cobertos ao longo dos caminhos.

Superfícies e desníveis

As superfícies ou a pavimentação de qualquer caminho devem ser fixas, não derapantes e sem qualquer obstáculo na rota que se deseja percorrer.

A altura máxima de desníveis ou ressaltos (bordas arredondadas) é de 1,5cm.

Largura

A largura dos percursos ou caminhos deve ser de 1,40m, mas quando o museu for muito frequentado recomenda-se uma largura mínima de 1,60m.

Essa largura poderá ser reduzida para 1,20m quando não houver muro de um lado e de outro do caminho.

Para calçadas, recomenda-se uma largura de 2,50m, que é a ideal.

Obstáculos

Ao percorrer as ruas de uma cidade para chegar a um museu, observamos que é constante a inexistência de rampas ou, quando elas existem, são muito inclinadas, impedindo o acesso das pessoas com dificuldade de locomoção, principalmente as que utilizam cadeiras de rodas.

Degraus, calçadas esburacadas ou pisos irregulares também constituem barreiras para as pessoas com os mais diversos tipos de deficiências permanentes ou temporárias. Para os deficientes visuais, qualquer mobiliário pode se tornar um obstáculo. A sinalização tátil no piso tem a função de alertar o cego a reduzir o passo e se desviar da barreira existente.

Existem muitos obstáculos que passam imperceptíveis para quem não apresenta deficiência. É preciso haver uma conscientização a respeito da importância do desenho universal para que finalmente essas barreiras sejam eliminadas.

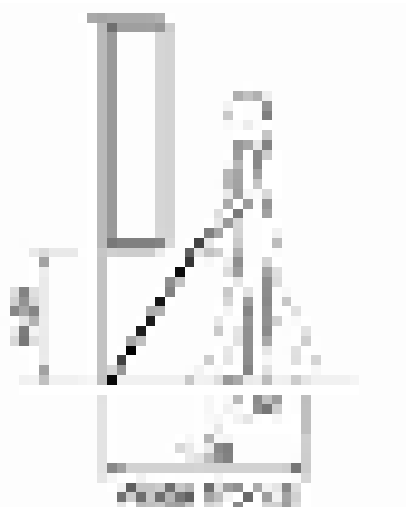
Os buracos ou fendas de grelhas devem possuir diâmetro ou largura inferiores a 1,5cm. Caso contrário, podem causar sérios acidentes tanto para os deficientes visuais quanto para pessoas em cadeira de rodas.

Obstáculos isolados, como postes e vasos, devem estar agrupados em uma zona protegida e percebida (detecção pela bengala, contraste de cores etc.).

Obstáculos salientes e suspensos a uma altura inferior a 2,20m do piso devem ser eliminados. Caso haja impossibilidade de deslocar esse obstáculo perigoso:

- neutralizá-lo, prolongando-o até o piso ou posicionando um elemento na vertical do obstáculo, a uma altura máxima de 0,60m;
- torná-lo detectável (contraste ou piso de alerta).

Fonte: NBR9050/2004.



Obstáculo saliente não detectável pela bengala de uma pessoa com deficiência visual

c) Entradas: portas⁴

A largura mínima de portas de entrada é de 1,40m, já que elas atendem a locais que podem receber mais de cem pessoas. Uma das aberturas deve possuir uma largura mínima de 0,80m (é preferível de 0,90m).

Para portas em locais que recebem menos de cem pessoas, a largura mínima deve ser de 0,90m. Para locais inferiores a 30 metros quadrados, a largura mínima da porta é de 0,80m (é preferível de 0,90m).

A abertura de portas não deve demandar grandes esforços. Os sistemas de abertura automática podem constituir uma solução interessante.

Portas de vidro devem ser evitadas ou ao menos sinalizadas.

A utilização de contrastes entre a fachada e o enquadramento da porta, entre o enquadramento e a porta, a porta e a maçaneta, reforçam a identificação da entrada.

As circulações horizontais em um museu

a) Caminhos e percursos

Pisos

Os pisos dos caminhos e percursos no interior de um museu devem ser fixos, não derrapantes e sem qualquer obstáculo na rota que se deseja percorrer.

É necessário evitar ressaltos e obstáculos ou sinalizá-los eficazmente, por meio de contraste de cores, mudanças de textura ou pisos de alerta.

Será bastante útil criar eixos de circulação com pisos guia de 0,90m de largura e com interseções contrastantes perpendiculares.

⁴As considerações relativas às portas basearam-se no texto do Manual Técnico de Acessibilidade: Ministère de Culture Francophonie. Paris: La Villette, 1994.

AldreyBaldo.



Percurso no interior de um museu com pisos guia e pisos de alerta

Rampas

As rampas devem apresentar inclinação adequada e calculada de acordo com a fórmula:

$$\text{Inclinação} = \frac{\text{desnível} \times 100}{\text{comprimento}}$$

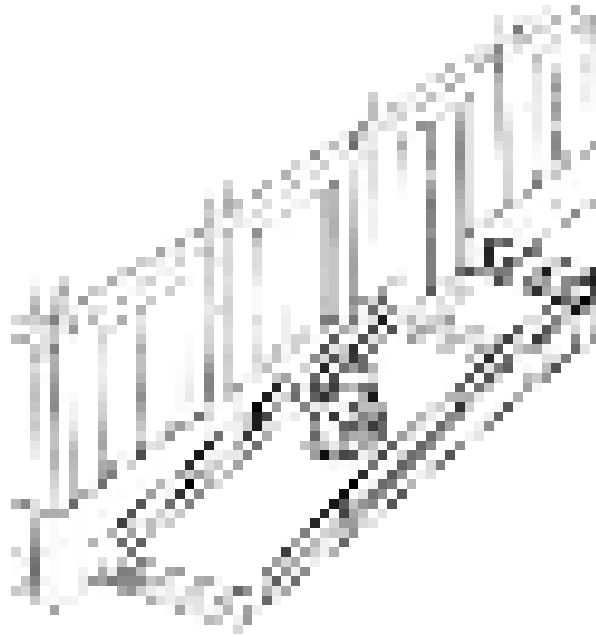
Comprimento

É preciso prever patamares no início e no fim da rampa, sempre que ela mudar de direção e, em alguns casos, entre seus segmentos, tendo estes largura mínima de 1,20m, e recomendável de 1,50m.

Os corrimãos, em duas alturas, devem ser contínuos, sem interrupções nos patamares, e instalados dos dois lados das rampas, observando-se sempre os acabamentos curvos nas extremidades. Os guarda-corpos, quando necessários, precisam ser acoplados ao corrimão.

Quando não houver paredes, deve-se colocar guias de balizamento com altura mínima de 5cm. Quando for necessária uma rampa para vencer um desnível, ela

deve seguir os limites estabelecidos pela NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme quadro a seguir. Para rampas muito longas, deverão ser previstos patamares de repouso a cada 10m.



AldreyBaldio.

Rampa com sinalização tátil de alerta no início e no fim e patamar na entrada da edificação



Quadro 4 – Inclinação de rampas

Inclinação admissível em cada segmento de rampa <i>i</i> (%)	Desníveis máximos de cada segmento de rampa <i>h</i> (m)	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15

Fonte: ABNT – NBR 9050/2004.

No caso de rampas curvas, a inclinação máxima deve ser de 8,33% e raio interno mínimo de 3m.

Deve-se sinalizar, com sinalização tátil, o início e o fim da rampa. Também é necessário indicar a numeração dos possíveis pavimentos com números grandes, cores contrastantes, e a mesma informação em braile.

Desníveis ou ressaltos

A altura máxima de desníveis ou ressaltos (bordas arredondadas) é de 1,5cm.

Portas

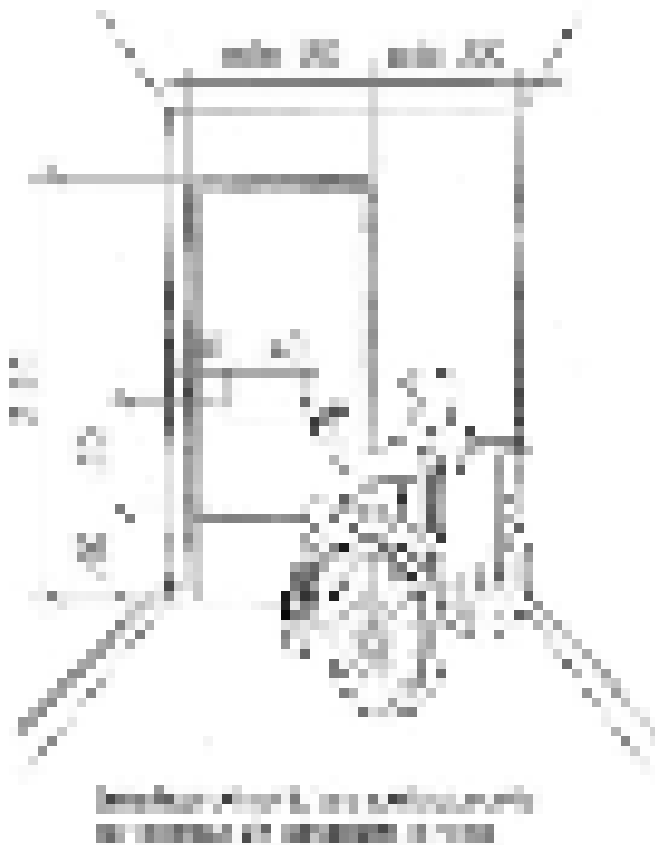
As portas internas de uma edificação devem permitir que todas as pessoas possam circular livremente e com autonomia.

A largura mínima de portas é de 1,40m, já que elas atendem a locais que podem receber mais de cem pessoas. Uma das aberturas deve possuir largura mínima de 0,80m (é preferível de 0,90m).

A largura mínima de portas em locais que recebem menos de cem pessoas é de 0,90m. Para locais inferiores a 30 metros quadrados, a largura mínima da porta é de 0,80m (é preferível de 0,90m).

As portas devem apresentar as seguintes características:

- Abertura em um único movimento, através de maçanetas tipo alavanca, instaladas em altura variando entre 0,90m e 1,10m. Quando forem abertas por sensor ou dispositivos de abertura, instalá-los em altura entre 0,80 m e 1 m.
- Leveza de materiais.
- Revestimento para proteção de impactos na sua extremidade inferior até 0,40m acima.
- Área de aproximação lateral de no mínimo 0,60m para garantir a abertura por pessoas usuárias de cadeira de rodas.



DUARTE&COHEN.Acessibilidadeparatodos.umacartilhadedeorientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

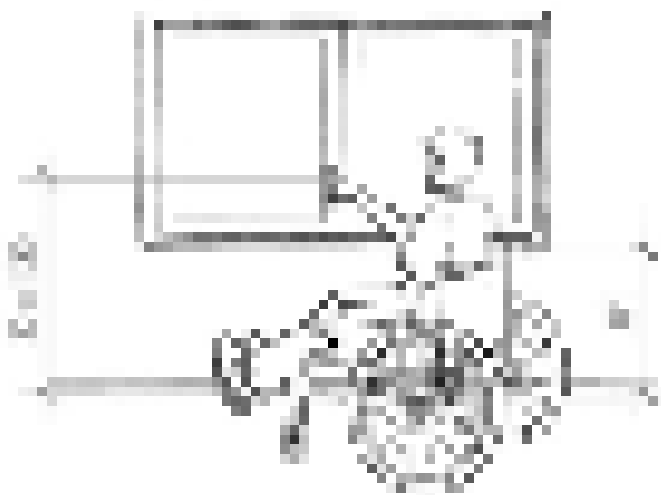
Porta com largura mínima, proteção contra impactos, área de aproximação e puxador ou barra horizontal em altura adequada

- Visor com altura que permita a visão de uma pessoa em cadeira de rodas ou de baixa estatura, em caso de portas do tipo vaivém.
- Puxadores horizontais para auxiliar no fechamento e abertura para fora, no caso de portas de banheiro.
- Dispositivos que impeçam que a porta fique entreaberta (molas etc.), evitando o perigo de atrapalhar a passagem de pessoas cegas.

*Janelas*⁵

As janelas de uma edificação precisam ser acessíveis não só fisicamente como visualmente. Atendendo a esse princípio, devem apresentar as seguintes características:

- Peitoril com altura de 0,80m.
- Abertura em um único movimento, através de comandos do tipo alavanca, instalada em altura variando entre 0,80m e 1,20m.
- Materiais leves.
- No caso de janelas de folhas de abrir, mecanismo de fixação das folhas na parede após abertas, para que não fiquem salientes, evitando acidentes para as pessoas com deficiência visual.



DUARTE & COHEN. Acessibilidade para todos: um cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

Janela com medidas adequadas que a tornam acessível a uma pessoa em cadeira de rodas

⁵As considerações relativas às janelas foram baseadas no texto **Acessibilidade para todos: um cartilha de orientação** (2004), elaborado pelo Núcleo Pró-Acesso da UFRJ, sob a coordenação de Regina Cohen e Cristiane Rose Duarte.

Largura das passagens ou circulações e corredores

Já que museus são locais de grande frequência e visitação de pessoas, recomenda-se circulações com 1,60m, sendo toleráveis passagens com 1,40m.



AldreyBaldo.

Circulação de pessoas em uma galeria de exposições

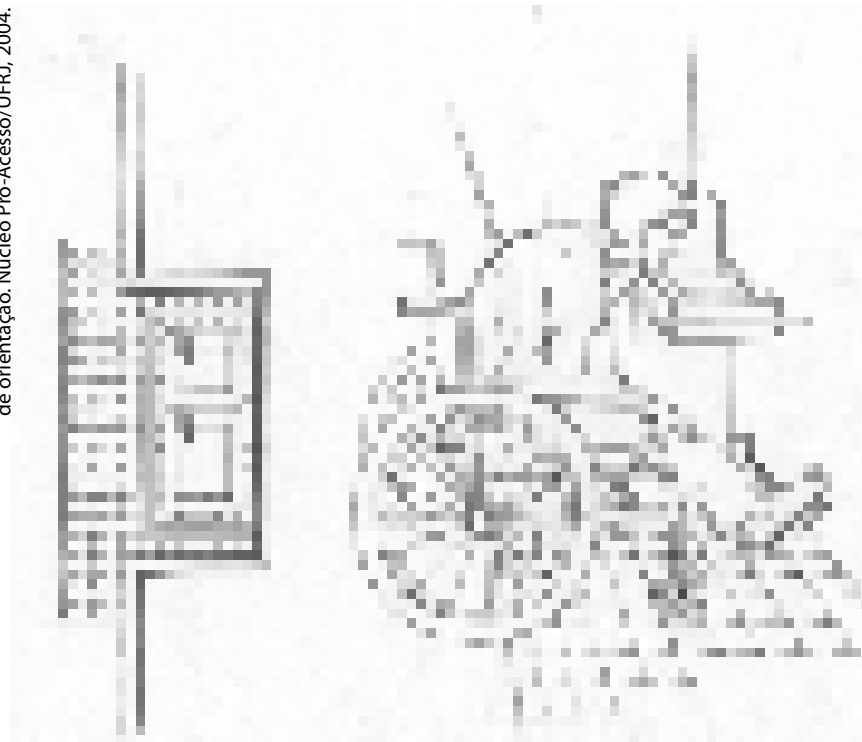
A largura mínima para corredores internos é de 0,90m, o que permite a passagem de apenas uma cadeira de rodas ou um portador de deficiência visual. No entanto, é mais indicada a largura de 1,20m para locais com trânsito um pouco mais intenso, pois essa largura permite a passagem lado a lado de uma cadeira de rodas e um indivíduo caminhando a pé. Já em locais de grande fluxo de pessoas, como nos museus, o corredor deve ter 1,60m de largura, o que permitiria não só a passagem de duas cadeiras de rodas lado a lado, como a manobra de cadeira em volta de 360°.

Obstáculos

Em muitos museus é comum encontrarmos balcões altos demais, portas estreitas, acessos através de roleta, botoeira de elevador muito alta e outras situações sem alternativa para pessoas que se locomovem em cadeira de rodas. Além disso, geralmente as botoeiras não têm teclas em alto-relevo ou braile e os elevadores raramente dispõem de sinalizadores sonoros e pisos de alerta para informar às pessoas com deficiência visual o andar em que se encontram.

Nos corredores de edificações, como museus, é comum encontrarmos objetos como bebedouros, telefones, lixeiras e balcões dispostos de maneira incorreta ou mal sinalizados, o que pode constituir barreira para pessoas com dificuldade de locomoção ou deficientes visuais. Recomenda-se, sempre que possível, que esses objetos sejam embutidos na parede adjacente à circulação. A sinalização tátil no piso é obrigatória quando o obstáculo for saliente.

DUARTE & COHEN. Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

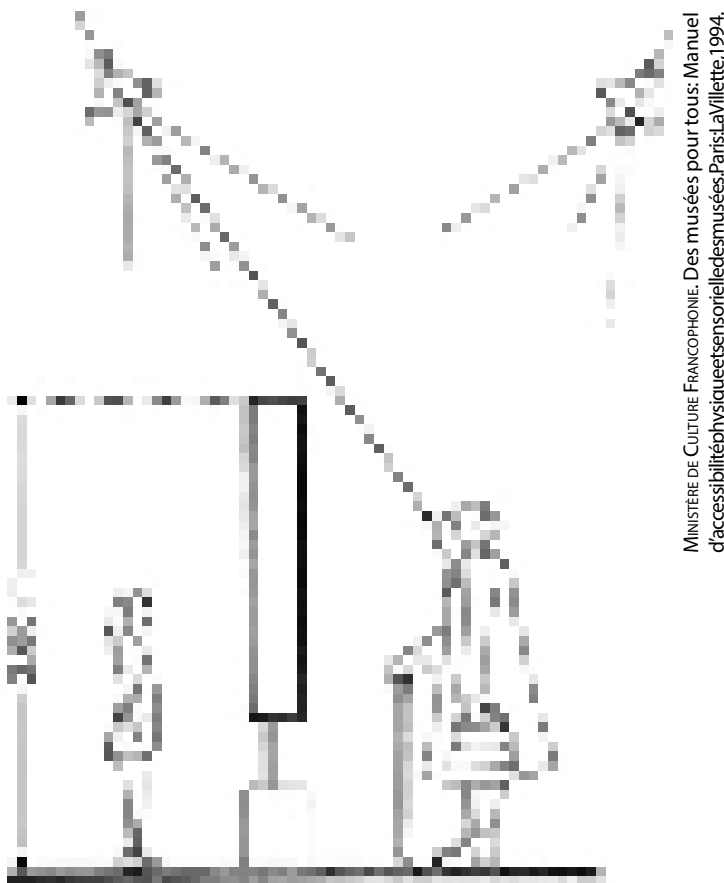


Bebedouro embutido na parede adjacente à circulação com piso de alerta para deficientes visuais

Iluminação

A iluminação deve ser forte e bem tratada, evitando-se reflexos ou áreas de sombra, principalmente nos ângulos e nos acessos a escadas.

É necessário suprimir mudanças bruscas de iluminação nas salas de exposição e mesmo em salas adjacentes. Entretanto, saliente-se que os contrastes de iluminação – na medida em que não sejam muito significativos – entre espaços de circulação e de exposição podem criar pontos de referência que ajudam na melhor sinalização dos locais.



Pessoas de diferentes estaturas e o nível de iluminação em uma parede de exposição

Acústica

Na ausência de normas acústicas específicas e reconhecidas para museus, pode-se sugerir algumas dicas. O tratamento acústico (formas, volumes) e a correção acústica (estado das superfícies) devem possibilitar a eliminação de reflexos sonoros e de ecos, adaptar o nível de reverberação e reduzir o nível sonoro das circulações.

Ajuda no percurso

Para atender às necessidades do conjunto de visitantes, é preciso prever, ao longo dos percursos, numerosas áreas de repouso com assentos em alturas diferentes e alguns que possibilitem a fácil transferência de pessoas em cadeira de rodas.

É desejável a existência de corrimãos com diâmetros adequados e facilmente detectáveis (contrastes) ao longo do percurso e em caso de mudança de nível (pequenos ressaltos ou rampas).

Elementos sonoros bem identificáveis podem servir de referência auditiva e/ou para a orientação de pessoas cegas ou com visão subnormal.

É preferível utilizar uma sinalização padronizada.

As circulações verticais em um museu

a) Elevadores e equipamentos de transporte vertical

Para garantir a acessibilidade aos elevadores e equipamentos de transporte vertical, deve-se observar a existência dos seguintes elementos:

- Sinalização tátil com piso de alerta em frente à porta e piso guia levando até a botoeira.





AldreyBaldo.

Piso guia orientando o percurso para o elevador e piso de alerta na porta

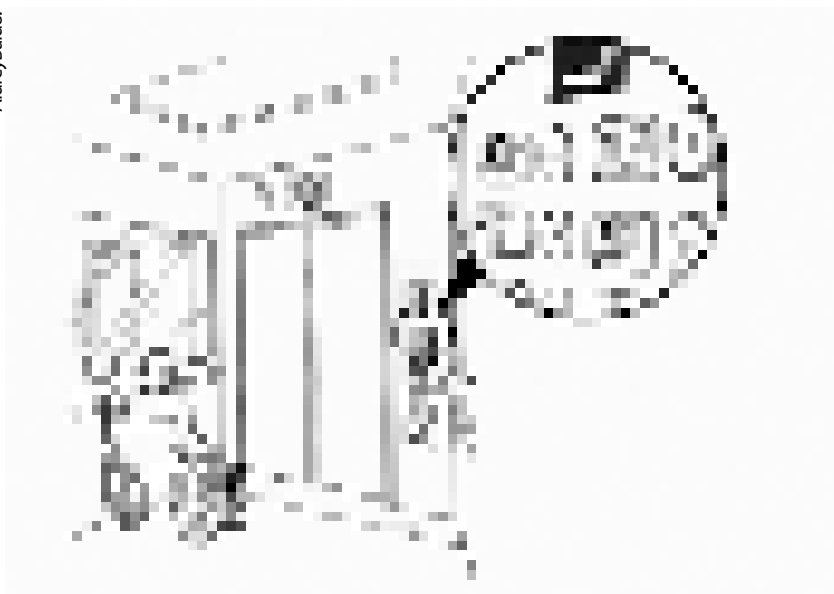


DUARTE&COHEN.A.Acessibilidadeparatodososumacartilha de orientação Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

Elevador com piso guia, piso de alerta, alarme sonoro e sinalização visual

- Instruções de uso em braile próximos à botoeira.
- Alarme sonoro e sinalização visual em alto-relevo indicando o andar em que o elevador se encontra, tanto do lado de dentro quanto do lado de fora do elevador.
- Dispositivo de comunicação para pedido de auxílio.
- Espelho na face oposta à da porta em elevadores.
- Medidas mínimas internas de elevadores de 1,50m x 1,50m, para permitir manobra de cadeira de rodas.

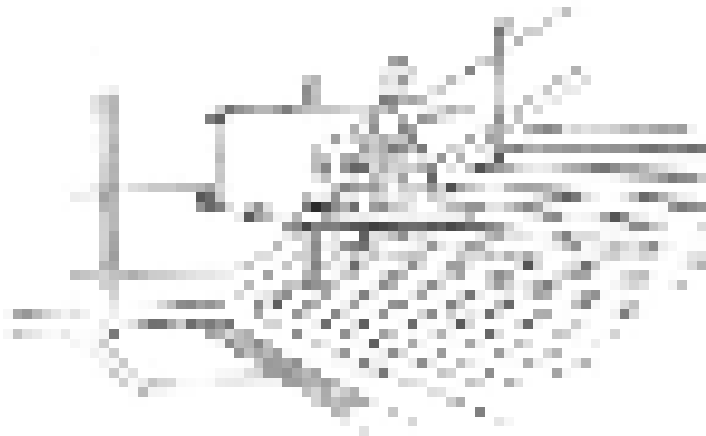
AldreyBaldo.



Elevador com área interna mínima, porta com abertura e medida adequadas, painel com contraste de cor, sinalização em braile e altura acessível à cadeira de rodas

- Demarcação no piso da área de espera e limite da projeção do percurso do equipamento de transporte vertical acoplado à escada, aberto ou em funcionamento.
- Sinalização tátil e visual na área de embarque.

Equipamentos de transporte vertical



DUARTE&COHEN, Acessibilidade para Todos: um cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

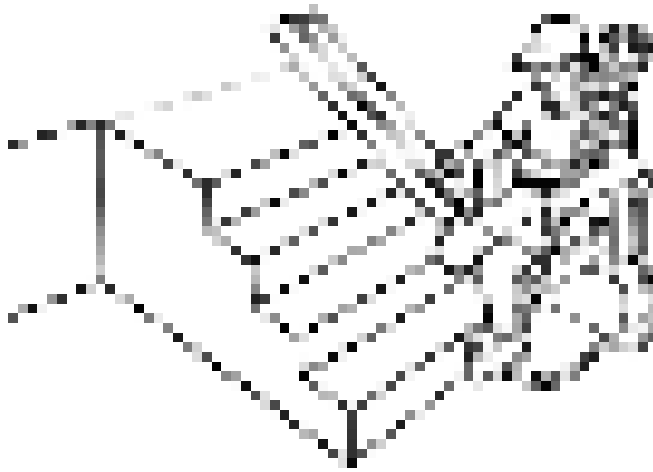
Plano ou plataforma inclinada para vencer uma escada e para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas



Aldrey Baldo.

Elevador vertical para vencer uma escada e para o transporte de pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeira de rodas

AldreyBaldo.



Cadeira especial acionada por controle remoto que auxilia na subida de pessoas com dificuldade de locomoção através de uma escada

b) Escadas

AldreyBaldo.



Escada com corrimão e sinalização tátil



Escada com sinalização tátil no seu início e no seu fim, e em cada degrau

As escadas não são acessíveis para todas as pessoas. Logo, é preciso prever alternativas, como elevadores, rampas ou outros equipamentos de transporte vertical, para pessoas com deficiência física ou dificuldade de locomoção. Entretanto, quando houver escadas, os seguintes aspectos devem ser observados:

- Os espelhos não podem ser vazados.
- Os patamares requerem larguras mínimas de 1,20m, sempre que a escada mudar de direção, ou a cada 3,20m de desnível.
- Os corrimãos, em duas alturas, devem ser instalados dos dois lados das escadas, sempre com acabamentos curvos nas extremidades. Os corrimãos localizados na extremidade dos degraus precisam ser contínuos, sem interrupções nos patamares. Os guarda-corpos, quando forem necessários, devem ser acoplados ao corrimão.
- Mediante sinalização tátil, sinaliza-se o início e o fim da escada e de cada degrau. Além disso, a numeração de pavimentos deve ser indicada com números grandes, em cores contrastantes, e também em braille.

DUARTE&COHEN.Acessibilidadeparatodosumacartilha de orientação. Núcleo Pro-Acesso/UFRJ, 2004.



Escada com corrimãos em duas alturas, pisos guia e de alerta, medidas e alturas adequadas, indicação dos andares em braille, números grandes e com cores contrastantes

Sinalização⁶

A sinalização deve contemplar um conjunto de informações destinadas à orientação do visitante, permitindo-lhe tomar decisões acerca do seu percurso nas sucessivas situações pontuais com as quais se defronte.

A cada momento, o usuário deve ser informado sobre o lugar onde se encontra, conseguir orientar-se e se dirigir a determinado espaço e, eventualmente, receber informações gerais suplementares, como programação em outras salas, serviços oferecidos ou segurança. Isso significa que o canal de informações não pode ser interrompido em nenhum momento.

A sinalização pode ser clara e direta, composta por linguagem escrita ou outro sistema de codificação, como pictogramas de uso comum ou concebidos

⁶ Parte das considerações feitas sobre a sinalização necessária para o percurso em museus se baseou no texto do Manual Técnico de Acessibilidade: Ministère de Culture Francophonie. Paris: La Villette, 1994.

especificamente para o museu. Pode também ser implícita – os contrastes de iluminação entre espaços de circulação ou de exposição, por exemplo, criam pontos de referência que contribuem para uma melhor sinalização dos lugares.



Sinalização de banheiro codificada por meio de pictogramas e em braille

Examinaremos a seguir as características desejáveis de diferentes tipos de sinalização.

a) Textos

Os textos de orientação para o percurso de pessoas com deficiência nos ambientes de um museu, em visita a obras e exposições, devem seguir as recomendações contidas na NBR 9050/2004 da ABNT. Destacamos, a seguir, alguns aspectos fundamentais.

Composição

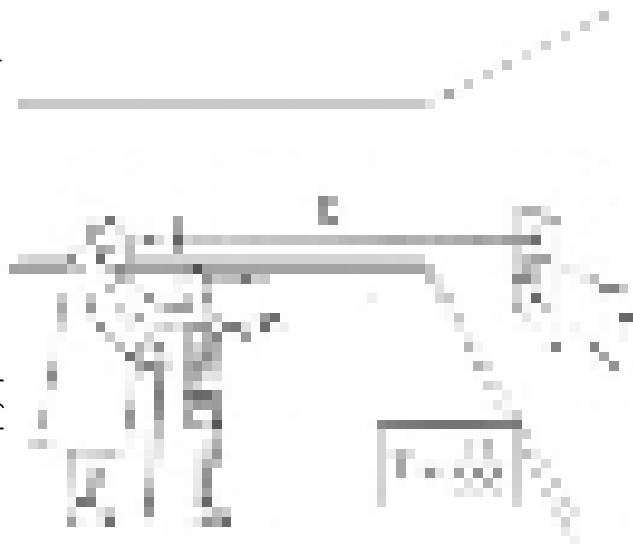
As características da composição dos textos têm relação direta com a distância de leitura e a qualidade da iluminação. O objetivo de proporcionar o conforto de leitura ao maior número de visitantes possível deve condicionar a escolha do tipo, do corpo e da composição dos caracteres.

Tamanho

O tamanho dos caracteres está diretamente relacionado à distância de leitura. Pode-se utilizar a seguinte fórmula geral para obter uma ordem de grandeza:

$$\text{Forma dos caracteres} = \frac{\text{distância de leitura}^7}{200}$$

MINISTÈRE DE CULTURE FRANCOPHONIE. Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées. Paris: La Villette, 1994.



Tamanho dos caracteres dependendo da distância de leitura

Não se deve hesitar em aumentar o tamanho dos caracteres sempre que a exposição o permitir.

⁷ Esta fórmula e parte das considerações contidas neste Caderno de Acessibilidade de Museus seguiram uma rigorosa orientação presente na publicação do Ministère de Culture Francophonie (França, 1994).



Proporção de textos e números. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Suporte

Deve-se evitar o registro de informações escritas sobre suportes transparentes ou refletores, pois nestes é frequente a falta de contraste, o que dificulta a leitura. Da mesma forma, não são recomendados suportes brilhantes.

Convém buscar o máximo de contraste entre as tintas e os suportes, com a saturação das cores empregadas.

São combinações indicadas o preto/branco, preto/amarelo, azul/branco ou verde/branco. Não se deve usar, por exemplo, verde/azul ou preto/violeta.

b) Pictogramas

As características dos pictogramas de informação são muito variáveis, em decorrência da grande diversidade de usos. Entretanto, algumas recomendações podem ajudar a tornar a sinalização mais compreensível e coerente.

É importante que a informação seja padronizada, adotando-se, na medida do possível, as siglas ou pictogramas convencionais. Em casos de criações particulares, os códigos utilizados devem ser simples, em número limitado, bem explicados na entrada do museu. Eles não devem dar margem a muitas interpretações.

Suportes

A colocação de pictogramas em suportes transparentes ou refletores pode dificultar sua visualização. Assim, convém evitar esses tipos de superfícies ou dar-lhes um tratamento especial. Recomenda-se igualmente não utilizar suportes brilhantes.

O uso de cores bem contrastantes, como preto/branco, preto/amarelo, azul/amarelo ou verde/branco facilita a visualização.

Exemplos de pictogramas convencionais⁸:

Símbolo internacional de acesso

O símbolo internacional de acesso deve constar dos espaços acessíveis ao público e estar localizado em local de fácil visualização pelo visitante do museu. Entre esses espaços, incluem-se vagas especiais de estacionamento, entradas, rampas, sanitários, equipamentos especiais para o uso de pessoas com deficiência, saídas de emergência e outros ambientes acessíveis ou elementos que atendam às necessidades de pessoas com deficiência.



A) Branco sobre fundo preto



B) Branco sobre fundo azul



C) Preto sobre fundo branco

Símbolo internacional de acesso. Fonte: <<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004

⁸ Os desenhos destes pictogramas e parte dos textos a eles referentes foram feitos por Ivaldo Sicchieri (<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>) e também constam da ABNT – NBR 9050/2004.

Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira)

O símbolo internacional de pessoas com deficiência visual indica a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual.



A) Branco com fundo preto



B) Branco com fundo azul



C) Preto com fundo branco

Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual. Fonte: <<http://www.oficinasdesign.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004

Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva (surdez)

Todos os locais que dispuserem de produtos, mobiliário, equipamentos e serviços acessíveis para pessoas surdas devem exibir o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.



A) Branco com fundo preto



B) Branco com fundo azul



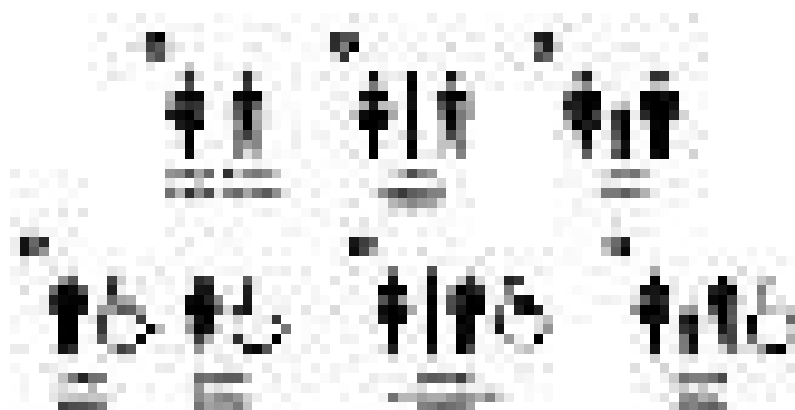
C) Preto com fundo branco

Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva. Fonte: <<http://www.oficinasdesign.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004

Símbolos internacionais de sanitários e sanitários acessíveis

Sempre que houver sanitários no local, deve-se adotar a sinalização específica. Quando esses forem adaptados às necessidades de pessoas com deficiência, e acessíveis, constará o pictograma a ele correspondente, indicando as facilidades encontradas nas edificações, no mobiliário, nos espaços e equipamentos, conforme as figuras a seguir.





Símbolos internacionais de sanitários e sanitários acessíveis. Fonte: <<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004

Símbolos internacionais de circulação: elevador, escada rolante, escada rolante com degrau para cadeira de rodas, escada, escada com plataforma móvel, rampa e esteira rolante.

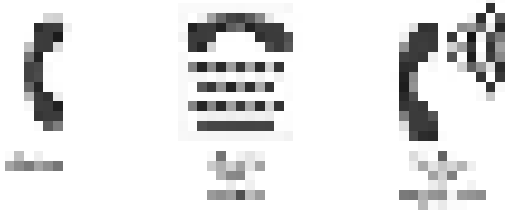
Conforme Ivaldo Sicchieri (<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>), os pictogramas de circulação, apresentados a seguir, devem indicar possíveis trajetos com rota acessível.



Símbolos internacionais de circulação. Fonte: <<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004.

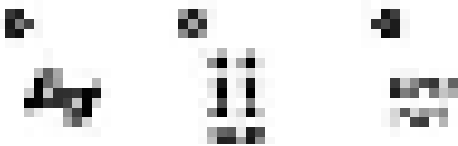
Símbolos internacionais de informação: telefone, telefone com teclado, telefone com amplificador de som.

Estes pictogramas indicam a existência de equipamentos ou serviços de informação, dentre os quais os referentes ao serviço específico de telefone com teclado ou com amplificador de som, que atenderão às necessidades de pessoas com deficiência auditiva.



Símbolos internacionais de informação. Fonte: <<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004

Outros símbolos



Símbolos indicando, respectivamente, linguagem de sinais, sinalização em braille e textos ou caracteres grandes. Fonte: <<http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual/>> e ABNT – NBR 9050/2004.

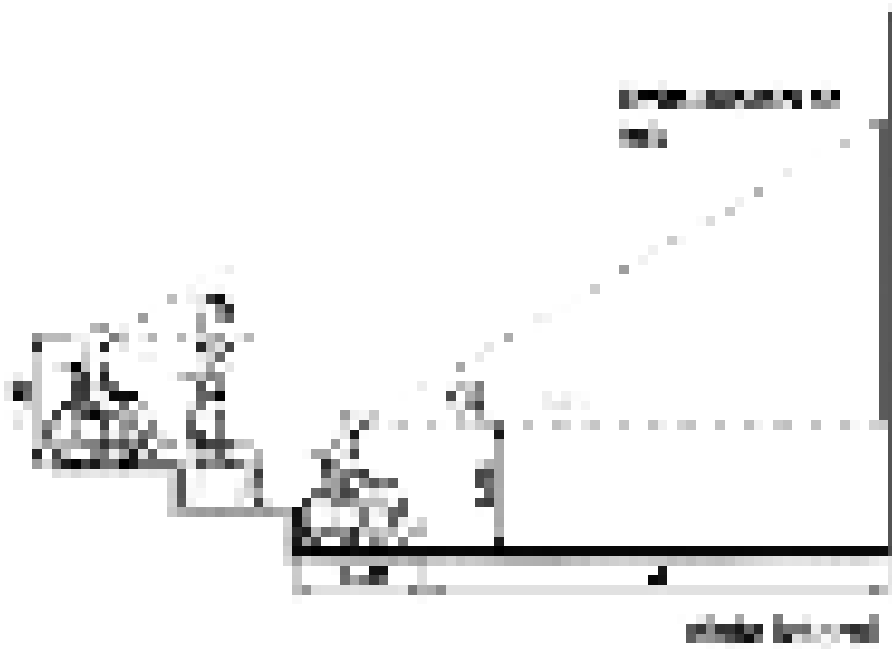
c) Telas ou quadros de projeção

Monitores ou telas para exibição de informações ou apresentação de filmes em geral devem estar situados dentro da zona de alcance visual comum à maioria dos visitantes.



AldreyBaldo.

Disposição de lugares em auditórios ou salas de projeção, considerando todos os possíveis usuários, incluindo pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida



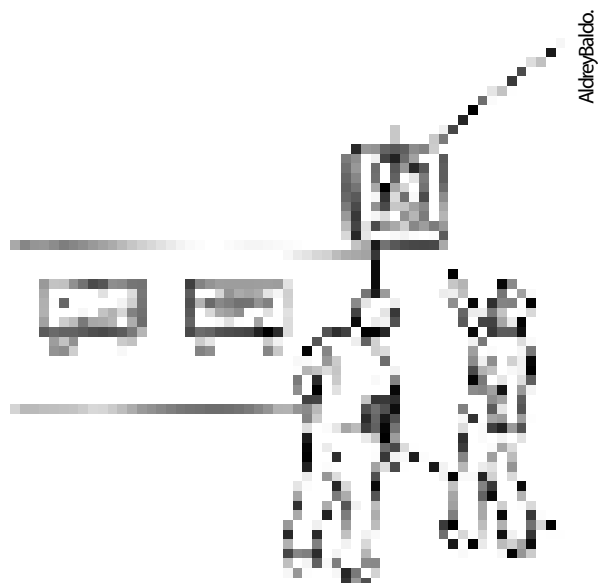
Área de alcance visual em um auditório ou em sala de exposição de vídeos.
Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

d) Sinalização de segurança

Os museus devem apresentar saídas e rotas de fuga acessíveis devidamente sinalizadas e iluminadas. Quando as rotas forem compostas de escadas de emergência, é preciso prever local reservado para resgate de cadeira de rodas junto a ela. Essa área de resgate deve estar fora da área de circulação, ser demarcada e ventilada e, se possível, dispor de aparelho de comunicação.

A sinalização de alerta de incêndio deve ser sonora e visual (por meio de luzes de alerta), permitindo que tanto deficientes visuais quanto deficientes auditivos sejam informados em tempo hábil sobre o perigo.

Além das saídas de emergência, outros locais deverão apresentar informações visuais, por meio de aparelhos específicos, para pessoas com deficiência auditiva.



Sinais visuais para pessoas com deficiência auditiva



Aparelhos videográficos de comunicação com aviso eletrônico visual e sonoro

Utilizar os serviços

Recepção, bilheteria, lojas, telefones e vestiários

Recepção

A recepção é o serviço de um museu por meio do qual se estabelece o primeiro contato, constituindo-se em lugar de parada e busca de informação. Assim, ela requer cuidados do ponto de vista arquitetônico e de serviços, com a observância de questões relacionadas à iluminação e à acústica.

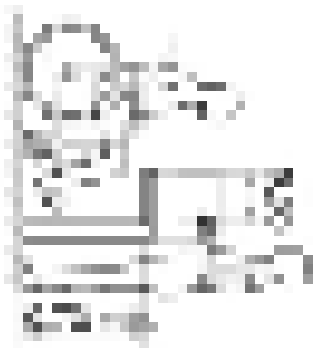
Esse tipo de atendimento deve ser oferecido em uma área tranquila, com condições para fornecer boa audição e inteligibilidade. É conveniente que esteja isolado das salas de exposição, para que os barulhos relacionados aos agrupamentos – de escolares e turistas, por exemplo – e à espera não perturbem os visitantes nas salas.

Balcões de atendimento

Uma vez que em um museu os usuários utilizam mesas ou bancadas, ao menos um balcão de atendimento deve ser acessível e possuir altura adequada para todos os usuários, inclusive para pessoas com deficiência em cadeira de rodas. Esse balcão deve possuir altura inferior a 0,85m (face superior) e superior a 0,73m (face inferior).



Balcão de atendimento em duas alturas para atender pessoas em pé ou pessoas em cadeira de rodas



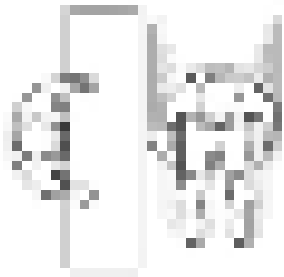
Dimensões de um balcão de atendimento. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Bilheteria

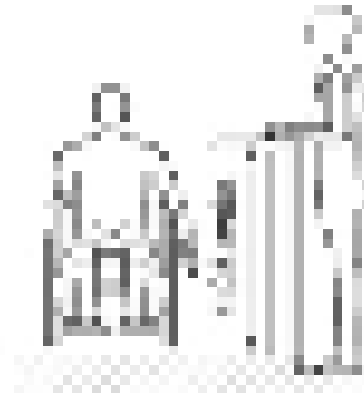


MINISTÈRE DE CULTURE FRANCOPHONIE. Des musées pour tous. Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées. Paris: La Villette, 1994.

Recepção ou bilheteria



Vitrine superior



Vitrine lateral

Bilheteria. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Lojas

Os balcões ou caixas de atendimento nas lojas de um museu devem apresentar as características descritas no item anterior.

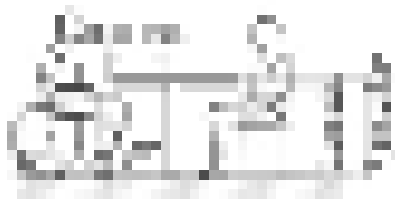
Se a loja dispuser de vitrines horizontais, a profundidade destas não deve ultrapassar 0,60m e sua área livre deve situar-se entre 0,70m (abaixo) e 0,85m (acima) para facilitar a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas. Uma altura máxima de 1,40m para as vitrines permite a observação de pessoas em cadeira de rodas e crianças, sem ser inadequada para os demais interessados.

As mesmas medidas aplicam-se aos balcões ou vitrines horizontais em uma sala de exposição.

AldreyBaldo.



Balcão de atendimento na loja de um museu



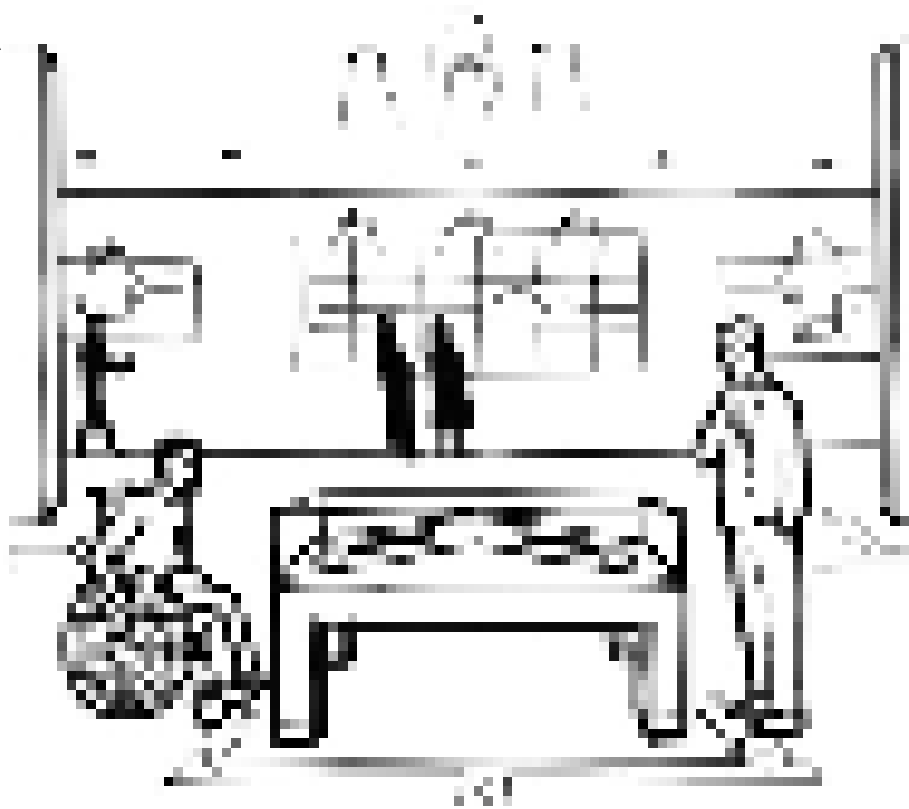
Mesa de atendimento



Mesa de atendimento

Mesa de atendimento em uma loja. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Aldrey Baldo.



Vitrine horizontal em uma exposição

Telefone

Quando houver telefones à disposição do público, deve-se prever ao menos um aparelho acessível ao uso de pessoas com mobilidade reduzida.

Um sistema de amplificação e certos recursos auditivos ou de visualização em teclados tornam o telefone utilizável pelos deficientes auditivos. Para os deficientes visuais, devem-se utilizar números e letras em caracteres grandes e/ou em relevo e braille.



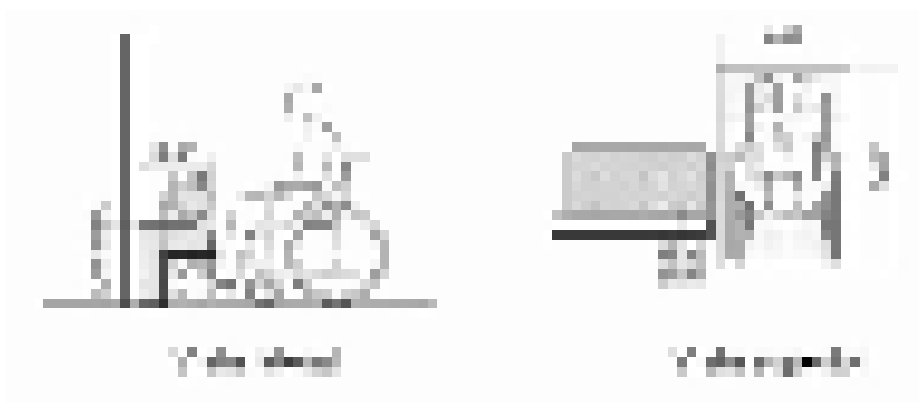
DUARTE & COHEN, Acessibilidade para todos: um acartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

Telefone em altura adequada para uma pessoa em cadeira de rodas e com piso de alerta para orientar uma pessoa com deficiência visual

Vestiários

Os armários ou estantes devem se situar em zona acessível às pessoas em cadeira de rodas, ou seja, entre 0,40 m e 1,40 m de altura.

Os bancos também precisam ter medidas e áreas de aproximação compatíveis com as recomendações da norma brasileira de acessibilidade (NBR 9050/2004).



Bancos para vestiários. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Sanitários⁹

O banheiro é uma das áreas internas de museus que merecem maior atenção, devido às barreiras e perigos que podem se apresentar às pessoas com deficiência física. Para torná-lo acessível, devem-se observar as instruções para uso e adequação de cada peça. Além disso, é essencial prever área de transferência ou aproximação para usuários de cadeira de rodas (dimensões mínimas 0,80m x 1,20m) e barras de apoio e transferência, devidamente posicionadas, seguras e de acordo com as necessidades de seus usuários.

Os sanitários devem ser acessíveis por meio de uma rota livre de qualquer obstáculo fixo ou móvel.

Vaso

A bacia sanitária precisa estar na mesma altura do assento da cadeira de rodas (entre 0,46m e 0,52m). Para cumprir esse requisito, há três alternativas: bacia de fixação na parede; soco de fixação no chão para assentamento de bacia e utilização de assento para ajuste de altura.

A área de transferência pode ser perpendicular, lateral ou diagonal, sendo esta última a mais utilizada. A instalação correta de barras facilita a transferência. O correto é prever um espaço ao lado da bacia para posicionar a cadeira de rodas e permitir a transferência lateral.

O mecanismo de acionamento da descarga precisa ser do tipo alavanca ou automático.

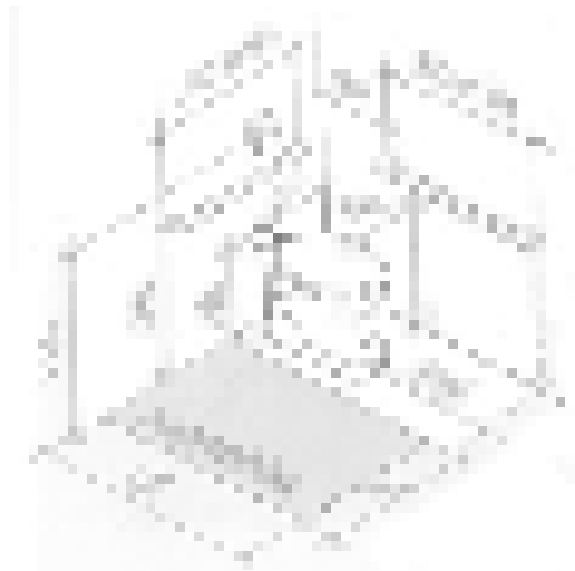
Quando houver boxe, este deve ter dimensões mínimas de 1,70m x 1,50m e abertura de porta para fora da cabine. Convém prever o lavatório em local que não interfira na área de transferência dentro da cabine.

⁹As considerações relativas aos sanitários foram baseadas no texto **Acessibilidade para todos: um cartilhade orientação** (2004), elaborado pelo Núcleo Pró-Acesso da UFRJ, sob a coordenação de Regina Cohen e Cristiane Rose Duarte.



Aldrey Baldo.

Banheiro possibilitando área de transferência lateral ou diagonal



DUARTE & COHEN. Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

Banheiro acessível com medidas de área de transferência, dimensões mínimas de localização de vaso e alturas recomendadas

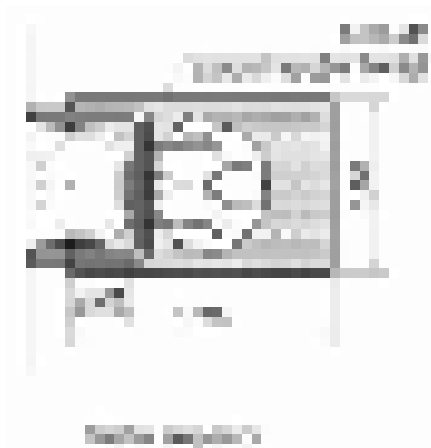


Dimensões de um banheiro adaptado e acessível. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004.

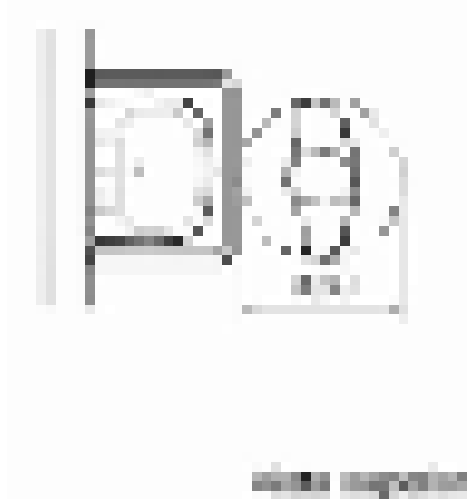
4

Pias ou lavatórios

Deve-se prever área de aproximação frontal para a utilização de pias ou lavatórios. Recomenda-se instalar as barras de apoio na frente do lavatório. O sifão deve estar afastado 0,25 m da projeção da borda e possuir proteção para evitar queimaduras ou batidas.



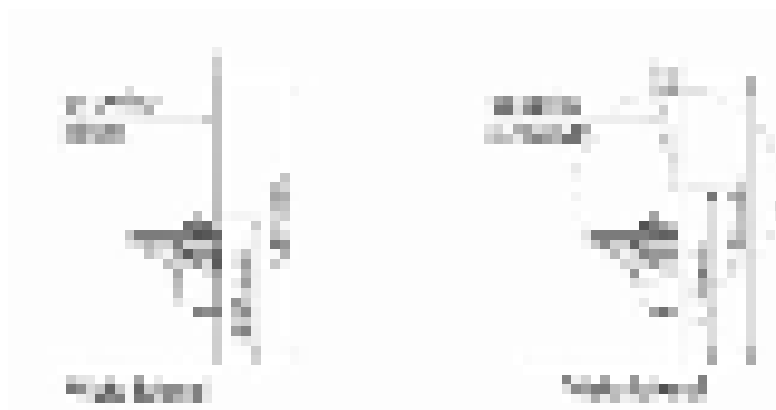
Pia com área de aproximação frontal para uma pessoa sentada. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004.



Pia com área de aproximação frontal para uma pessoa em pé. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004.

O acionamento de torneiras precisa ser do tipo alavanca, monocomando ou com sensor, situando-se no máximo a 0,50m da borda da pia ou bancada.

Os espelhos devem prever inclinação de 10° para permitir melhor visualização do usuário de cadeira de rodas ou de pessoas de baixa estatura.



Espelhos planos e espelhos com inclinação de 10° (recomendável, pois permite a visualização de uma pessoa em cadeira de rodas). Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Acessórios

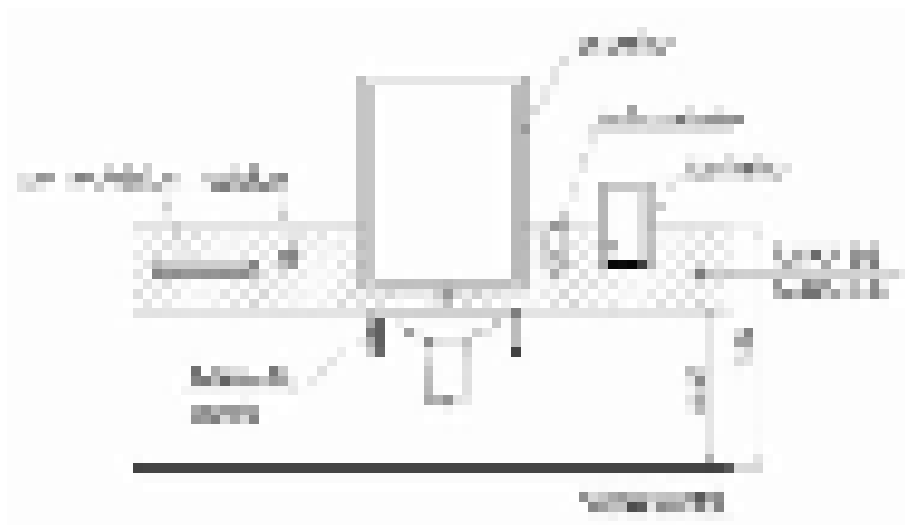
Os acessórios como cabides, saboneteiras e toalheiros devem estar na faixa de alcance confortável, ou seja, entre 0,80m e 1,20m do piso.

Recomenda-se que sejam instalados cabides junto aos lavatórios, boxes e chuveiros – nunca atrás de portas ou deixando saliência pontiaguda.

Aconselha-se a instalação de porta-objetos junto a lavatórios e boxes de bacias sanitárias.

A papelreira embutida ou aquela que avança até 0,10m da parede deve ser colocada na altura entre 0,50m e 0,60m e distar no máximo 0,15m da borda frontal da bacia. Já a externa à parede, deve ser alinhada com a borda da bacia, com altura de 1m a 1,20m.

Recomenda-se o uso de contrastes de cores para permitir a distinção do objeto por pessoas com visão subnormal. A existência de elemento saliente deve ser sinalizada por textura correspondente a sua posição no piso. Todos os acessórios dos sanitários devem seguir estritamente as recomendações da norma de acessibilidade brasileira.



Disposição ideal dos acessórios próximos à pia em um banheiro. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Porta

Uma barra horizontal auxiliar irá melhorar o conforto da acessibilidade de pessoas em cadeira de rodas ao abrir e fechar a porta de um banheiro. Ela deve seguir as dimensões recomendadas pela NBR 9050 que são essenciais no acesso com independência aos sanitários.

Símbolos

É importante sinalizar corretamente os sanitários acessíveis e adaptados com placas contendo o símbolo de acessibilidade.

Informar sobre as exposições e sobre o museu

Placas informativas, informações e painéis

A percepção dos textos é influenciada pelo conteúdo, pela forma que lhe é dada, pela qualidade da iluminação, pela distância da visão, por sua posição e visibilidade e, certamente, pela caligrafia e pelo suporte no qual está inscrito.

Assim, em todo o material informativo de um museu, é essencial privilegiar a clareza e a concisão da mensagem, o que significa tornar a informação menos pesada e utilizar um texto o mais simples possível quanto à forma.

Convém evitar gírias e palavras complicadas. As frases simples e curtas, cada qual apresentando não mais do que uma ideia, facilitam a comunicação.

Para garantir a clareza, a informação não deve se referir, de uma só vez, a um grande número de objetos diferentes na vitrine ou na sala.

Deve-se adotar uma composição com estrutura clara e recursos fáceis, com títulos e subtítulos bem estruturados, dando uma boa ideia do conteúdo. Também é útil variar o tamanho dos caracteres, utilizando em folhetos, guias ou manuais o recurso de textos em letras grandes ou em braile e figuras em alto-relevo.

Placas e painéis em relevo

Esquemas em relevo não devem ultrapassar a envergadura das duas mãos para serem facilmente “lidos” por meio do tato. Deve-se também utilizar o braille.

Localização e iluminação das placas informativas e painéis

As placas informativas ou notícias diversas em painéis devem possibilitar a leitura de todos os visitantes do museu: idosos, adultos sentados ou em pé, pessoas em cadeira de rodas ou com muletas, crianças, pessoas com deficiência sensorial etc.

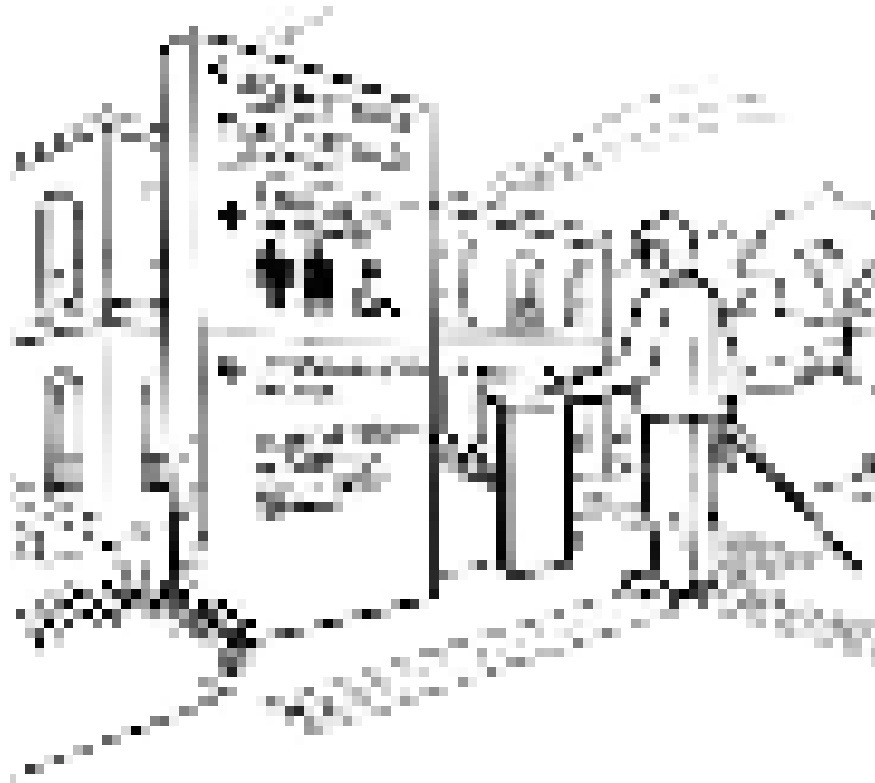


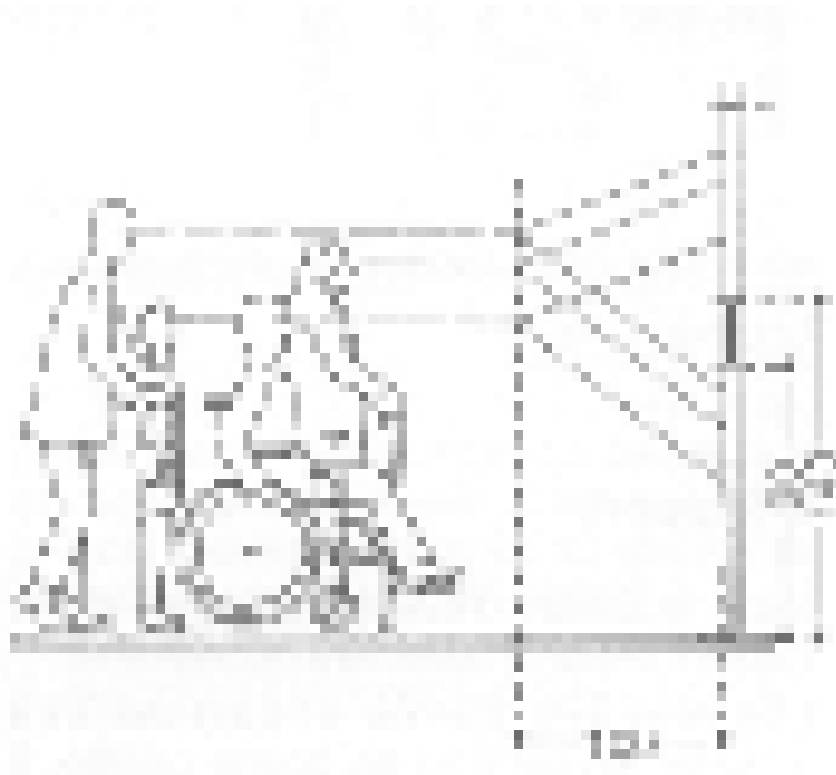
Figura ilustrativa de um painel de informação e orientação na entrada de um museu, tendo ao lado uma placa com texto em braille para pessoas com deficiência visual

Altura

A uma distância de 1m, a zona de recobrimento de diferentes regiões de acesso visual situa-se aproximadamente entre 0,90m e 1,40m do solo. Assim, os suportes de informação serão dispostos no interior desses limites, privilegiando-se a zona que vai de 1m a 1,20m.

Além dessa zona mencionada, a leitura torna-se difícil para certos visitantes.

Entretanto, acima de 1,90m e abaixo de 0,75m, uma inclinação de aproximadamente 30° permite atenuar parcialmente essa dificuldade.



Ministère de la Culture / Direction des musées de France / **Des musées pour tous / Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées.** Paris: La Villette, 1994.



Zonas de acesso visual para pessoas com diferentes estaturas em uma exposição

MINISTÈRE DE LA CULTURE FRANÇAISE
Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité
physique et sensorielle des musées. Paris: La Villette, 1994.



Inclinação recomendada para visualização de objeto situado além de uma zona confortável de acesso visual

Recuo

A distância de percepção depende dos caracteres utilizados. Uma distância de 0,50m a 1m permite um bom conforto médio.

De qualquer maneira, os visitantes devem ter a possibilidade de se aproximar ao máximo dos avisos e das placas informativas (visitantes com baixa visão).

Localização

Deve-se colocar a placa informativa o mais próximo possível da área permitida de aproximação da obra ou objeto correspondente. Caso contrário, colocá-la o mais perto possível do lugar de observação, tendo o cuidado de evitar qualquer confusão com outros elementos expostos.

Iluminação

A leitura de placas informativas e notas depende em parte das condições da iluminação. O nível de iluminação deve ser da mesma ordem que o das obras e objetos expostos aos quais elas se referem. A iluminação precisa ser constante, sem zona de sombra ou reflexo.

Ajudas ao visitante com deficiência: material explicativo e de orientação

Algumas ajudas são essenciais para garantir ao visitante com deficiência referência e orientação dentro do museu, e também para o esclarecimento da apresentação museológica das coleções expostas. Folhetos explicativos, maquetes, guias e documentos de apresentação podem ter grande utilidade.

Nos materiais escritos é preciso evitar todos os elementos que dificultam a leitura (percepção visual correta e compreensão), como a baixa qualidade do papel ou da impressão e a composição com caracteres reduzidos, como solução para o excesso de texto e a necessidade de economizar papel.



Fôlderes e folhetos explicativos e de orientação com informações para pessoas com deficiência. Montagem feita pela bolsista Íris Parada a partir de folhetos do Metropolitan Museum of Art. Nova Iorque, EUA

Tal como na sinalização, é importante utilizar em todos os materiais informativos o máximo de contraste entre as tintas e os suportes, buscando-se uma boa saturação de cores. Para assegurar este bom contraste que facilite a informação para pessoas com baixa visão, recomendam-se as combinações preto/branco, preto/amarelo, azul/branco e verde/branco.

Deve-se evitar a disposição de texto sobre uma imagem ou sobre um fundo tracejado.

Impressão

Recomenda-se utilizar um papel que forneça o máximo de condições de contato por meio da mão (sensação tátil resultante da combinação da gramatura, da espessura e da rigidez). Os papéis mais espessos atendem melhor a essa condição.

Uso do braile

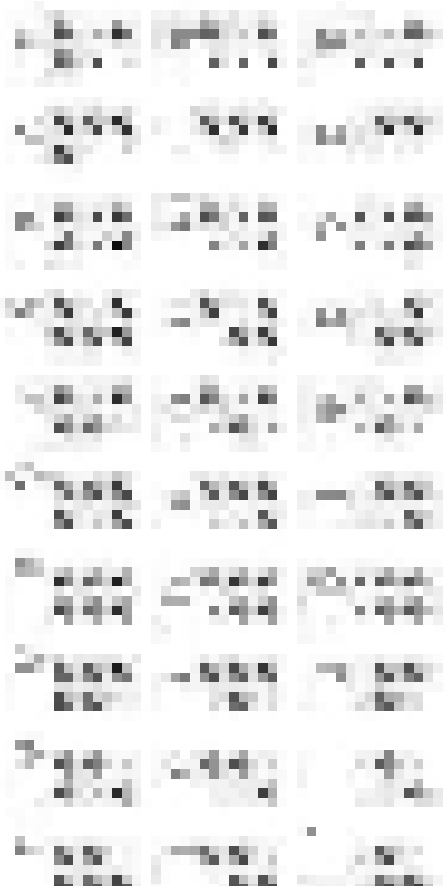
Mesmo que o museu não seja acessível a todos as pessoas com deficiência visual, o braile é uma forma de comunicação excepcional, que dá acesso aos livros, notícias e ajudas à visita.

A escrita braile utiliza o sentido de tocar sob a forma de pontos em relevo. Tem como unidade básica uma célula formada de seis pontos em relevo. As diferentes combinações desses seis pontos formam cada uma das letras do alfabeto.

Existe uma versão resumida do braile que permite ler e escrever mais rapidamente. Ela também possibilita a impressão de obras menos volumosas.

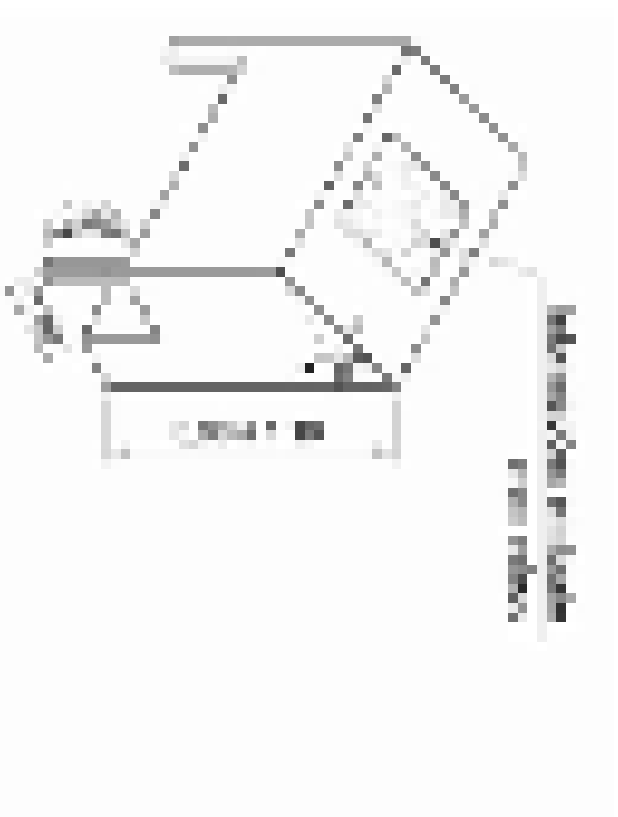
Os materiais em braile são produzidos de diferentes maneiras. Pode-se utilizar uma máquina de escrever especial, em que os seis toques correspondem aos seis pontos da célula braile, ou ainda um computador que traduz, transcreve e reproduz o braile. Na verdade, com a informática, foram abertas novas vias para a reprodução repetitiva e a transmissão a distância dos textos em braile.





DUARTE&COHEN. Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ, 2004.

Alfabeto braile.



Placa informativa em braile e em relevo. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Outras ajudas: painéis e maquetes táteis

Maquetes táteis constituem uma ajuda eficiente para todos os visitantes, sendo de especial utilidade para as pessoas com deficiência visual, crianças e pessoas com deficiência intelectual. Elas permitem uma melhor representação dos volumes de uma construção, de uma obra, de um objeto e de certos detalhes.

Para que os contornos dos objetos apresentados possam ser seguidos, convém neutralizar todas as partes que envolvam algum risco.

Um esquema em relevo fácil de ler por meio do tato não deve ultrapassar a envergadura das duas mãos.

AldreyBaldo.



Painel em relevo e maquete tátil

Salas de conferência e projeção

O acesso às salas, sua adaptabilidade, o conforto auditivo e o conforto visual são elementos essenciais no planejamento das salas de conferência ou de projeção.

Acesso e adaptabilidade

Locais adaptados de 0,80m x 1,20m (1m x 1,50m é preferível), acessíveis por meio de uma rota sem obstáculos, devem ser reservados ou previstos em caso de necessidade.



Local com dimensões adequadas para uma pessoa em cadeira de rodas na última fila de uma sala de conferência ou de projeção. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004



Local com dimensões adequadas para uma pessoa em cadeira de rodas na primeira fila de uma sala de conferência ou de projeção. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004.



Dimensões mínimas de um lugar adaptado em uma sala de conferência ou de projeção. Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

Uma marca no piso deve sinalizar o local adaptado das salas.

Número de lugares adaptados

Devem-se prever no mínimo dois locais adaptados para as salas com até 50 lugares. Adiciona-se um local suplementar por seção de 50 ou fração acima de 50 lugares.

Conforto de escuta: amplificação e transmissão de sons

A preocupação central no planejamento de salas de conferência e projeção é a procura de um “conforto de escuta”¹⁰ que permita uma boa inteligibilidade da palavra (conferências etc.), em um espaço sonoro agradável para o maior número de pessoas.

Convém passar sistematicamente o som de todas as conferências, filmes e montagens audiovisuais por um sistema de amplificação e transmissão adequado para pessoas com deficiências auditivas ou dificuldade de entendimento. Já existem tecnologias disponíveis para o cumprimento desse objetivo (estenotipia ou legenda oculta) e firmas que prestam este serviço.

¹⁰ Termo utilizado no **Guia de acessibilidade a museus**, Ministère de Culture Francophonie. Paris: La Villette, 1994.

Conforto visual: telas

As telas devem estar situadas dentro da zona de alcance visual da maioria dos visitantes, entre 0,75m e 1,90m. Além dessa área, torna-se necessário inclinar as telas em cerca de 30°.

É preciso eliminar os reflexos nas telas e evitar explicações sonoras muito barulhentas, para que as informações audiovisuais não interfiram umas nas outras.

Convém ainda evitar informações sonoras pouco úteis.

Os textos devem ter precisão suficiente para serem compreendidos sem o suporte da imagem.

Ver, ouvir e tocar as exposições

Ambiência visual e acústica das salas de exposição¹¹

Além da adequação funcional a cada movimento do visitante com deficiência no percurso de um museu, é importante que o ambiente ofereça condições para uma exploração estimulante dos diferentes espaços e atividades.

A natureza das atividades em um museu define como especialmente importantes para todos os visitantes, e particularmente para pessoas com deficiências visuais e auditivas mais ou menos fortes, o conforto do olhar para as exposições de artes plásticas e o conforto sonoro para as conferências e eventos audiovisuais em geral.

Assim, para a preparação de sua exposição, o museógrafo deve dar uma grande atenção à ambiência global dos lugares, tratando com especial cuidado as ambiências visual e acústica.

Ambiência visual

A concepção da iluminação deve ser estudada de maneira a evitar solicitações visuais que gerem perturbações e situações desagradáveis. É necessário otimizar

¹¹Texto em parte baseado nas recomendações do **Manual técnico de acessibilidade**, Ministère de Culture Francophonie, Paris: La Villette, 1994.

a visão do maior número de pessoas, mas deve-se evitar tanto luzes ambientes excessivas quanto a penumbra.

Para tranquilizar o visitante, deixando-o abandonar-se na descoberta e na exploração das coleções, é importante seguir algumas especificações de iluminação propostas nos documentos e normas já existentes, assim como nas áreas e órgãos diretamente especializados no assunto. Em particular, as mudanças bruscas de iluminação devem ser suprimidas, já que a adaptação a determinado nível de luz é crítica para a sensação das cores.

A utilização de contrastes é bastante desejável, de maneira que os objetos expostos não se confundam com o suporte ou a parede onde estão localizados.

Nas vitrines, recomenda-se limitar a informação visual, evitando grande quantidade de objetos, de obras e de textos que obstruam o campo visual e dispersem a atenção. Ao mesmo tempo, estas devem possuir altura e área livre adequadas para a aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas.

Ambiência acústica

Os sons existentes em uma sala são modificados de maneira mais ou menos adaptada ao seu uso. Dentro de certos limites, o aumento do nível sonoro propiciado pela reverberação acústica é positivo, permitindo escutar melhor a voz de um guia ou conferencista. Mas as distorções introduzidas pelo tempo de reverberação e os ecos podem, ao contrário, ser perturbadores, particularmente para as pessoas com deficiência auditiva.

O nível de barulho de fundo existente ou resultante de uma isolamento insuficiente também pode levar a níveis perturbadores de inteligibilidade das mensagens orais e sonoras ou obrigar uma pessoa a elevar a voz para se fazer escutar.

Convém lembrar que objetos sonoros são elementos de coleção, de instrumentos e de procedimentos didáticos ou interativos, de ajudas à visita (como vídeos), de conferencistas ou de mensagens sonoras. A utilização da audiodescrição ou de comentários sonoros pode tanto permitir a complementação da informação visual quanto supri-la ou substituí-la, no caso das pessoas com deficiência visual.

Entretanto, deve-se cuidar do conforto de audição, evitando comentários sonoros diferentes muito próximos uns dos outros.



Escutar

O tratamento da ambiência acústica foi trabalhado anteriormente, mas cabe ressaltar que além da utilização de tecnologias de amplificação de som que atendam às pessoas com deficiência auditiva, os funcionários de um museu deverão estar treinados a compreender a linguagem de sinais.



Aldrey/Baldo.



Pessoa se comunicando através da linguagem de sinais



Linguagem Brasileira de Sinais. Fonte: <www.unisc.br>

Tocar

As coleções que podem ser tocadas devem estar dentro da zona de alcance gestual comum ao conjunto de visitantes, ou seja, entre 0,80m e 1,40m. Obras táteis são fundamentais para as pessoas com deficiência visual, causando um prazer muito grande na sua experiência de visita a um museu.

Aldrey Baldo.



Tocando e sentindo uma escultura em uma exposição

Sempre que os objetos a serem tocados estiverem sobre um suporte, este deve ficar dentro da zona de alcance gestual e adaptado às pessoas em cadeira de rodas.

MINISTÈRE DE CULTURE FRANCOPHONIE. Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées. Paris: La Villette, 1994.



Vendo, sentindo e tocando objetos em uma vitrine de exposição horizontal

Convivendo com a diversidade

5

Esse texto faz parte da cartilha **Acessibilidade para todos: um cartilhade orientação** (2004), elaborada pelo Núcleo Pró-Acessoda UFRJ, sob a coordenação de Regina Cohen e Cristiane Rose Duarte. As aquarelas que constam deste capítulo foram feitas pela artista plástica Juliana Fortini para o **Manual de convivência** (2006), também sob nossa coordenação e por solicitação da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, presidida na época pelo vereador Márcio Pacheco.

O convívio com pessoas com deficiência deve ser incentivado por todos como forma de fortalecer as trocas e atenuar as diferenças socioculturais. Não devemos tratá-las de forma diferente das outras. Precisamos ter em mente que a principal barreira, o preconceito, é construída por nós mesmos. Eliminando essa barreira, as outras ficam mais fáceis.

É importante considerar algumas atitudes que facilitam o relacionamento entre as pessoas. Em relação às pessoas com alguma deficiência, valem as seguintes observações:

- Não é nada agradável ouvir a pergunta. “O que o deixou assim?”. Portanto, seja discreto.
- Não utilize adjetivo para chamar ou se referir à pessoa com deficiência (o que pode ser considerado pejorativo). Chame-a pelo nome.
- O fato de a pessoa ser deficiente não a torna melhor nem pior do que qualquer outra. É importante ressaltar os aspectos positivos dela. Afinal, aspectos positivos e negativos existem em todos nós, independentemente de nossas diferenças.
- Pessoas com deficiência têm direito de escolha, é importante respeitar sua liberdade. O fato de apresentarem uma deficiência não significa que não possam tomar suas próprias decisões.
- Evite ignorar as pessoas com deficiência: quando quiser alguma informação, pergunte diretamente a ela e não a seu acompanhante.
- Numa situação embaraçosa, a melhor forma de sair dela é usando o bom humor.

Alguns cuidados podem ser generalizados, mas cada deficiência apresenta suas particularidades. Para isso, seguem algumas dicas específicas:

Pessoas Idosas

Aquarela de Juliana Fortini.



Pessoa idosa

- Sempre se deve tratar as pessoas idosas com respeito, nunca como se fossem crianças ou mentalmente incapacitadas. Com certeza, elas ainda têm muito a oferecer para a sociedade.
- A compreensão e a atenção devem sempre estar na base de todo contato.
- Não é preciso falar alto, a não ser que a pessoa demonstre tal necessidade. O fato de a pessoa ser idosa não significa que apresente dificuldade auditiva.
- Oferecer sempre conforto, como uma cadeira para sentar, é fundamental para que os idosos se sintam bem tratados.



AquareladeJulianaFortini.

Pessoa idosa em cadeira de rodas

Pessoas com deficiência intelectual

Aquarelade/JulianaFortini.



Crianças com síndrome de Down

- Nunca as trate de maneira diferenciada.
- Respeite sua lentidão para executar as tarefas, só ajude se for solicitado.
- Sempre as cumprimente, nunca as ignore.

Pessoas com paralisia cerebral

- Procure estabelecer uma comunicação, mesmo que seja feita através de bilhetes.
- Nunca as subestime, o fato de possuírem sequelas de uma paralisia cerebral não significa que tenham incapacidade mental. A grande maioria dessas pessoas é extremamente inteligente.

Pessoas com deficiência visual



AquareladeJulianaFortini.

Pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia

- Quando for guiar uma pessoa com deficiência visual, não agarre seu braço: espere que ela segure no seu e assim possa seguir os seus movimentos.
- É importante descrever o trajeto a ser percorrido e seus obstáculos, avisando a pessoa da presença destes.
- Deixe que a pessoa se sente sozinha; indique apenas o braço ou o encosto da cadeira.
- Não se importe em dizer palavras como “olhe” ou “veja”.
- É fundamental identificar-se quando chega ou avisar quando vai embora.
- Procure sempre cumprimentá-la com apertos de mãos, pois é um ótimo substituto para o sorriso.
- Evite gesticular.

- Não fale alto, a audição de alguns deficientes visuais é mais aguçada.
- Nunca desvie a atenção do cão-guia do seu principal objetivo, que é guiar.

Pessoas com surdez ou deficiência auditiva

AquareladeJulianaFortini.



Pessoa com deficiência auditiva se comunicando pela linguagem de sinais

- Não adianta falar alto, mas faça gestos bem expressivos, “caras e bocas”.
- No caso de muita dificuldade para se comunicar, tente fazê-lo através de bilhetes.
- Posicione-se sempre na frente da pessoa quando for falar, mas nunca fique contra a luz, para que seu rosto seja visto. Facilite a leitura labial.
- Cuidado para não excluir o deficiente auditivo de uma conversa; por isso, sempre se coloque em posição visível.

Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida



Criança com deficiência física em cadeira de rodas

- Cuidado ao guiar uma cadeira de rodas para não esbarrar em obstáculos.
- Nunca se apoie na cadeira, ela é uma extensão do corpo para a pessoa que a utiliza.
- Numa conversa, procure se sentar para ficar no mesmo nível dos olhos da outra pessoa; é muito desconfortável conversar olhando para cima.

Considerações finais

6

“Qualquer que seja a proposta de um museu, suas dimensões poéticas e sensoriais são essenciais. Ela não pode ser ultrapassada sob silêncio, correndo o risco de uma verdadeira cacofonia. O museu é plural, ele se destina ao mesmo tempo a cada um e a todos. Se as vias da descoberta são infinitas, como encontrar o caminho? Ninguém deve ser negligenciado, e, principalmente, aquele que fala a linguagem do corpo. Ele é ator e não espectador da visita.”

Sylvie Grange et Marie Petit. 50 lux et pas dans le noir! In: CULTURE ET RECHERCHE n° 113 • automne 2007. Plaidoyer pour une muséographie poétique et sensorielle.

Com a quantidade de informações contidas neste *Caderno de Acessibilidade a Museus*, podemos resumidamente dizer que ainda não existe uma real preocupação com a garantia do acesso de todos às ambiências dos museus brasileiros. As iniciativas que encontramos são insuficientes para a promoção da acessibilidade por se constituírem em ações pontuais.

Pudemos constatar as boas intenções e vontade, por parte de todas as esferas decisórias, em adaptar os espaços destas instituições museais às necessidades espaciais, aos desejos, sonhos e anseios das pessoas com deficiência.

Alguns museus já estão realizando pequenas intervenções físicas ou de implementação de medidas que tornem seus acervos acessíveis por meio de todos os sentidos ou sentimentos e do corpo em movimento. Apesar desses muitos esforços, as ações ainda são muito tímidas para efetivamente permitir a criação de uma relação afetiva entre o visitante com deficiência e o museu ou o patrimônio. Dentre os principais problemas encontrados podemos mencionar: banheiros mal adaptados, quando adaptados; acessibilidade isolada sem a previsão de rotas acessíveis pelo museu; rampas muito inclinadas acima da recomendação da Norma de Acessibilidade da ABNT; inexistência de réplicas, maquetes ou outros recursos táteis para pessoas com deficiência visual, ausência de legendas ou sinalizações em braile; falta de funcionários treinados para a comunicação na Língua Brasileira de Sinais (Libras) com pessoas com deficiência auditiva; inexistência de equipamentos de audiodescrição para pessoas cegas ou de visitas guiadas para grupos de pessoas com deficiência; barreiras físicas como mobiliário inadequado ou não sinalizado etc.

Pensar na experiência física, sensorial e emocional que as pessoas com deficiência buscam ao frequentar um museu ou local de exposição, significa também investigar a “museologia como ciência da memória e da relação com os objetos” (Júnior, In: Abreu; Chagas e Santos, 2007). Na opinião de José do Nascimento Júnior (2007),

“os museus podem ser compreendidos como espaços de representação social da relação do homem com o seu entorno, das sociabilidades, do confronto de significados, dos conflitos sociais e suas diferenças, da diversidade. Os museus são sem dúvida o espaço da representação do ‘poder simbólico’ das sociedades.”

Como podem os museus e centros culturais, de arte e de ciência, otimizar a visita de cidadãos com deficiência? O que existe e o que ainda falta nesses espaços para que este público sinta que vale a pena visitá-los e revisitá-los?

Vários especialistas, investigadores e profissionais de museus, nacionais e estrangeiros, têm debatido estas e outras questões, analisando também o que já foi feito nesta matéria e o que se pode fazer no futuro, recorrendo a parcerias com instituições responsáveis pelo património cultural e pelos espaços museológicos brasileiros. Também nessa linha é o trabalho que está sendo desenvolvido por Cohen (2008) e pelo Núcleo Pró-Acesso da UFRJ com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em conjunto com o IBRAM.

Museus são fontes inesgotáveis de informações através de todos os sentidos funcionando em conjunto. Às vezes a percepção pode ser dominada por apenas um deles. Uma pessoa cega locomove-se usando o toque com a bengala, os sons ou os cheiros. Merleau-Ponty trata deste corpo como “totalidade”:

“Não é o olho que vê. Não é a alma. É o corpo como totalidade aberta. (...) A visão dos sons ou a audição das cores ocorre com a unidade do olhar pelos dois olhos: [a visão e a audição ocorrem] na medida em que meu corpo é não uma soma de órgãos justapostos, mas uma síntese sinérgica na qual todas as funções são retomadas ou ligadas ao movimento geral do ser no mundo. [...] Quando digo que vejo o som, quero dizer que à vibração do som faço eco por todo meu ser sensorial.” (Merleau-Ponty *apud* Novaes, 2003).

Existem ambiências museais formadas de todos estes espaços sensoriais, corporais e emocionais e das imagens dos museus que estão em cada um de nós. Trata-se da compreensão destas ambiências sensíveis que transformam-se em lugares e que nos envolvem e acolhem nosso corpo e nossos sentidos, dentro dos quais nós vivemos e encontramos nosso abrigo e nossa morada.

Já podemos encontrar alguns trabalhos que dão bem esta dimensão de museus e exposições para os que não veem ou não escutam. O percorrer, o escutar, o ver e o tocar destes corpos e destas deficiências são enriquecedores tanto no nível teórico quanto no nível prático; é o ter acesso, o caminhar, o ver, o ouvir, o cheirar,

o sentir, o tocar, o perceber e o descrever de infinitas maneiras diferentes como é a própria natureza humana. Entendemos que pesquisas interdisciplinares só possuem sentido se permitirem compreender as realidades de grupos de pessoas que utilizam os espaços que nós arquitetos ou outros profissionais com ou sem deficiência preparamos para eles.

Uma pesquisa sobre a inclusão de pessoas com deficiência e sobre suas experiências sensoriais e emocionais na acessibilidade aos museus, no sentido como nós a definimos atualmente, toma toda sua significação. Não se trata mais de uma abordagem intelectual que satisfaça um ou outro, mas de uma tentativa de compreensão daquilo que explica nossos viveres cotidianos e sentimentos, daquilo que induz nossas ações, nossas práticas museais.

Encerrando este Caderno Museológico de *Acessibilidade a Museus*, cabe lembrar que nele foram adotadas como premissas as condições segundo as quais as pessoas com deficiência têm acesso, percorrem, veem, ouvem, tocam, sentem e percebem uma obra de arte, uma obra arquitetônica ou qualquer outra exposição de um bem cultural. O que nos mobilizou para realizar este trabalho foi a construção dos muitos significados possíveis e de experiências ambientais e de museus em toda a sua plenitude.

A concretização dos ideais expressos neste trabalho torna os conceitos de acessibilidade, desenho universal, rota acessível, deficiência e desvantagem mais verdadeiros e dotados de um real valor. Fornece aos nossos espaços museais um sentido na fruição e no desfrute dos bens culturais, ao proporcionar sensações de prazer e sentimentos de alegria a pessoas que passam a ter acesso a eles e com eles aprendem o sentido do afeto por um lugar.

Devemos considerar que este Caderno é o primeiro passo para a adaptação de nossos museus, não devendo funcionar apenas como um registro de normas e medidas a serem seguidas. Muito mais do que isso, esperamos que ele sirva de alavanca no difícil processo de mudar mentalidades para a conscientização ampla e irrestrita de todos os que trabalham com questões relacionadas à rica cultura brasileira. A garantia do acesso de todos e de sua visitação pode significar essa mudança de paradigmas na verdadeira inclusão da diversidade humana no usufruto igualitário dos espaços construídos de nossos museus.

Dessa forma, quando falamos da capacidade de os ambientes proporcionarem satisfação, liberdade e segurança, estamos nos referindo à inexistência de qualquer barreira no percurso para se chegar ao museu, na sua entrada, no seu interior e em todos os serviços oferecidos, caracterizando o que chamamos de rota acessível.

Cabe salientar ainda que as medidas aqui sugeridas não serão exclusivas para as pessoas com deficiência, o que poderia caracterizar uma exclusão às avessas, mas visam atender a todo usuário em potencial, configurando o sentido da filosofia do desenho universal que sempre adotamos como fio condutor de nossos projetos.

A experiência adquirida ao longo dos últimos 15 anos, nas áreas de extensão, ensino e pesquisa, nos faz ver que, quando pessoas com alguma deficiência ou com mobilidade reduzida são excluídas e segregadas pela falta de acessibilidade, os ambientes nos quais desejam penetrar se tornam eles próprios deficientes, por não serem capazes de abrigar a diferença.

Com isso, podemos concluir que existe um longo caminho a percorrer na condução das mudanças que desejamos efetuar no contexto encontrado em nossos museus, avaliando cada situação, educando cada futuro profissional, cada planejador, cada gestor cultural, cada político e a sociedade como um todo para que consigamos evoluir e avançar na temática.

O presente trabalho é fruto dessa reflexão e surgiu como uma demanda do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que percebeu a necessidade de partir do sonho, do discurso e da utopia para a construção de espaços museográficos mais democráticos. Como arquitetas, coordenadoras e pesquisadoras do Núcleo Pró-Acesso da UFRJ, nossos propósitos só terão sido alcançados quando vislumbrarmos em nosso país museus acessíveis, no seu sentido mais abrangente, e não um simples cumprimento da lei. Esses lugares precisam espelhar a incorporação de uma nova cultura que não exclua mais ninguém. Só assim teremos alcançado o sucesso almejado.



Referências bibliográficas

Artigos e livros

AMARAL, Lígia A. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Corde, 1994.

AMERICAN ASSOCIATION OF MUSEUMS. *Excellence and Equity: Education and the Public Dimension of Museums*. AAM, Baltimore, 1998. 27 p.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: Corde, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIATION FRANÇAISE DE L'ÉCLAIRAGE. *Guide pour l'éclairage des musées, des collections particulières et des galeries d'art*. Paris: Lux, 1991.

BAHIA, Sergio Rodrigues, coord.; COHEN, Regina; VERAS, Valéria. *Município e acessibilidade*. Rio de Janeiro: Ibam/Corde, 1998.

BEZERRA, Ulpiano T. B. O Museu e o problema do conhecimento. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, número especial: memórias compartilhadas – retratos da coleção do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: O Museu, 2003.

BINS ELY, Vera Helena Moro. *Orientar-se no espaço: condição indispensável para a acessibilidade*. In: Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano [CDrom]. Rio de Janeiro: Núcleo Pró-acesso/UFRJ, 2004.

CALIXTO, Silvana Campos da Rocha; JUNIOR, Pedro Antonio Federsoni. *Museu: a mídia multissensorial*. In: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/espiral/placa29a.htm>>. Acesso em 22 de setembro de 2007.

CANO, Begoña Consuegra. *El acceso al patrimonio histórico de las personas ciegas y deficientes visuales*. 1 ed. Madri: Once, 2002.

CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: PUF, 1988.

CITÉS DES SCIENCES ET DE L'INDUSTRIE. *La charte des personnes handicapées*. Musée National des Sciences, des Techniques et des Industries, 1984.

———. *Des visites confortables pour tous: cahier des charges d'accessibilité aux personnes handicapées*. Parc de la Villete, 1992.

COHEN, Regina. *Acessibilidade de Pessoas com Deficiência às Ambiências dos Museus do Estado do Rio de Janeiro: Ter Acesso, Percorrer, Ver, Ouvir, Sentir e Tocar*. Projeto de Tese de Pós-Doutoramento submetido à FAPERJ e vinculado ao PROARQ/UFRJ em 2008.

———. *Cidade, corpo e deficiência: percursos e discursos possíveis na experiência urbana*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

———. *Formação universitária: a arquitetura do futuro*. In: Anais do VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico (VI Siamf). Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), 1994.

———. *A palavra de Regina Cohen*. In: Unesco, org. Manual direitos humanos no cotidiano. 1 ed. Brasília: MJ, Sec. Nac. de Direitos Humanos, USP e Unesco, 1998, v. 1, p. 1-4.

———. *Estratégias para a promoção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência*. In: Seminário Direitos Humanos no Século XXI, 1998, Rio de Janeiro. Anais... Brasília: Ipri, 1998.

———. *Acessibilidade, identidade e vida cotidiana urbana de pessoas com dificuldade de locomoção: o Projeto Rio Cidade*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

———. *Repensando as políticas públicas para as pessoas portadoras de deficiência na cidade do Rio de Janeiro*. In: Seminário Repensando as Políticas Públicas e a Ação na Cidade, 1999, Rio de Janeiro. Anais..., 1999.

———. *Urbanismo e acessibilidade*. In: Jornal Superação, ano VII, n. 6, Rio de Janeiro, out./dez., 1993.

———. *A percepção ambiental de pessoas com dificuldades de locomoção: uma contribuição para projetos acessíveis visando a inclusão psicossocial no ambiente construído*. In: Anais do Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construído, Rio de Janeiro, 2000.

———. *Sustainable Development and Accessibility in Brazil: Universal Design at the Campus of the Federal University of Rio de Janeiro*. International Journal Universal Access In: The Information Society, v. 1, n. 1, p. 80-81, 2000.

———. *A cidade será para todos se for construída na formação de planejadores*. In: I Seminário de Acessibilidade da Prefeitura de Niterói e UFF, 2001, Niterói/RJ. Mimeografado e apresentado durante o evento, 2001.

COHEN, Regina. *Subsídios para o Planejamento de Acessibilidade aos Espaços Urbanos*. In: 2º Seminário Internacional de Sociedade Inclusiva, 2001, Belo Horizonte. Anais, 2001.

———. *Uma cidade para todos*. In: <<http://www.idademaior.com.br>>. Seção Direitos. Rio de Janeiro: Idade Maior, 2004.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. *Breve Avaliação da Acessibilidade de Pessoas com Deficiência aos Museus do IPHAN e do IBRAM no Estado do Rio de Janeiro*. In: EXPOMUS. (Org.). Caderno de Acessibilidade: Reflexões e experiências em exposições e museus. 1 ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2010, v. 1, p. 47-53.

———. *Relatórios de pesquisa FAPERJ*. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ. Rio de Janeiro: 2003, 2004, 2007.

———. *Acessibilidade aos espaços de ensino fundamental*. Relatório de Pesquisa FAPERJ. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

———. *Inclusion and Accessibility of Persons with Disability in Brazil: Senses and Sensations in the Access to Patrimonial Historical Museums in the State of Rio de Janeiro*. In: Common Ground Publishing Ply Ltd. (Org.). The International Journal on the Inclusive Museum.. 1 ed. Melbourne: Common Ground Publishing Ply Ltd, 2009, v. 2, p. 65-83.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. *Universidade para Todos: Diagnóstico da Acessibilidade na UFRJ*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gráfica da UFRJ, 2009. v. 1. 406 p.

———. *Acessibilidade como Fator de Construção do Lugar*. In: Sheila Ornstein; Adriana de Almeida Prado; Elisabete Lopes. (Org.). *Acessibilidade e Desenho Universal no Brasil*. São Paulo: AnaBlume, 2009.

———. *A acessibilidade de pessoas com dificuldade de locomoção e a sustentabilidade das cidades*. In: Nutau, 2002, São Paulo. Anais NUTAU 2002. São Paulo: Edusp, 2002.

———. *A eliminação de barreiras urbanas e arquitetônicas como mecanismo de inclusão social de pessoas com dificuldade de locomoção (PDLs)*. In: XXI Encontro e VI Congresso Arquisur. O direito à arquitetura e a arquitetura do direito: possibilidades, limites e práticas, 2002, Salvador. Anais..., 2002.

———. *Quality of Life and Inclusive Design: Teaching Experience in Brazil*. In: 19th International Conference PLEA 2002: Designing with the Environment, 2002, Toulouse. Proceedings... Toulouse: Greco e Acad, 2002. v. 2., p. 697-702.

———. *Quando paredes são palavras*. In: I Congresso Internacional de Psicanálise e Intersecções – Arquitetura: Luz e metáfora: um olhar sobre o espaço e significados, 2002, Porto Alegre. Anais..., 2002.

———. orgs. *Transporte para Todos: proposta de acessibilidade aos transportes do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sectran, 2002. v. 1. 164 p.

———. *Methodology for the Making an Accessible Guidebook: Proposal Study for Rio de Janeiro*. In: Adaptive Environments., org. Anais da Conferência Internacional sobre Desenho Universal: “Designing for the 21st Century”. Boston: Adaptive Environments, 2004, divulgado virtualmente: <http://www.adaptenv.org/>

———. *Pesquisa e projeto de espaços públicos: rebatimentos e possibilidades de inclusão da diversidade física no planejamento das cidades*. In: DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; REINGHANZ, Paulo Afonso, orgs. Anais do II Seminário sobre Pesquisa e Projeto de Arquitetura: rebatimentos, práticas, interfaces (Projetar 2005). Rio de Janeiro: 2005, publicado em meio magnético, CDRom.

———. *Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental*. In: ORNSTEIN, Sheila, org. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, Nutau 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. 2006, v. 1.

———. *Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental*. Cadernos do Proarq (UFRJ), v. 10, p. 115-122, 2007.

———. *Brazil: ideas into action for the accessibility rights in a developing country*. In: Anais da 7 th International Conference on Mobility and Transport for Elderly and Disabled People, Reading, Berkshire, United Kingdom, jul. 1995.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Acessibilidade*. Artigo 9.

COSTA, Lygia Martins. Em entrevista a Mario Chagas.

CORDE. *Os direitos das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: Corde, 1994.

———. *Anais do VI Seminário sobre Acessibilidade ao Meio Físico (VI SIAMF)*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

DECRETO FEDERAL 5.296, 3 de dezembro de 2004. In: DOU 02/12/2004.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia, org. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, Editora da UFSCar, 1996.

DISCHINGER, Marta. *Onde está tudo aquilo que não desenhamos?* In: Anais do Projetar 2005 – II Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura. PROARQ/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. *Segregação e exclusão sócio-espacial: a questão dos portadores de deficiência física*. In: IV Encontro Nacional da ANPUR-UnB, 1995, Brasília. Anais do IV Encontro Nacional da Anpur, 1995.

———. *People with Mobility Difficulty and the Space Experience in the Cities*. In: IAPS's 2002 Conference Proceedings. A Coruña, Spain, 2002.

———. *Project Greaud: Methodologies d'enseignement de l'architecture inclusive*. In: HARDER, Ebber, org. *Writings in Architectural Education*. Copenhagen: From & Co., 2003.

———. *O Ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida para todos*. In: MARQUES, S.; LARA, F. *Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003. p. 159-172.

———. *Acessibilidade para Todos: uma cartilha de orientação*. Rio de Janeiro: Alerj, 2004. v. 1. 87 p.

———. *Building New Tools for Teaching Inclusive Architecture*. In: Adaptive Environments, org. Anais da Conferência Internacional sobre Desenho Universal: Designing for The 21st Century. Boston: Adaptive Environments, 2004, divulgado virtualmente: <http://www.adaptenv.org/>

———. *Comentários finais*. In: Núcleo Pró-Acesso UFRJ, org. Acessibilidade para Todos: uma cartilha de orientação. 2 ed. Rio de Janeiro: Alerj, 2004, v. 1, p. 78-79.

———. *Introdução*. In: Núcleo Pró-Acesso UFRJ, org. Acessibilidade para Todos: uma cartilha de orientação. 2 ed. Rio de Janeiro: Alerj, 2004, v. 1, p. 8-9.

———. *Pesquisa e projeto de espaços públicos, rebatimentos e possibilidades de inclusão da diversidade física no planejamento das cidades*. In: Anais do Projetar 2005 – II Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura para a confecção de um Guia do Rio de Janeiro Acessível. In: MARTINS, Angela Maria. Laboratório de Lazer e Espaços Turísticos – Lablet: PROARQ/FAU/UFRJ, org. Anais do II Seminário Internacional Visões Contemporâneas. Rio de Janeiro: LABELT/UFRJ, 2004.

———. *Turismo sem barreiras nas cidades: um guia de acessibilidade*. In: Instituto Pestalozzi de Canoas, org. Anais do Congresso Ibero-Americano de Acessibilidade ao Turismo. Canoas: Instituto Pestalozzi, 2004.

———. *Acessibilidade aos espaços de ensino e pesquisa: desenho universal na UFRJ – possível ou utópico?* In: Anais do Nutau 2004, São PROARQ/FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

———. *Arquitetura, espaço, acesso e afeto*. Bengala Legal, Rio de Janeiro, 10 jan. 2006. <<http://www.bengalalegal.com>>.

———. orgs. *Manual de convivência: você está preparado para conviver com a diferença?* Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2006. v. 1. 23 p.

———. Research and Teaching of Accessibility and Universal Design on Brazil: Hindrances and Challenges in a Developing Country. In: NASAR, J.; EVANS-COWLEY, J., org. *Universal Design and Visitability: from Accessibility to Zoning*. 1 ed. Columbus: National Endowment for the Arts, 2007, v. 1, p. 115-146.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina; RIO, Vicente Del. *Development and Accessibility in Brazil: Universal Design at the Campus of the Federal University of Rio de Janeiro*. Universal Access in the Information Society (Online), v. 1, p. 80-81, 2001.

ESTATUTO DE MUSEUS. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Brasília, Presidência da República.

FALCATO Simões, Jorge; BISPO, Renato. *Design inclusivo: acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes: Manual de apoio às ações de formação do projecto Design Inclusivo*, Prefeitura de Lisboa, Portugal, 2003.

FERRARI, Aída Lúcia; CAMPOS, Elisa. *De que cor é o vento? Subsídios para ações educativo-culturais com deficientes visuais em museus*. Prefeitura de Belo Horizonte, 2001. 47 p.

FONDATION DE FRANCE/ICOM. *Des musées ouverts à tous les sens: mieux accueillir les personnes handicapées*. Cahiers Fondation de France 2, 1991.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. *Município acessível ao cidadão*, coordenado por Adriana Romeiro de Almeida Prado. São Paulo, 2001.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GROFF, Gerda. *What museum guides need to know*. 2 ed. Nova York: American Foundation for the Blind, 1990.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1988.

GRANGE, Sylvie & PETIT, Marie. *50 lux et pas dans le noir!* In: CULTURE ET RECHERCHE n° 113 - Plaidoyer pour une muséographie poétique et sensorielle • automne 2007.

GROSBOIS, L. P.; ARANEDA, A. *Les critères d'accessibilité aux présentations*. Park de la Villete, 1982.

GROSJEAN, M.; THIBAUD, Jean-Paul, org. *L'espace urbain en methodes*. Marseille: Parenthèses, 2001

GUIMARÃES, Marcelo Pinto; FERNANDINO, Sandra Fagundes. *Coletânea de critérios para a Acessibilidade*. In: Projeto Escala Gradativa da Acessibilidade, fomentado pela Corde/Ministério da Justiça. Laboratório ADAPTSE e a UFMG, abril de 2001.

IBGE. *Censo Demográfico Brasileiro 2000*. In: <www.ibge.gov.br>.

IBGE, 2000. In: <www.assistenciasocial.gov.br>. *Pessoas com deficiência no Brasil*. Acesso em 2001.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. *Museus e Acessibilidade*. Coleção Temas de Museologia. 2004.

IPHAN. Instrução Normativa n. 1, 2003. In: www.iphan.gov.br.

———. *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 2, 2006. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Brasília em três escalas de percepção. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L., org. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

LEI nº 11.904, 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

LICHT, Flavia Boni. Paper apresentado no Seminário: Acessibilidade no Patrimônio Histórico e Cultural, CREA-Bahia e INEPAC-Bahia, Salvador, nov. 2009.

MAJEWSKI, Janice. *Part of Your General Public is Disabled*. 2 ed. Washington: Smithsonian Institution, 1993.

MARIANI-ROUSSET, Sophie. *La méthode des parcours dans les lieux d'exposition*. In: GROSJEAN, M. ; THIBAUD, Jean-Paul, org. *L'espace urbain en methodes*. Marseille: Parenthèses, 2001.

MARTIN, Enrique Saiz. Acreditación de accesibilidad para obras de Patrimonio Histórico.

MAZZONI, Alberto Angel. *Deficiência x participação: um desafio para as universidades*. Tese de doutorado, Florianópolis, UFSC, 2003.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

METTETAL-DULARD, Lucile. *Les personnes handicapées physiques et la ville des autres*. Tese de mestrado, DEA, Urbanisme et Aménagement, Politiques urbaines, Aménagement et gestion de l'espace, Institute d'Urbanisme de Paris, Université Paris XII, Val de Marne, 1994.

MINISTÈRE DE CULTURE FRANCOPHONIE. *Des musées pour tous: manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées*. Paris: La Villette, 1994.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION DE FRANCE. *Culture et handicap: guide pratique de l'accessibilité*. Paris, 2007. In: <<http://www.handicap.culture.gouv.fr>>.

MINISTERIO DE CULTURA Y ONCE. *Museus abiertos a todos los sentidos: acoger mejor a las personas minusvalidas*. Trad. Carmen Pérez Andrés e Antonia Ramos Fuentes. Once. Salamanca, 1994. 273 p.

MOREIRA, Conceição et al. *Museus e ação cultural*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. Cadernos de Sociomuseologia, n. 5.

MOUTINHO, Mario et al. *Sobre o conceito de museologia social*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993. Cadernos de Sociomuseologia, n.1.

MUSEU DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TÉCNOLOGIA – CENTRO SOCIAL MARIO FRANÇA DE AZEVEDO. *Percepção e Criação*. São Paulo, 1980.

MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O toque revelador: a poética das formas*. São Paulo, 1999. 38 p. il.

MUSEU DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO. *Novas percepções na educação patrimonial*. Fôlder Explicativo. Prefeitura de Porto Alegre: s. d.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova Iorque: 25 de agosto de 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes*. 1975

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência*. 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (PAMPD). *Resolução nº 37/52, de 3 de dezembro de 1982*. Apud Brasil, Corde, 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens – CIDID* (1980). In: Um manual de classificação das conseqüências das doenças. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF* (2003) In: apud MAZZONI, Alberto Angel. *Deficiência x Participação: um desafio para as universidades*. Tese de Doutorado, Florianópolis, UFSC, 2003.

OSTROFF, Elaine; PREISER, Wolfgang F. E. *Universal Design Handbook*. McGraw-Hill: USA 2001.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Relatório de gestão 2003-2010. Brasília/DF, Ministério da Cultura/Ibram, 2010.

PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS: 2010-2020. Brasília/DF, Ministério da Cultura/Ibram, 2010.

PORTUGAL. Quadro dos Museus Portugueses. *Lei nº 47, de 19 de agosto de 2004*. Artigo 3º.

RIBAS, João B. Cintra. *O que são pessoas deficientes*. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. In: ABREU, Chagas e Santos. *À procura da alma encantadora da cidade. Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas*. 2007. p. 359.

SARRAF, Viviane. *Vista cansada*. Artigo publicado no site do Fórum Permanente: http://forumpermanente.incubadora.fapesp.br/portal/.painel/critica/viviane_sarrafa>. Acesso em 22 de setembro de 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Preconceito, discriminação, estigma e estereótipo em relação às pessoas portadoras de deficiência*. mimeo a, 1993.

———. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

———. Romeu. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SAVATER, Fernando. *Las ciudades inaccesibles*. In: *Accesibilidad y barreras arquitectónicas*, Revista de Serveis Socials do Generalitat Valenciana, n. 20/21, 1992.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Armazém de Dados – Rio em Foco. *Pessoas com deficiência no mundo*. Acesso em maio de 2002. [dar endereço do site]

SICCHIERI, Ivaldo. *Sinalizações visuais para acessibilidade*. Acesso em outubro de 2007. In: <http://www.oficinadesenho.com.br/archinotes/ptbr/sinal-visual>>.

STEINFELD, Edward. *Towards a Responsive Environment: The Psychological Effects of Inaccessibility*. In: M. Bednar, ed. “Barrier-Free Environments Community Development Series, v. 33, Stroudsburg, PA: Dowden, Hutchinson & Ross, 1977.

THIBAUD, Jean-Paul. *La méthode des parcours commentés*. In: GROSJEAN, M.; THIBAUD, Jean-Paul, org. *L’espace urbain en methodes*. Marseille : Parenthèses, 2001.

THIBAUD, Jean-Paul; CHELKOFF, G. *L’espace public, modes sensibles*. Les Annales de la Recherche Urbaine. Paris, 57-58, 1993.

THOMAS; Rachel. *Ambiances publiques, mobilité, sociabilité. Approche interdisciplinaire de l’accessibilité piétonnière des villes*. Thèse de Doctorat en sciences pour l’ingénieur, Filière doctorale Ambiances Architecturales et Urbaines: Université de Nantes, Ecole Polytechnique, Laboratoire Cresson, 2000.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Museu de arte e público especial*, 1999. 191 p., il., 2 anexos. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1999.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VELHO, Otávio Guilherme, org. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VERHELST, T.G.: *O direito à diferença, identidades, culturas e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1992.

WALKER, Andrew. *Universal Access and Built Environment or From Glacier to Garden Gate*. Londres: Architectural Association, september, 1994.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WILLET, Patrick. *Access Requirements & Spatial Awareness: How my Role in the Environment has Changed*. Londres: Architectural Association, nov./1994.

RELATÓRIOS

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, Regina. *Acessibilidade aos espaços de ensino fundamental*. Relatório de Pesquisa enviado à Faperj. 80 p. Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

———. *Condições de acessibilidade nas instalações dos Jogos Panamericanos de 2007 (Rio de Janeiro)*. Orientação e supervisão de relatório de bolsistas de iniciação científica. CNPQ, Rio de Janeiro, 2007.

———. *Arquitetura e desenho urbano inclusivos: estratégias para a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços públicos*. Relatório de pesquisa enviado ao CNPQ. Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

———. *Metodologia para avaliação de acessibilidade em escolas de ensino fundamental*. Relatório de pesquisa enviado à Faperj. 80 p. Núcleo Pró-acesso/UFRJ. Rio de Janeiro, 2004 a.

LINKS E SITES DE ACESSIBILIDADE

Acessibilidade.net – www.acessibilidade.net

Acessibilidade Brasil – www.acessobrasil.org.br

Accessible.com.ar – www.accessible.com.ar

Adaptive Environments Center – www.adaptiveenvironments.org

Assino Inclusão – www.assinoinclusao.org.br

Bengala Legal – www.bengalalegal.com

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) – www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) – www.mj.gov.br/sedh/ct/conade

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ) – www.crea-rj.org.br

Center for Universal Design – www.design.ncsu.edu/cud

European Institute for Design and Disability – www.design-for-all.org

Human Rights & Equal Opportunity Commission – www.hreoc.gov.au

IBGE – www.ibge.gov.br

IBRAM – www.museus.gov.br

IPHAN – www.iphan.gov.br

Libras – Dicionário da Língua Brasileira de Sinais – www.acessobrasil.org.br/libras

Ministère de la Culture et de la Communication de France: Culture et Handicap – www.handicap.culture.gouv.fr

Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (Moma) – www.moma.org/visit

Museu do Louvre – www.louvre.fr

Museu Histórico Nacional – www.museuhistoriconacional.com.br

Núcleo de Computação Eletrônica – UFRJ. Projeto de pesquisa: Dosvoc, Habilitar e Motrix – www.nce.ufrj.br/pesquisa/projetos.asp.

Núcleo de Pesquisa, Ensino e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal –
Núcleo Pró-Acesso da UFRJ – www.proacesso.fau.ufrj.br

Pinacoteca do Estado de São Paulo – www.pinacoteca.org.br

Universal Design Education On-Line – www.udeducation.org

Anexos

Anexo 1 – Principais Leis sobre Deficiência e Acessibilidade

Legislação Internacional

Declaração de Salamanca (Espanha), de 10 de julho de 1994

Trata de princípios, política e prática em educação especial.

Resolução nº 47/3 da ONU, de 14 de outubro de 1992 (em inglês)

37ª Sessão Plenária Especial sobre Deficiência, da Assembleia Geral da ONU, adotou o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. A data coincide com o dia da adoção do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência pela Assembleia Geral da ONU, em 1982.

Convenção nº 159 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991

Trata sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes. Legislação Relativa ao Trabalho de Pessoas Portadoras de Deficiência.

Resolução nº 45 da ONU, de 14 de dezembro de 1990

Aprovada pela 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, trata da execução do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e a Década das Pessoas Deficientes.

Declaração de Jomtien (Tailândia), de 9 de março de 1990

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Trata do plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Convenção nº 159 da OIT, de 20 de junho de 1983

Trata sobre Reabilitação Profissional e Emprego de pessoas deficientes. Estabelece princípios e ações para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência. Convenção ratificada pelo Brasil: Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991.

Recomendação nº 168 da ONU, de 20 de junho de 1983

Suplementa a Convenção relativa à reabilitação profissional e emprego de 1983 e a Recomendação relativa à reabilitação profissional de 1955. Prevê a reabilitação profissional em áreas rurais e a participação comunitária no processo de formulação de políticas específicas pelos empregados, empregadores e pelas pessoas portadoras de deficiência.

Resolução nº 37/52 da ONU, de 3 de dezembro de 1982

Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes. Estabelece diretrizes para ações nacionais (participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões, prevenção, reabilitação, ação comunitária e educação do público), internacionais, de pesquisa e controle, e para a avaliação do programa.

Declaração de Sundeberg (Torremolinos, Espanha), de 7 de novembro de 1981

Conferência Mundial sobre Ações e Estratégias para Educação, Prevenção e Integração. Trata do acesso à educação, ao treinamento, à cultura e à informação pela pessoa portadora de deficiência.

Resolução nº 3.447 da ONU, de 9 de dezembro de 1975

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Versa sobre os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência.

Resolução nº 2.896 da ONU, de 20 de dezembro de 1971

Declaração dos Direitos do Deficiente Mental. Trata dos direitos à atenção médica e ao tratamento físico exigidos pelo deficiente mental, como também à educação, à capacitação profissional, à reabilitação e à orientação que lhe permitam desenvolver ao máximo suas aptidões e possibilidades.

Convenção nº 111 da OIT, de 25 de junho de 1958

Sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão. Proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. Convenção ratificada pelo Brasil: Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968.

Resolução nº 217 A (III) da ONU, de 10 de dezembro de 1948

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade se esforce, através do ensino e da educação, para promover o respeito aos direitos e liberdades, e pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios estados-membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Legislação Nacional

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988

Lei Complementar nº 53, de 19 de dezembro de 1986

Concede isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) para veículos destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos.

Lei Federal nº 7.405, de 11 de novembro de 1985

Torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Lei Federal nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.045, de 18 de maio de 1995

Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o país, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braile, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas para uso exclusivo de cegos.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000

Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas com crianças de colo, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 3.956, de 8 de outubro de 2001

Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003

Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.

Decreto Federal nº 5.296, de 3 de dezembro de 2004

Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.126, de 27 de junho de 2005

Dispõe sobre o direito de o portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Lei Federal nº 11.133, de 14 de julho de 2005

Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.

Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

Anexo 2 – Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais

Declarações - Documentos nacionais e internacionais gerados a partir de encontros e conferências (Fonte: <http://www.saci.org.br> – 1º de maio de 2004)

Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão – Aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional Sociedade Inclusiva, realizado em Montreal, Canadá.

Declaração de Verona – Documento aprovado em Verona, Itália, em congresso europeu sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência.

Declaração de Quito – Documento elaborado durante o Seminário e Oficina Regional das Américas.

Vida Independente e Meios de Vida Sustentáveis – Pronunciamento divulgado em 3 de dezembro de 2002/Organização Internacional do Trabalho.

Declaração de Pequim – Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Novo Século.

Declaração de Manágua – Documento prega sociedade baseada na equidade, na justiça, na igualdade e na interdependência.

Declaração de Cave Hill – Adotada durante Programa Regional de Capacitação de Líderes, da Organização Mundial de Pessoas com Deficiência.

Declaración de Cartagena de Indias – A conferência aconteceu em 1992, na Colômbia.

Declaração de Madri – Aprovada em Madri, Espanha, em 23 de março de 2002, no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

Declaração de Sapporo – Aprovada no dia 18 de outubro de 2002 por 3 mil pessoas, em sua maioria com deficiência, representando 109 países, na 6ª Assembleia Mundial da Disabled Peoples' International (DPI), em Sapporo, Japão.

Declaração de Caracas – Elaborada durante a Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias.

Declaração de Washington – A Conferência de Cúpula Perspectivas Globais sobre Vida Independente para o Próximo Milênio foi realizada de 21 a 25 de setembro de 1999, em Washington.

Tratados Internacionais de Direitos Humanos

Fonte: <<http://www.assinoinclusao.org.br/Conteudo.aspx?cod=2>>

1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

1948 - Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio

1965 - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

1966 - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

1966 - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

1979 - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

1984 - Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

1989 - Convenção sobre os Direitos da Criança

1990 - Convenção sobre os Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e de suas Famílias

2007 - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

Anexo 3 – Pessoas com Deficiência no Sistema Global

Fonte: <http://www.assinoinclusao.org.br/Conteudo.aspx?cod=2>

1955 - Recomendação nº 99 sobre Reabilitação de Pessoas Portadoras de Deficiência (OIT)

1971 - Declaração dos Direitos do Retardado Mental (ONU)

1975 - Declaração dos Direitos dos Impedidos (ONU)

1980 - Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID/OMS)

1981 - Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (ONU)

1983 - Convenção nº 159 – Reabilitação Profissional em Emprego de Pessoas Portadoras de Deficiência (OIT)

1983 - Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiência

1993 - Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU)

1994 - Declaração de Salamanca (Espanha)

Anexo 4 – Normas Técnicas da ABNT

Fonte: <http://www.crea-rj.org.br>

NBR 9050

Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos

NBR 13994

Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transporte de Pessoa Portadora de Deficiência

NBR 14020

Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso

NBR 14021

Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Metropolitano

NBR 14022

Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência em Ônibus e Trólebus para Atendimento Urbano e Intermunicipal

NBR 14273

Acessibilidade à Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial

NBR 14970-1

Acessibilidade em Veículos Automotores – Requisitos de Dirigibilidade

NBR 14970-2

Acessibilidade em Veículos Automotores – Diretrizes para avaliação clínica de condutor

NBR 14970-3

Acessibilidade em Veículos Automotores – Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado

Sbm
sistema brasileiro de museus

ibram
instituto brasileiro de museus

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA